



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO  
CURSO DE GRADUAÇÃO DE DIREITO

AUTOS DE RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA POLICIAL: estratégias utilizadas para negar a  
violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas  
capitais brasileiras, Curitiba e Salvador

Thays Alves Bezerra

Brasília-DF

2014

Thays Alves Bezerra

AUTOS DE RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA POLICIAL: estratégias utilizadas para negar a  
violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas  
capitais brasileiras, Curitiba e Salvador

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da  
Universidade de Brasília, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Evandro Charles Piza Duarte

Brasília-DF

2014

AUTOS DE RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA POLICIAL: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras, Curitiba e Salvador

Thays Alves Bezerra

Matrícula: 09/0133617

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Direito.

Orientador: Evandro Charles Piza Duarte

Brasília, 04 de julho de 2014

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte (UnB)  
Orientador

---

Profª. Dra. Camila Mello Prando (UnB)

---

Prof. Mestrando Mateus do Prado Utzig (UnB)

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos meus avós, sertanejos Hércules, que enfrentaram muitas dificuldades para formar a família tal como ela está hoje. Eles representam o início da minha existência e da minha formação. Alcançaram resultados inesperados sempre orientados pelos valores da justiça e da moralidade. Inspiro-me em sua força e coragem. Por isso, muito obrigada.

Agradeço também a meus pais, figuras essencialmente importantes para que eu me formasse na UnB e seguisse firme até aqui. Foram horas árduas de estudos, cansaço, lágrimas. Eles acompanharam cada instante dessa trajetória, animaram-me para que eu não desistisse e apoiaram-me. Eu não estaria aqui sem vocês.

Meu muito obrigada às minhas irmãs, companheiras lindas de quarto e de luta. Agradeço por vocês existirem na minha vida e por respeitarem as minhas particularidades. Pelos diálogos, pelas explicações de como um raio é formado e pelos demais conhecimentos divididos. Vocês fazem parte de mim. Estarei sempre aqui para vocês.

Agradeço a minha madrinha pelas caronas e pela presença constante. O seu apoio incondicional foi de crucial importância. E aos demais familiares que, apesar de não citados especificamente, auxiliaram-me em tal caminhada e estão continuamente em meus pensamentos.

Ao meu namorado, companheiro de anos, que acredita no meu potencial e que, desde lá atrás, quando éramos apenas adolescentes, equilibra-me. É a pessoa para quem eu ligo para contar as novidades, compartilhar alegrias e frustrações. Obrigada por estar ao meu lado e fazer a minha vida divertida.

Agradeço aos meus amigos de faculdade que tornaram os meus longos anos na UnB mais interessantes. Especialmente aos meus amigos mais próximos, Bruna e Luciano, pelas conversas e pelas possibilidades de partilhar as inquietações sobre o mundo. Nossas saídas para falar amenidades, para comer ou para simplesmente desfrutarmos da presença uns dos outros. E aos intermináveis diálogos em Whats App que me divertiram. Espero que estejamos sempre juntos. À Dani e a Frazão, amigos com os quais eu sempre pude contar apesar das trajetórias distintas na faculdade.

Ao meu orientador, professor Evandro, por ter incentivado o meu trabalho, pelas sugestões realizadas e pela orientação desenvolvida. Agradeço pela paciência ao longo da produção dessa monografia. Suas indicações estruturaram esse trabalho.

Agradeço a Deus, ser que possibilitou a minha existência e a quem eu sou extremamente grata. Obrigada por tudo o que aconteceu durante essa trajetória. Os percalços me amadureceram.

Por último, quero registrar o meu agradecimento à possibilidade de ter estudado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Foram incontáveis quilômetros percorridos nesses prédios de concreto armado que me fizeram perceber o quão o mundo pode ser vasto. As experiências aí vividas marcaram a minha história.

Catatau chegou legal no Vidigal  
Ia haver uma blitz naquele local  
O malandro pinoteou  
Pouco antes da hora que a justa chegou  
Por onde está,  
Por onde andou,  
Ninguém dedou  
De repente, no beco da grande favela  
Um vulto surgiu na viela  
O soldado deu voz de prisão com decisão  
Do outro lado, negro desempregado  
Bastante desesperado  
Se rende correndo e cai  
Mas caiu com a mão na cabeça  
Para que ninguém esqueça  
O quanto pediu clemência  
E não foi ouvido  
Por causa da violência  
Que fez chorar o soldado  
Que muito mal orientado não pode evitar o mal  
E nem a sorte daquele inocente lá do Vidigal...

(Catatau, canção de Jovelina Pérola Negra)

Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.  
Los nadies: los ningunos, los ninguneados, corriendo la liebre,  
muriendo la vida,  
jodidos, rejodidos:  
Que non son, aunque sean.  
Que no hablan idiomas, sino dialectos.  
Que no profesan religiones, sino supersticiones.  
Que no hacen arte, sino artesanía.  
Que no practican cultura, sino folklore.  
Que no son seres humanos, sino recursos humanos.  
Que no tienen cara, sino brazos.  
Que no tienen nombre, sino número.  
Que no figuran en la historia universal, sino en  
la crónica roja de la prensa local.  
Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.

(Eduardo Galeano, El libro de los abrazos).

À minha família.

## RESUMO

Essa monografia se propõe a analisar as estratégias de negação da violência institucional no registro das mortes de investigados na política de guerra contra as drogas. Nessa perspectiva, emergem os autos de resistência que são inquéritos instaurados para avaliar as abordagens policiais das quais tenham resultado mortes de civis. Essa denominação pressupõe que o falecido resistiu à prisão e entrou em confronto com a polícia. Conformada a narrativa dessa maneira, as ações dos agentes estatais estariam amparadas pela excludente de ilicitude de legítima defesa. Contudo, diante dos altos índices de letalidade policial e da seletividade dos estratos sociais a que tal violência atinge, pesquisas demonstraram que a classificação autos de resistência e a maneira como a investigação de tais inquéritos era realizada ocultavam, muitas vezes, ilegalidades cometidas por policiais. Descortinou-se assim o cenário de vítimas consideradas socialmente como inimigos a ser combatidos, uma polícia despreparada e assolada por processos de degradação, agências judiciais que legitimam mortes sem efetuar controle da atividade policial e investigações que não se atêm às circunstâncias em que ocorreram os óbitos. Buscou-se, em uma primeira parte do texto, por meio de revisão bibliográfica, apresentar os inquéritos policiais de autos de resistência e as implicações desse registro. Em seguida, elaborou-se análise de processos recolhidos nas Varas de Tóxicos das cidades de Salvador e Curitiba para avaliar, principalmente, as deficiências investigativas desses casos que poderiam legitimar possíveis comportamentos violentos da polícia durante abordagens.

**Palavras-chave:** Autos de resistência; Violência Policial; Guerra contra as drogas; Processo Penal.



## ABSTRACT

This monograph proposes to analyze strategies of negation of institutional violence on the record of the deaths of the investigated on the politics of the war on drugs. On this perspective, emerges the “autos” of resistance that are inquiries to evaluate the police approaches that results on civilians casualties. This denomination presupposes that the deceased resisted arrest and engaged combat against the police. Shaped the narrative that way, the actions of state agents would be supported by the excludent of wrongfulness of self-defense. Nevertheless, on face of the high index of police lethality and the selectivity of the social strata over which such violence impacts, researches demonstrated that the classification “autos” of resistance and the way the investigation of such inquiries were held concealed, many times, illegalities made by police officers. Thus it was unfolded the scenario of victims considered socially as enemies to be fought against, a police unprepared and beset by processes of degradation, judicial agencies that legitimize deaths without performing control of the police activity and investigations that do not cling to the circumstances which the deaths occurred. It was sought, on a first part of the text, through literature review, to present the police inquiries of “autos” of resistance and the implication of this record. Then, it was elaborated analysis of process gathered at the drug courts of the cities of Salvador and Curitiba to evaluate, mainly, the investigative deficiencies of such cases that could legitimate potential violent police behaviors during approaches.

**Keywords:** “Autos” of resistance; Police Violence; War on drugs; Police Inquiry; Criminal Proceedings.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. OS AUTOS DE RESISTÊNCIA</b>	
1.1.Características doutrinárias a respeito dos autos de resistência .....	19
1.2. As difíceis consequências do registro de mortes como autos de resistência .....	27
1.3. Os personagens envolvidos nos autos .....	34
1.3.1.A polícia .....	34
1.3.2.A vítima .....	38
1.3.3. O Sistema de Justiça Criminal: os órgãos judiciais .....	43
<b>2. PRESSÕES POLÍTICAS PARA O FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA E O PROJETO DE LEI Nº 4.471/2012</b>	
2.1. Análise sobre as pressões pelo término do registro de mortes como autos de resistência	49
2.2. O debate no poder legislativo: o projeto de lei nº 4.471/2012 .....	51
<b>3. O (NÃO) REGISTRO DAS MORTES DE CIVIS EM CONFRONTO COM POLICIAIS: o caso de Salvador e de Curitiba</b>	
3.1. O registro de falecimentos decorrentes de intervenção legal nos sistemas de saúde brasileiro .....	60
3.2. A letalidade policial brasileira: a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública .....	62

3.3. A precariedade do inquérito policial instaurado para investigar mortes de civis em situações de confronto .....	67
3.3.1. Análise de casos das cidades de Salvador e de Curitiba.....	68
3.3.2. Dados recolhidos com as observações dos processos .....	79
3.3.3. Conclusões preliminares a respeito dos casos examinados .....	84

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>88</b>
-----------------------	-----------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>
---	-----------

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Classificação racial dos investigados .....	81
Gráfico 02 – Idade dos investigados.....	82
Gráfico 03 – Causas da morte em Salvador .....	82
Gráfico 04 – Causas da morte em Curitiba.....	83
Gráfico 05 – Quem depôs no inquérito policial?.....	83

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Nome recebido pelas ocorrências letais de civis em ações policiais, por instituição .....	19
Tabela 02 – Aspecto racial dos mortos em confronto com a polícia no Rio de Janeiro .....	31
Tabela 03 – Qualidade na transparência de informações sobre mortes perpetradas por policiais .....	64
Tabela 04 - Pessoas mortas em confronto com Polícias Civis e Militares em serviço nas Unidades da Federação – 2000-2012.....	65
Tabela 5 – Descrição dos casos em Salvador e Curitiba quanto às causas das mortes .....	79
Tabela 6 – Descrição dos casos em Salvador e Curitiba quanto aos inquéritos examinados e às acusações a que os investigados foram submetidos .....	80

## INTRODUÇÃO

Essa monografia apresenta as discussões a respeito do registro das mortes de civis em confronto com policiais como autos de resistência. Tais procedimentos são inquéritos instaurados para investigar abordagens policiais das quais decorram o falecimento ou lesão de vítima que foi alvejada porque, em tese, teria confrontado os agentes estatais (de acordo com o Código de Processo Penal, resistido à prisão).

Substancialmente as condutas dos policiais que disparam e matam pessoas se enquadram no crime de homicídio e podem ou não ser amparadas por excludentes de ilicitude a depender da situação concreta. Quanto às causas aplicáveis às ações policiais legais que tenham dado causa à morte de outros sujeitos, os doutrinadores brasileiros divergem: ora defendem que nessas circunstâncias se consubstancia o estrito cumprimento do dever legal; ora assinalam que a legítima defesa é mais adequada.

No Rio de Janeiro, a alta incidência desses inquéritos está associada à política da guerra contra as drogas e às incursões policiais aos morros cariocas<sup>1</sup>. Isso porque a criminalização e o combate ao tráfico são realizados de forma a intensificar as práticas policiais arbitrárias<sup>2</sup> e a violar o princípio da igualdade<sup>3</sup>, negando direitos fundamentais à parte da sociedade. Nessa conjuntura, percebem-se a lei, construída de maneira a permitir a ampla discricionariedade do policial em suas atividades, bem como as limitações dos órgãos judiciais, impedindo o controle dos “padrões cotidianos de violência”<sup>4</sup>.

Quando os órgãos judiciais não realizam controle sobre a atividade das agências executivas, a violência iniciada nas abordagens policiais se perpetua e se intensifica. Destarte, as agências judiciais brasileiras devem se engajar para reduzir as violações aos direitos humanos perpetradas no Sistema de Justiça Criminal, principalmente quanto à prática das polícias, de forma a supervisionar ações das quais resultem mortes de civis.

---

<sup>1</sup> FORÇA LETAL. **Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Disponível em: < <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>>. Acesso em: 20/01/2014. AMNESTY INTERNATIONAL. **Eles entram atirando**: policiamento de comunidades socialmente excluídas. Disponível em: < [http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005\\_pt.html](http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005_pt.html)>. Acesso em: 20/01/2014.

<sup>2</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro** (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>3</sup> REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves. **A ilusão do proibicionismo**: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

<sup>4</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

Nesse sentido, não poderiam ser permitidas investigações precárias, com narrativas padrões, em que o enfoque fosse qualquer outro que não as circunstâncias em que ocorreu a morte da vítima. Porém, os autos de resistência se constroem de forma a que as explicações presentes no inquérito legitimem o título inicialmente empregado e as investigações passem a se estabelecer fundamentando a classificação adotada. Grillo assinala que “é uma verdade que já começa pronta”<sup>5</sup>.

Assim, o que se percebe, em quantidade considerável nos autos de resistência, são abordagens policiais ilegais (porque não se pautam por diversas garantias constitucionais, dentre as quais, o direito à vida, a vedação à morte extrajudicial, o direito à igualdade, o direito à liberdade), mas como as vítimas são, em geral, pobres moradores de favela (o que é realidade, ao menos, no Rio de Janeiro) entendem-se como legítimas e legais tais ações.

Esse discurso é iniciado no inquérito policial já com a narração de uma morte ocorrida em circunstância de resistência e é respaldada, por diversos motivos, pelo Ministério Público e pelos magistrados do Júri com o arquivamento do caso.

Cumprir destacar aqui que a abordagem policial é influenciada diretamente pela narrativa que poderá ser construída para tornar legal a ação praticada<sup>6</sup>: assim sendo, será bastante incomum um auto de resistência em que a morte ocorreu em uma área nobre, contra uma vítima de estrato social mais elevado e de forma a que seja difícil a manutenção do discurso de que o morto tenha resistido ou entrado em confronto com as forças policiais. Como argumenta Zaffaroni, há um genocídio em andamento<sup>7</sup>. Acrescente-se que esse genocídio é praticado preferencialmente contra um estrato social específico: são pessoas estabelecidas territorialmente em “áreas do crime” que têm seus direitos fundamentais suspensos<sup>8</sup>.

As mortes são justificadas com base no (possível) comportamento desviante das vítimas: eram traficantes ou, de maneira mais direta, reagiram à prisão. Nesse sentido, aspecto que surge nas pesquisas cariocas é o de que os casos tratados nos autos de resistência não são

---

<sup>5</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro** (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>6</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro** (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>7</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>8</sup> DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania**: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

percebidos exatamente como homicídios<sup>9</sup>, demonstrando a argumentação de que “bandido não é cidadão”. O cidadão é um ser humano em sua totalidade; o delinquente não.

A partir desse raciocínio, chega-se à cruel conclusão de que sendo transgressor, o sujeito pode ser assassinado. Desse modo, ele se aproxima da figura do inimigo construído por Zaffaroni de um indivíduo que pode ser morto, uma vez que é considerado apenas enquanto sujeito perigoso<sup>10</sup>; e do *homo sacer* de Agamben que representa a vida matável e insacrável, pois capturada pela esfera soberana<sup>11</sup>.

A corroborar tal argumentação, se a vítima, morta supostamente em confronto com a polícia, apresentar maus antecedentes criminais<sup>12</sup>, ainda que os elementos de convicção constantes do inquérito indiquem orlas de tatuagem, esfumaçamento, queimaduras, dentre outras lesões no cadáver que sugiram a morte em contexto não conflitivo, o caso será arquivado.

Para que o inquérito sirva de fundamento a uma denúncia, além por óbvio da necessidade de lastro probatório mínimo (*justa causa*) e de elementos técnicos, o que se percebe é que a família da vítima deve se esforçar para demonstrar que o sujeito não era criminoso. A discussão moral acerca dos comportamentos desse indivíduo, o que ele fazia, porque ele estava naquela área reconhecida como território “criminoso”, ou se era envolvido no cometimento de delitos, é absolutamente relevante para que a denúncia seja oferecida, para que seja recebida e posteriormente no momento de submissão do julgamento do caso a júri<sup>13</sup>. Logo, a análise da resistência se desloca para o sujeito: era ou não era um sujeito “matável”?

Diante desse panorama, vários relatórios foram realizados e apontaram para o abuso e a violência que estavam sendo legitimados por meio dos autos de resistência. Dessa forma, algumas recomendações internacionais foram direcionadas ao Brasil para a redução da letalidade policial, pelo fim do registro de mortes de não policiais como autos de resistência,

---

<sup>9</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

<sup>10</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Revan: Rio de Janeiro, 2007.

<sup>11</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

<sup>12</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência**: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

<sup>13</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência**: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

pela necessidade de investigar seriamente as circunstâncias em que ocorreram tais mortes, pela reestruturação do Sistema de Justiça Criminal (com enfoque no Ministério Público) para controlar de forma efetiva as ações policiais, dentre tantos outros pontos. Contudo, poucas dessas recomendações foram observadas. O projeto de lei nº 4.471/2012, que objetiva dar fim à classificação autos de resistência, apenas foi apresentado anos depois dessas pressões.

Com efeito, no Brasil, as pesquisas acadêmicas dos homicídios praticados por tais agentes estatais focam-se, primordialmente, nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa tendência é bastante compreensível quando se avalia a quantidade de casos, que passam a ser conhecidos pela população, de envolvimento desses agentes estatais em ações violentas, gerando, naturalmente, maior visibilidade para a região.

Assim, o trabalho foi construído por meio de revisão bibliográfica do tema com enfoque, principalmente, no estudo do Rio de Janeiro e com algumas exemplificações interessantes do estado de São Paulo, áreas em que as pesquisas estão mais consolidadas. Além disso, utiliza-se, para estabelecer novas abordagens que não tinham sido desenvolvidas, amostra de casos concretos das regiões de Salvador e Curitiba, obtida por meio do relatório “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?”, (UnB/Senasp) coordenado pelo professor Evandro Piza, referente ao projeto Pensando a Segurança Pública, lançado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça – SENASP e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD<sup>14</sup>.

Dois foram os objetivos dessa análise: o primeiro foi perceber, nas cidades de Curitiba e Salvador, como se dava o registro e quais eram as causas das mortes em processos que resultaram em sentenças determinando a extinção da punibilidade do agente em decorrência de seu falecimento; o segundo, a partir dessa compreensão, pesquisar aproximações e distanciamentos em relação ao contexto dos autos de resistência no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A linha de raciocínio desenvolvida nesse trabalho pretende, por meio da exposição de casos criminais de Salvador e de Curitiba, compreender como ocorrem os registros e as investigações das mortes de civis em confronto com policiais. A principal dúvida era se o homicídio praticado por esses agentes do Estado seria tratado no inquérito e na ação penal de forma semelhante a um homicídio cometido por um não-policial. A forma inicial de classificação desses inquéritos como autos de resistência já dava indícios que não.

---

<sup>14</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

Destarte, a presente monografia objetiva assinalar que o registro de mortes de civis que tenham sido causadas pelo confronto com policiais não pode ser classificado como autos de resistência. Deve ser autuado e apreendido, em essência, como homicídio. Isso porque, em virtude do título, as investigações são realizadas acriticamente para legitimar a abordagem policial da qual decorreu o falecimento; que os autos de resistência são utilizados diversas vezes de maneira abusiva, o que pode esconder ilegalidades e mortes extrajudiciais; além disso, tais procedimentos permitem que direitos fundamentais sejam negados à parcela da sociedade brasileira, tornando “seres matáveis” aqueles que podem vir a ser (segundo o estereótipo de que são pobres, negros e favelados) ou que, efetivamente, são transgressores das normas legais. Ademais, parte-se do pressuposto de que em nosso sistema jurídico-constitucional não há pena de morte sem que haja guerra declarada e, mesmo nessa hipótese, o aparato policial deve estar submetido a uma decisão judicial. Logo, estratégias para tolerar práticas de registro inadequado de mortes, que deveriam ser investigadas, são ilegais.

Assim, o trabalho se estruturou em três capítulos.

No primeiro, serão abordadas as características que revestem os autos de resistência e as decorrências dessa classificação. De igual modo, indicar-se-ão as posições doutrinárias a respeito das mortes causadas por policiais e possíveis excludentes de ilicitude alegáveis quando a abordagem que provocou o falecimento for legal. Além disso, serão apresentados os principais integrantes do fenômeno autos de resistência com a finalidade de assinalar que tal classificação se encontra em um contexto mais amplo de violência praticada e legitimada pelo Sistema de Justiça Criminal brasileiro.

Propõe-se nesse capítulo compreender o que são os autos de resistência, as posições dos doutrinadores acerca desses registros e das mortes provocadas por policiais e as excludentes de ilicitudes mais apropriadas a incidirem sobre essas circunstâncias. Buscam-se também desenvolver as consequências provenientes das autuações dos inquéritos policiais como autos de resistência e a inserção desses procedimentos dentro das limitações do Sistema de Justiça Criminal.

Serão expostos, no segundo capítulo, a trajetória de produção de relatórios e recomendações que tratam especificamente da necessidade de proibição dos autos de resistência no Brasil. Nesse contexto, será analisado o projeto de lei nº 4.471/2012 criado para dar fim aos inquéritos policiais de autos de resistência.

Buscam-se descrever as argumentações de relatórios, resoluções e normativas que discutam os autos de resistência no Brasil e, assim, entender os motivos pelos quais tais



documentos recomendam que seja abolida tal classificação. De igual modo, intenta-se refazer o debate sobre a temática no legislativo a partir da criação daquele projeto.

Por último, no terceiro capítulo, serão analisadas como as mortes provocadas por policiais são registradas nos bancos de dados do país. Utilizam-se, como fonte, as informações relativas à pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a letalidade policial, bem como pesquisas realizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste contexto, examinam-se processos sobre tráfico de drogas em que houve sentença pela extinção da punibilidade do sujeito em virtude de seu falecimento nas cidades de Curitiba e Salvador.

Com o universo de 59 questionários aplicados a 57 processos de Curitiba e 32 questionários aplicados a 28 processos em Salvador, obtido previamente por meio da pesquisa “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?”<sup>15</sup>, foram extraídos todos os casos em que tivesse ocorrido sentença determinando a extinção da punibilidade pela morte do agente. A partir dos questionários, encontraram-se 9 processos com essa característica que, selecionados, foram posteriormente analisados, buscando descrever de que modo as mortes em decorrência de intervenção legal são investigadas ou desconsideradas.

São propostas nesse capítulo a discussão de como os falecimentos causados por policiais são registrados nos sistemas de saúde e de segurança pública, bem como a ponderação sobre a qualidade dessas informações acerca da letalidade policial. Nesse mesmo raciocínio, intenta-se estabelecer paralelos entre as causas e autuações das mortes nos processos pesquisados e o cenário descrito. A finalidade é demonstrar como a grande maioria dos falecimentos nas ações criminais observadas não é averiguada apropriadamente e é, em alta percentagem, decorrente de abordagens policiais.

---

<sup>15</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

## **CAPÍTULO 1. OS AUTOS DE RESISTÊNCIA**

O presente capítulo destina-se a compreender o que são os inquéritos policiais de autos de resistência e como esses procedimentos se inserem no Sistema de Justiça Criminal brasileiro. Intenta-se evidenciar quais deveriam ser e quais são as consequências jurídicas derivadas dos registros das mortes ocorridas em confronto com a polícia nesses autos.

Nesse contexto, no primeiro tópico, serão analisados os inquéritos policiais de autos de resistência com a descrição do que são esses procedimentos, seu amparo legal (ou não), a forma como os doutrinadores classificam as mortes cometidas por policiais em ação de confronto e as possíveis excludentes de ilicitudes que amparam essas condutas.

A seguir, no segundo tópico, serão tratados os problemas decorrentes do registro de mortes como auto de resistência, demonstrando como se legitima, sem investigação mais densa, a ação policial da qual decorreu o falecimento. Argumenta-se que tal procedimento pode camuflar ilegalidades, abusos e violência, reproduzindo o estereótipo da vítima como inimigo, conformando a seletividade dessa espécie de violência institucional e gerando a relativização de direitos fundamentais de setores sociais específicos.

No último, pretende-se apresentar brevemente os principais (ou os personagens diretamente relacionados) nos autos de resistência: a polícia e a vítima. Nesse aspecto, descreve-se a polícia como instituição em que seus membros estão envolvidos no fenômeno da policização e sem padrões técnicos unificados nacionalmente para o emprego da força, o que aumenta os episódios de ilegalidades e ilegitimidades no uso de armas.

Quanto ao falecido, argumenta-se, por meio das deficiências investigativas e padrões discursivos presentes nas falas de policiais, na sociedade e percebidos nos autos, que a vítima é apreendida como um “não alguém”, podendo ser exterminada.

Além disso, apontam-se, por meio de uma digressão, as limitações do Sistema de Justiça Criminal brasileiro, com foco nas agências judiciais. Na medida em que o judiciário é responsável pelo arquivamento dos autos de resistência, intenta-se demonstrar a necessidade de que esses órgãos apreciem a legalidade das ações policiais, que resultam em mortes, como forma de controlar a violência institucionalizada.

### 1.1. Características doutrinárias a respeito dos autos de resistência

Os Procedimentos investigatórios em que são registradas as mortes de civis ocorridas em confronto com a polícia apresentam várias denominações, sendo, contudo, essencialmente inquéritos policiais. Como se percebe ao visualizar-se a tabela abaixo, produzida por meio de pesquisa divulgada no Anuário Brasileiro de Segurança Pública pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a maior parte dos estados da federação (em que se conseguiram informações) denominam as ocorrências que registram civis mortos em abordagens policiais como resistências seguidas de morte ou autos de resistência. Vale ressaltar que essa classificação é administrativa; realizada, portanto, pelas polícias.

Tabela 01 - Nome da ocorrência envolvendo civis em ações policiais

Nome da ocorrência envolvendo civis em ações policiais	SSP		PC		Total	
	N	%	N	%	N	%
Resistência seguida de morte	9	45	5	31	14	39
Autos de resistência	3	15	3	19	6	17
Morte em confronto	5	25	5	31	10	28
Outros (1)	3	15	3	19	6	16
<b>Total</b>	20	100	16	100	36	100

Fonte: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Termo de Parceria 752962/2010. Projeto Gestão e Disseminação de Dados na Política Nacional de Segurança Pública. (1) A categoria outros inclui: homicídio, homicídio com motivo de enfrentamento com a polícia, homicídio ou lesão corporal seguido de morte, resistência com morte do opositor, resistência/pessoas mortas.<sup>16</sup>

Esses registros de ocorrências letais, ao menos nas categorias resistências seguidas de morte, autos de resistência, mortes em confronto e resistência com morte do opositor, partem do pressuposto de que os policiais agiram amparados por excludentes de ilicitude – para alguns doutrinadores, em legítima defesa, para outros, em estrito cumprimento do dever legal.

<sup>16</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>>. Acesso em: 05/03/2014.

Contudo, os autos de resistência, compreendidos amplamente, não representam um tipo penal específico e sequer apresentam regulamentação expressa no ordenamento jurídico brasileiro. As condutas registradas nessas ocorrências são, na verdade, homicídios tipificados no artigo 121 do Código Penal Brasileiro amparados (teoricamente) pelas excludentes de ilicitude de legítima defesa determinada pelos artigos 23 c/c 25 do Código Penal Brasileiro ou em estrito cumprimento do dever legal indicado no artigo 23 do Código Penal. Os agentes estatais teriam usado moderadamente dos meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem (a resistência oferecida pela vítima) ou teriam agido cumprindo algum dever legal.

Deste modo, esse inquérito, diferenciando-se dos outros homicídios, pois a autoria das mortes está esclarecida desde o início<sup>17</sup>, objetiva investigar em quais circunstâncias os fatos ocorreram e averiguar a legalidade da atuação policial, de acordo com o narrado no registro de ocorrência. Acaso o promotor e o juiz avaliarem que o policial atuou utilizando-se dos meios necessários para repelir agressão injusta, para conter, portanto, a resistência, (ou cumprindo dever legal), não há indiciamento nem denúncia, havendo o arquivamento do feito.

Sobre o tema, porém, há parca discussão jurídica<sup>18</sup>. Poucos são os doutrinadores que refletem acerca do auto de resistência e a maioria dos que o indicam em seus livros limitam-se a comentar o artigo 292 do Código de Processo Penal, sem questionamentos profundos.

Dessa forma, é interessante mencionar, como ponto de partida, a referência realizada na dissertação “O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal: o tratamento judiciário dos ‘homicídios por Autos de resistência’ no Rio de Janeiro” à aula ministrada online pela professora Ana Cristina Mendonça sobre o auto de resistência.

(...) Muito bem, a pergunta é relacionada ao “auto de resistência”. Realmente, é algo muito difícil de ser encontrado em livros, ok?! É uma pergunta complicada, ela tem caído em provas, não são poucas, em especial as provas de delegado de polícia em todo o país vêm pedindo “auto de resistência” e fica difícil porque o candidato realmente não encontra isso com facilidade em um livro. Repare que, da mesma forma, a lei não menciona quase nada acerca do “auto de resistência”. A única coisa que a lei diz no artigo 292 é que, quando do cumprimento de uma ordem judicial, ou quando do cumprimento de uma prisão, que pode ser uma prisão em flagrante ou uma prisão judicialmente decretada, ou do cumprimento de um mandado de busca houver resistência por parte do réu ou de terceiro, a polícia ou a pessoa que vai cumprir a ordem poderá utilizar os meios necessários para superar aquela resistência, do que tudo relatará auto, ok?! Na verdade, o Código de Processo só diz

<sup>17</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

<sup>18</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

isso acerca do auto de resistência. Então, havendo resistência a uma ordem judicial, ao cumprimento de uma ordem judicial ou a uma prisão, seja por parte da pessoa contra quem a ordem foi expedida ou terceiros, será possível utilizar dos meios necessários para vencer a resistência. Isso tudo será depois configurado ou narrado num auto chamado de “auto de resistência”.<sup>19</sup>

Em seguida, a transcrição da fala da professora Ana Cristina faz referência a um exemplo em que pessoas estão assaltando um posto de gasolina e policiais chegam ao estabelecimento para interromper a ação criminosa. Os transgressores atiram, então, contra os policiais que revidam o ataque e também disparam suas armas. Projeteis ferem e levam a óbito um dos assaltantes<sup>20</sup>.

Na análise da situação hipotética, deverá ser registrado auto denominado como auto de resistência em que todas as informações da ação policial serão redigidas. Não haverá, em virtude da morte do criminoso, possibilidade de autuá-lo em flagrante por roubo, pois ocorrerá a extinção da punibilidade em relação a essa pessoa. Quanto ao policial, ainda que tenha agido em legítima defesa, deverá acontecer a investigação de sua atividade por meio da instauração de inquérito policial para averiguar se houve ou não excesso no emprego da força. “Alguma coisa vai ser apurada dali, **numa solução de resguardar a conduta do policial**, que, num primeiro momento, agiu de forma lícita; numa situação como esta, o policial não será autuado em flagrante”<sup>21</sup>.

Percebe-se, por meio dessa aula sobre auto de resistência, padrão discursivo bastante presente nos relatórios<sup>22</sup> e estudos<sup>23</sup> sobre o tema realizados predominantemente em São

---

<sup>19</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Aula on line “Dúvidas freqüentes sobre Processo Penal” – Complexo de Ensino Renato Saraiva.

<sup>20</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Aula on line “Dúvidas freqüentes sobre Processo Penal” – Complexo de Ensino Renato Saraiva.

<sup>21</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Aula on line “Dúvidas freqüentes sobre Processo Penal” – Complexo de Ensino Renato Saraiva.

<sup>22</sup> FORÇA LETAL. **Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Disponível em: < <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>>. Acesso em: 20/01/2014. AMNESTY INTERNATIONAL. **Eles entram atirando**: policiamento de comunidades socialmente excluídas. Disponível em: < <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005pt.html>>. Acesso em: 20/01/2014.

<sup>23</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013. LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

Paulo e Rio de Janeiro: a investigação no auto parte da afirmação de que a conduta do policial que atirou é lícita. Há o pressuposto de que sua narrativa sobre o acontecido é verdadeira embasado principalmente na fé pública que o agente estatal possui. Logo, o caso de resistência em que ocorreu a morte não precisa ser submetido à apreciação judicial mais densa e, além disso, como não ocorreu crime, não existe a necessidade de investigação.

Ao tratar do tema, NUCCI (2009) classifica a resistência à prisão em flagrante ou decorrente de ordem judicial como ativa ou passiva. Na primeira situação, aquele que deve ser preso “investe contra o executor da ordem de prisão, autorizando que este não somente use a força necessária para vencer a resistência, como também se defenda”<sup>24</sup>. Nesse caso, consubstancia-se a legítima defesa. Se houver ameaça à vida do policial causada pelo confronto e ele matar o transgressor, não existirá crime de homicídio.

A resistência passiva se configurará quando o preso se recusar a ir à delegacia, dificultar a colocação de algemas, não adentrar a viatura policial<sup>25</sup>, dentre tantas outras situações em que o sujeito intenta meramente a autodefesa<sup>26</sup>. Percebe-se que a pessoa a ser detida, com a resistência, não oferece riscos à vida do agente estatal. Desse modo, nessa hipótese em que o policial se utilizar de violência necessária para executar a prisão estará configurado o estrito cumprimento do dever legal. Deve, porém, a ação do agente público ser necessária e moderada, pois os executores da prisão que cometerem abusos no emprego do estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa serão passíveis de responsabilização<sup>27</sup>.

Ademais, quando houver resistência à prisão e necessitar-se da utilização de violência para conter o detido ou para a defesa da autoridade policial, lavrar-se-á auto circunstanciado com o relato de todo o ocorrido. Termo que será subscrito por duas testemunhas e que, de acordo com Nucci, evitará “qualquer responsabilização do executor da prisão – ou, pelo menos,” documentará “o que houve, para futura utilização”<sup>28</sup>.

No mesmo sentido, Tourinho Filho distingue as formas de resistência em passiva e ativa e, apesar de não mencionar as excludentes de ilicitude alegáveis em cada caso, também

---

<sup>24</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

<sup>25</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

<sup>26</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado**. 2ª edição. Saraiva: São Paulo, 1997.

<sup>27</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

<sup>28</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.

ressalta que a força apenas deve ser usada na medida para vencer a resistência oferecida (tanto pelo capturado quanto pelo capturando)<sup>29</sup>.

Por sua vez, Mirabete não realiza diferenciações entre resistência ativa e passiva. De acordo com ele, o uso da força para executar a prisão, acaso não exceda ao indispensável, será fato exercido em estrito cumprimento do dever legal<sup>3031</sup>. O excesso de violência, quando desnecessária, poderá configurar ilícito penal, como homicídio, lesões corporais<sup>3233</sup>.

Percebe-se, destarte, que esses doutrinadores entendem a resistência a partir da análise dos artigos 284 e 292 do Código de Processo Penal. Apesar de não explicitarem a possibilidade de registro dessa ocorrência como auto de resistência ou resistência seguida de morte, defendem que, quando o agente policial usar de violência para efetuar a prisão em flagrante ou determinada por autoridade competente, haverá a necessidade de lavratura de auto circunstanciado a fim de explicitar o acontecido.

Ao diferenciar-se dos autores mencionados, Günther Jakobs analisa o exercício da força por policiais para a prisão como um direito funcional que se insere em uma causa especial de justificação. Isso porque, nessa situação, a lei concede ao agente estatal a competência para atuar, permitindo a intervenção para atingir a finalidade expressa. Apenas

é justificado o ato de prisão em si (a privação da liberdade e o constrangimento, além da lesão corporal leve consistente na sujeição enérgica), mas não derrubar o agente a golpes para incapacitá-lo para a fuga, tampouco lhe desferir um tiro etc.: a lei quer manter o controle sobre a medida do exercício da força delegado<sup>34</sup>.

Segundo o autor, a legítima defesa para a atuação policial não seria adequada, pois é atividade que obedece a regras próprias. Assim, não estariam presentes nas ações policiais a espontaneidade regular e a conexão ao bem (não à ordem pública), elementos que caracterizam a legítima defesa. Ao fenômeno, ele trata como repulsa do perigo por parte do

---

<sup>29</sup> TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado**. 2ª edição. Saraiva: São Paulo, 1997.

<sup>30</sup> No mesmo sentido FABBRINI, Renato. MIRABETE, Julio. **Manual de Direito Penal I**. 25ª edição. Atlas: São Paulo, 2009. Importante ressaltar que os autores não mencionam os meios pelos quais os policiais irão cumprir o mandado de prisão, evitar a fuga do aprisionado ou impedir a prática de um delito. Apenas ressaltam que a atividade policial, nessas situações em que utilizam a força física para o cumprimento de um dever, estará amparada pelo estrito cumprimento do dever legal.

<sup>31</sup> Em semelhante sentido: Damásio assevera que a prisão em flagrante executada pelo policial se consubstancia em estrito cumprimento do dever legal, pois a realização da prisão a ele é imposta por meio de lei. Todavia, o autor não se aprofunda quanto aos possíveis meios utilizados para prender o flagranteado, as situações que daí podem decorrer e as causas de antijuridicidade alegáveis em cada caso. JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. Parte Geral. 1º volume. 31ª edição. Saraiva: São Paulo, 2010.

<sup>32</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. 11ª edição. Atlas: São Paulo, 2007.

<sup>33</sup> Em sentido análogo: Capez afirma que age em estrito cumprimento do dever legal o policial que efetua prisão **legal** desde que pratique os atos absolutamente necessários e previstos em lei. Os excessos envolvidos na atuação poderão constituir crimes previstos no Código Penal ou abuso de autoridade. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. Volume 1. 15ª edição. Saraiva: São Paulo, 2011.

<sup>34</sup> JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. DelRey: Belo Horizonte, 2009.

Poder Público e, embora ressalte as consequências criminais de ações policiais que extrapolem as legitimações policiais, não traça limites claros para as condutas estatais que objetivam repelir o perigo. Exemplifica que disparos em que a probabilidade de causar a morte é elevadíssima só podem ser efetuados por policiais em situações de risco para a vida e perigo de lesões corporais graves. Assim, “o Estado aceita uma perda que não se pode justificar no caso individual, a fim de perfilar com mais clareza a proporcionalidade da atuação estatal e a proteção da vida como tarefa do Estado”<sup>35</sup>.

O doutrinador afasta a possibilidade de aplicação de legítima defesa às atividades policiais, pois, em síntese, é instituto individualizante e instrucional<sup>36</sup>, e assevera que a atuação da polícia visa o bem geral da coletividade (“o erro, no caso concreto, pode ser aceito devido a um melhor saldo geral do resultado”<sup>37</sup>). Será que estaria ele pensando na atividade do policial centrada contra o inimigo<sup>38</sup>?

Ao ampliar o debate sobre o emprego de violência por policiais e especificamente sobre o uso de armas de fogo, Rogério Greco (2013) retoma o argumento de que o agente policial que utiliza a força em virtude de o sujeito resistir à prisão age em estrito cumprimento do dever legal; e, se houver risco à vida do agente estatal e ele atuar com violência, sua conduta estará amparada pela excludente de ilicitude da legítima defesa<sup>39,40</sup>.

Porém, o autor transcende essa análise e se propõe a estabelecer diretrizes para o uso de arma de fogo por policiais. Para tanto, cita itens da Declaração de Princípios Básicos sobre

---

<sup>35</sup> JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. DelRey: Belo Horizonte, 2009.

<sup>36</sup> “(...) se a polícia pudesse invocar para si não só a legitimação para empregar a força no exercício de sua autoridade, mas também a legítima defesa (de terceiros) como cláusula geral no elemento da necessidade, sobretudo quando a legítima defesa (de terceiros), enquanto direito civil, sai do âmbito da autorização para dar instruções e da obrigação de conduta da polícia, de modo que cada policial teria que decidir sozinho sobre a sua intervenção. Logo, a legítima defesa por parte da polícia não pode ser adequada. (...) É indiferente, para a solução, que se trate de legítima defesa de terceiros pela polícia em favor de particulares ou que um policial em serviço seja, ele mesmo, agredido”. JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. DelRey: Belo Horizonte, 2009.

<sup>37</sup> JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. DelRey: Belo Horizonte, 2009.

<sup>38</sup> “O direito penal deveria habilitar o poder punitivo de uma maneira para os cidadãos e de outra para os inimigos, reservando o caráter de pessoa para os primeiros e considerando não-pessoas os segundos, confinando, porém, esta habilitação num compartimento estanque do direito penal, de modo que todo o resto continue funcionando de acordo com os princípios do direito penal liberal”. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Revan: Rio de Janeiro, 2007. A fim de “proteger” o Estado Democrático de Direito e os cidadãos, Jakobs cria o paradoxo da desigualdade no funcionamento do próprio Estado (próximo à exceção jurídica agambenriana), o que, para Zaffaroni, levaria ao Estado absoluto.

<sup>39</sup> GRECO, Rogério. **Atividade Policial**. 5ª edição. Impetus: Niterói, 2013.

<sup>40</sup> Em sentido análogo: Se a resistência (**injusta**) tomar contornos que coloquem em risco o exercício **legal** da atuação policial (constituindo-se em violência ou grave ameaça à vida), a conduta do agente que a repele configurará legítima defesa desde que nessa reação sejam utilizados somente os meios necessários para repelir a agressão. BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. Parte Geral 1. 17ª edição. Saraiva: São Paulo, 2012.



a Utilização da Força e das Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei adotada pelas Nações Unidas, do Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (da Assembleia Geral das Nações Unidas) e a Portaria Interministerial nº 4.226/2010. O que se apresenta nesses documentos é que os policiais, inseridos na categoria de funcionários responsáveis pela aplicação da lei, apenas devem recorrer à violência quando não existir medida alternativa e só devem efetuar disparos de arma de fogo em situações que configurem legítima defesa própria ou de terceiros<sup>41</sup>.

Ainda que não explore explicitamente a situação penal das mortes registradas em autos de resistência, Zaffaroni, ao diferenciar estrito cumprimento do dever legal de legítima defesa, aponta para uma interessante discussão que auxiliará na identificação do instituto aplicável às situações estudadas.

Para o autor, aquele que cumpre um dever jurídico, quando aparentemente está proibido de fazê-lo, como, por exemplo, o médico que avisa às instituições estatais sobre uma perigosa doença (violando, em teoria, dever de sigilo profissional) não apresenta conduta típica. Apesar de existir nessas situações uma colisão de ordens (deveres), configura-se a atipicidade conglobante<sup>42</sup> que permite com que se apreenda um dever como preponderante, sendo atípica a conduta que segue o dever que esteja em conformidade com o ordenamento normativo. Afasta-se, portanto, esse conceito da legítima defesa tendo em vista ser “inadmissível que a ordem jurídica aceite a rejeição das condutas que ordena”<sup>43</sup>.

Por conseguinte, a legítima defesa é causa de justificação já que se estabelece por meio de preceitos permissivos. Ao agente não é dada ordem alguma; a ele é concedida certa permissão apenas como “gesto de impotência diante de uma situação conflitiva”<sup>44</sup>. Assim, são retomados os requisitos insculpidos no artigo 25 do Código Penal para que se configure a legítima defesa, quais sejam, a utilização moderada dos meios necessários, a defesa atual ou iminente, a agressão injusta e a defesa dos bens jurídicos próprios ou de outrem. Ressalte-se o

---

<sup>41</sup> GRECO, Rogério. **Atividade Policial**. 5ª edição. Impetus: Niterói, 2013.

<sup>42</sup> Como as normas são instituídas de forma a originar uma ordem normativa, não é possível que se admita que uma regra proíba o que outra permite ou o oposto. Assim, surge a necessidade da consideração conglobante das normas. A tipicidade penal não se restringe à tipicidade legal, pois, para além da mera adequação ao exposto na lei, deve-se considerar a correção realizada pela tipicidade conglobante. Isto é, uma conduta que aparentemente não está determinada em uma norma pode estar proibida ou uma conduta prevista em uma regra pode estar permitida “ante a consideração conglobante da norma anteposta” ao tipo. PIERANGELI, José Henrique. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. V. 1. Parte Geral. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011. P. 479

<sup>43</sup> PIERANGELI, José Henrique. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. V. 1. Parte Geral. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011. P. 482.

<sup>44</sup> PIERANGELI, José Henrique. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. V. 1. Parte Geral. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011. P. 480.

caráter subsidiário do instituto: só é aplicável a legítima defesa se não houver outros meios jurídicos capazes de proporcionar a proteção ao direito ameaçado ou agredido<sup>45</sup>.

Destarte, por meio desse referencial teórico, o policial, em serviço, que atira em uma pessoa que oferece riscos (que, por exemplo, dispara arma de fogo contra o agente estatal) e a mata estará amparado pela causa de justificação de legítima defesa. Entende-se assim porque não há um “dever” para que o policial execute um indivíduo.

O disparo de arma de fogo por esse agente só **pode** ser exercido, ao retomar a argumentação de Zaffaroni, quando a situação conflitiva for tal que apenas aquele gesto seja capaz de afastar o perigo ou a agressão sofrida. Não é porque o policial na sua atividade represente o Estado que lhe é permitido usar a arma de fogo discricionariamente. Ainda que o Estado Moderno tenha o monopólio legítimo do uso da violência atribuído pelos cidadãos ao ente estatal de forma exclusiva, a Constituição Federal garante direitos fundamentais a todos os indivíduos de forma igualitária. O direito à vida e a proibição à pena de morte são alguns deles.

A Carta Magna é expressa em afirmar, em seu artigo 5º, inciso XLVII, que a pena de morte é proibida no país, salvo em situações de guerra declarada<sup>46</sup>. Porém, ainda nesses casos excepcionais, a sanção máxima deve seguir determinado procedimento e ser autorizada por decisão judicial, não sendo admissível a aplicação aleatória dessa pena.

Porém, esses princípios estruturantes do ordenamento jurídico brasileiro têm sido desconsiderados. Isso se torna perceptível a partir das pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, estado em que a quantidade de registros de autos de resistência é bastante elevada e com indícios de execuções de civis em contexto não conflitivo<sup>47</sup>. Tais estudos apontam para a imbricação entre a política de combate às drogas e a alta letalidade policial.

Desde o início do fenômeno mundial da “guerra contra as drogas” percebe-se a elevação das ações pelo combate ao tráfico e à criminalidade sendo a implicação dessas

---

<sup>45</sup> PIERANGELI, José Henrique. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. V. 1. Parte Geral. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

<sup>46</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

<sup>47</sup> FORÇA LETAL. **Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo**. Disponível em: < <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>>. Acesso em: 20/01/2014. AMNESTY INTERNATIONAL. **Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas**. Disponível em: < <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005pt.html>>. Acesso em: 20/01/2014.

demandas a utilização de práticas policiais arbitrárias<sup>48</sup>. Cite-se, como caracterização dessas práticas, a abordagem policial, que pode deflagrar uma situação de resistência<sup>49</sup>.

Dessa forma, de acordo com relatório sobre a suspeição no crime de tráfico de drogas, a definição da abordagem policial como razoável ou necessária depende das valorações do trabalho policial e “dos direitos que são reconhecidos aos cidadãos”<sup>50</sup>. Assim, são indicadas duas importantes questões que perpassam a discussão sobre os autos de resistência.

A primeira, ainda sobre a abordagem policial, a sinalizar que convivem a lei, aberta suficientemente para permitir a discricionariedade da atividade do agente estatal, e a formalidade da cultura jurídica a impedir o controle dos “padrões cotidianos de violência”<sup>51</sup>.

A segunda, já no âmbito da guerra contra as drogas, diz respeito à exclusão social e à negação de direitos fundamentais a certas parcelas da população.

A proibição e a criminalização podem ser compreendidas como a negação dos direitos civis dos cidadãos que são tratados, no caso das drogas, de forma discriminatória. Nesta perspectiva, elas formam outro mecanismo de reprodução das desigualdades, contradizendo o discurso jurídico do Estado<sup>52</sup>.

De forma mais contundente,

O controle penal das drogas ilícitas estabelece no interior do campo do direito o paradoxo de justificar a guerra ao tráfico ao custo da violação do princípio da igualdade<sup>53</sup>.

Esses assuntos, todavia, serão tratados mais adiante.

## 1.2. As difíceis consequências do registro de mortes como autos de resistência

No Brasil, a persecução criminal apresenta características ambivalentes: às polícias é determinado que investiguem os crimes, aprofundem essas investigações e façam relatório

---

<sup>48</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>49</sup> Ao menos a resistência caracterizada no artigo 292 do Código de Processo Penal.

<sup>50</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

<sup>51</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

<sup>52</sup> DOS SANTOS, Daniel. **Drogas, globalização e direitos humanos**. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política [on-line]. Niterói : EdUFF, 2004. Disponível em: < [http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\\_antropolitica\\_16.pdf](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_16.pdf)>. Acesso em: 11/02/2014.

<sup>53</sup> REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves. **A ilusão do proibicionismo**: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

escrito apontando os resultados obtidos nessas buscas. Esse relatório é conhecido como inquérito policial e não pode ser resumido à investigação, tendo em vista possuir depoimentos redigidos bem como peças periciais. Assim, essas formalidades necessárias para que o inquérito alcance as instâncias jurídicas fazem-no transcender a categoria de investigação para adquirir contornos de instrução criminal<sup>54</sup>.

Essa “é uma tradição que fez do inquérito policial a peça-chave que abre, **tanto quanto fecha**, as portas do processo de incriminação no Brasil”<sup>55</sup>.

O auto de resistência, como é designado em alguns estados da federação, exemplificam essa ambivalência. As mortes de civis causadas supostamente pelo enfrentamento com policiais, ao invés de serem classificadas como homicídios, são designadas sob o véu da resistência. Dessa forma, o delegado já determina que aquela conduta foi praticada em legítima defesa ou em estrito cumprimento do dever legal, excluindo a ilicitude das ações, o que confere caráter instrutório a sua decisão<sup>56</sup>.

No Rio de Janeiro, a tipificação homicídio e a exclusão de ilicitude retratada nos inquéritos policiais, tidos como autos de resistência, diferenciam-nos dos outros procedimentos de verificação de homicídios e antecipam a conclusão das investigações<sup>57</sup>.

Mencione-se que Garfinkel, em estudo sobre os suicídios, citado por Grillo et al, aponta “que, muitas vezes, a classificação de um evento antevê os próprios *accounts* usados para legitimá-la”<sup>58</sup>. E conclui Grillo et al, sobre o contexto carioca, ao afirmar que

(...) o conjunto de explicações sobre a morte legitima os títulos dados anteriormente aos casos, decidindo-se posteriormente ‘o que realmente aconteceu’. Da mesma maneira, uma vez tomada a decisão de registrar um caso como ‘auto de resistência’, o trabalho de ‘investigação’ converte-se em fundamentar tal classificação através das demais peças do Inquérito.

(...) Relatos, carimbos, etiquetas e assinaturas ornaram pilhas de papéis que circulam entre as delegacias e o Ministério Público no intuito de se construir uma ‘verdade’ que já começa pronta; de se concluir o que já se ‘sabe’ desde o início. São cumpridas as formalidades do inquérito sem que se adicione conteúdo às suas formas, ou melhor, de maneira que o conteúdo seja a forma, que a narrativa seja o padrão e que todo o resto sejam faltas: falta de testemunhas; falta de perícia de local; falta de projeteis para confronto de balística; falta de elementos para dizer se a arma do morto foi disparada; falta de conhecimento da dinâmica para contraste com laudos cadavéricos; em suma, falta de provas. Não se busca preencher as lacunas dos inquéritos, deixando-se nelas uma margem pra a dúvida ou deixando-se as dúvidas à

<sup>54</sup> MISSE, Michel (org). **O inquérito policial no Brasil**. Uma pesquisa empírica. Booklink: Rio de Janeiro, 2010.

<sup>55</sup> MISSE, Michel (org). **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Booklink: Rio de Janeiro, 2010.

<sup>56</sup> MISSE, Michel (org). **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Booklink: Rio de Janeiro, 2010.

<sup>57</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>58</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

margem, contornando-as com formulações morais ou se senso comum suficientes para dar corpo aos ‘autos’<sup>59</sup>.

Destarte, as ações policiais cariocas ostensivas recebem influência da possibilidade de que se construa a narrativa-padrão sobre a “resistência” “que organiza-se e oficializa-se como ‘fato’, no papel, desde o princípio da fase de apuração policial”<sup>60</sup>.

Assim, a classificação autos de resistência parece apontar para além da identificação da resistência às ações policiais: esse procedimento “pretende resolver essa contradição entre uma lógica policial completamente embebida em sujeição criminal<sup>61</sup> e uma lógica igualitária do Estado Democrático”<sup>62</sup>.

Nesse aspecto, o sistema penal demonstra a seletividade e arbitrariedade do processo de criminalização e vitimização. São eleitos, dentre os inimigos políticos (maioria marginalizada e impedida de coligar-se), alguns inimigos de guerra que serão escolhidos de acordo com um determinado estereótipo e deverão “assumir um papel, introjetá-lo e vivê-lo até o fim”<sup>63</sup>.

Assim, fabricando inimigos de guerra, consegue-se justificar a existência de uma guerra. Logo, o exercício do poder será realizado de forma a controlar e vigiar todos os inimigos políticos, com a desculpa de combater os inimigos criados pelo próprio sistema, a fim de impedir a organização dessa maioria marginalizada (muitas vezes a pedido desse mesmo segmento da população e com sua aprovação)<sup>64</sup>.

Dessa forma, não é incomum que alguns inimigos políticos sejam fuzilados pelos órgãos penais sob a justificativa de que eram “inimigos na guerra suja da política”; quando isso não é possível, essa morte é silenciada e escondida já que poderia demonstrar como de fato é exercido o poder, o que faria a sociedade se reunir contra a ordem imperante<sup>65</sup>.

Por outro lado, há situações em que a vítima encarna tão bem o papel de “inimigo na guerra suja da política” que ao seu fuzilamento é dada publicidade de forma a demonstrar a

---

<sup>59</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013. P. 185-186.

<sup>60</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>61</sup> Fenômeno descrito por Michel que, em síntese, representa a incriminação prévia de atores sociais considerados perigosos em que a periculosidade por eles oferecida é potencial. O autor ressalta ainda como a subcultura da sujeição criminal influencia perversamente a relação entre a comunidade pobre, a cidade e a subcultura policial.

<sup>62</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>63</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>64</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>65</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

necessidade da guerra e a imprescindibilidade do controle penal sobre todos os inimigos políticos. Essas mortes visam, ademais, confundir a maioria da sociedade para que aceite e inclusive exija o controle exercido sobre ela que a impede de se organizar<sup>66</sup>.

Portanto, tais execuções não objetivam atingir a vítima, mas o telespectador. Para além de infundir-lhe medo, a morte faz com que se cristalize o cenário da guerra; a população exige segurança e já que se está em guerra, aceita-se a violência praticada, pois para que o fim almejado possa ser atingido não importam os meios utilizados<sup>67</sup>.

Nesse contexto, estabeleceu-se no Brasil a figura das mortes de civis em confronto com a polícia: os autos de resistência. Permite-se com que a polícia mate “bandidos”, pois se vive em um país inseguro e marginais são seres irremediáveis. Essa violência se retroalimenta e gera um ciclo interminável de mais violações e mais pedidos por segurança.

A violência policial, por conseguinte, não está voltada para toda a população. Ela atinge estratos sociais específicos: quanto mais o sujeito se afasta do “tipo ideal de cidadão” mais será alvo dessas ações policiais. Essa seletividade está voltada para as áreas do crime, quais sejam, os locais em que vivem os indivíduos marginalizados. Nesses territórios, os direitos fundamentais podem ser suspensos (ou relativizados)<sup>68,69</sup>.

Pode-se pensar, em proximidade com o argumento defendido pela professora Beatriz Vargas de que os estratos sociais mais elevados apresentam menor risco de criminalização em concreto e as exigências para aferição da legalidade da prisão em flagrante dos indivíduos

---

<sup>66</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>67</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>68</sup> DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania**: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>69</sup> A população possui a opinião de que, para que se consiga combater o tráfico de drogas, pode haver a suspensão de direitos fundamentais de determinados estratos sociais (o segmento mais marginalizado). DOS SANTOS, Daniel. Drogas, globalização e direitos humanos. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política [on-line]. Niterói : EdUFF, 2004. Disponível em: < [http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\\_antropol](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropol). Acesso em: 11/02/2014. A corroborar essa idéia, interessante mencionar análise feita por Ignacio Cano sobre pesquisa acerca do grau de acordo ou desacordo com expressões relativas a DDHH e crime no Brasil que indica que 33,1% das pessoas entrevistadas concordam totalmente com a expressão “Bandido bom é bandido morto”. E 11,6% concordam parcialmente. Esses percentuais (44,7%) apontam para um cenário grave: há incentivos a execuções sumárias e os participantes aquiescem com os assassinatos de criminosos. Porém, a anuência com a violência policial não é indiscriminada vez que grande maioria dos entrevistados (89%) se posicionou contra a frase de que a polícia deve atirar primeiro e perguntar depois. Para essas pessoas, a violência apenas é legítima quando praticada contra alvos determinados: os “bandidos”. CANO, Ignacio. **Direitos para os bandidos?:** Direitos Humanos e Criminalidade no Brasil. In Desafios aos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo. Biorn Maybury-Lewis & Sonia Ranincheski (org). Verbena: Brasília, 2011.

dessas classes são maiores<sup>70</sup>, que as atuações policiais em relação às camadas pobres são menos rigorosas do ponto de vista legalista. Melhor dizendo, tais ações flexibilizam a legalidade do seu padrão de conduta em decorrência do público-alvo da atuação.

Com efeito, no Brasil, o cidadão com baixo status moral, que pode ser caracterizado pelo negro, pobre, jovem ou favelado, é mais vulnerável a sofrer a violência policial<sup>71</sup>.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil – Racismo, Pobreza e Violência demonstra que a maior parte dos mortos em confronto com a polícia no Rio de Janeiro é negra (72% sobre casos válidos).

Tabela 02 - Aspecto racial dos mortos em confronto com a polícia no Rio de Janeiro

Cor/raça	Opositores mortos pela polícia*			População geral ***	
	Número	% sobre o total	% sobre os casos válidos	Número	% sobre casos válidos
Branca	370	19,7	26,2	7.766.393	54,5
Parda	409	21,8	28,9	4.847.950	34,0
Preta	609	32,4	43,1	1.575.461	11,1
Outra	26	1,4	1,8	63.988	0,5
Desconhecida	466	24,8	-	201.478	-
TOTAL	1.880	100,0	100,0	14.455.270	100,0

Fontes: \* Registros de ocorrência da Polícia Civil do Rio de Janeiro entre janeiro de 1998 e setembro de 2002.

\*\* Atualização dos dados do PIT, Superintendência de Saúde, Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro e pesquisa realizada sobre uma amostra de presos entre agosto de 2002 e março de 2003. O relatório não informa o número de presos para cada cor/raça, apenas a porcentagem e o total da amostra.

\*\*\* Censo IBGE 2000 <sup>72</sup>

Pesquisa mais recente realizada na cidade de São Paulo evidencia resultados bastante semelhantes à tabela carioca acima exposta: dos casos observados entre os anos de 2009 a

<sup>70</sup> REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves. **A ilusão do proibicionismo**: estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília. 2011.

<sup>71</sup> DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania**: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>72</sup> **Relatório de Desenvolvimento Humano**: Racismo, pobreza e violência. PNUD. Brasil, 2005. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHBrasil](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHBrasil)>. Acesso em: 15/02/2014.

2011, as vítimas que faleceram em virtude de confronto com a polícia foram, em prevalência, negras (61%)<sup>73</sup>, jovens entre 15 e 29 anos de idade (77%), e homens (97%)<sup>74</sup>.

O padrão de seletividade dessa violência policial demonstra a negação de direitos fundamentais a segmentos da população e as diferentes formas de convivência e tratamento que recebem “marginalizados” e não marginalizados no espaço público. Para as populações estigmatizadas não existe uma polícia para eles, mas sim contra eles<sup>75</sup>.

Historicamente, os autos de resistência foram regulamentados durante a Ditadura Militar por meio da ordem de serviço nº 803 de 02/10/1969<sup>76</sup>. Nesse período, de acordo com as falas no documentário “Memória para uso diário” de pessoas presas e torturadas, o alvo preferencial do Estado eram os subversivos construídos como terroristas, perigosos e que comprometiam a ordem da nação. Algumas das histórias das vítimas do regime retratadas no filme tiveram suas mortes noticiadas nos jornais ou registradas como decorrentes de confronto com a polícia nos conhecidos autos de resistência<sup>77</sup>.

Uma dessas vítimas, Lincoln Bicalho Roque, foi torturado e assassinado pelas forças policiais do Estado em 1973, mas a notícia de sua morte foi registrada como decorrente de resistência à prisão nos órgãos oficiais<sup>78</sup>. Na mídia, o jornal O globo publicou em 22 de março de 1973 a notícia: Terrorista reage à prisão e é morto a tiros na rua<sup>79</sup>. Segue a transcrição de parte da reportagem.

Os órgãos de segurança informaram que num tiroteio com agentes policiais morreu o **terrorista** Lincoln Bicalho Roque (Mário) chefe da célula ‘Frente Estudantil’ do PCdoB, responsável pela execução de programa de agitação na área universitária do Rio (...). Ele foi encontrado em companhia de um militante não identificado, **mas**

---

<sup>73</sup> Em 2011, o estado de São Paulo possuía 14.287.843 negros residentes na região e 26.371.709 brancos. Nesse ano, 193 pessoas negras foram mortas e 131 brancas. SINHORETTO, Jacqueline. SILVESTRE, Giane. SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. Sumário executivo. São Paulo: UFSC, abril 2014.

<sup>74</sup> SINHORETTO, Jacqueline. SILVESTRE, Giane. SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: letalidade policial e prisões em flagrante**. Sumário executivo. São Paulo: UFSC, abril 2014.

<sup>75</sup> DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã**. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>76</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

<sup>77</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

<sup>78</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

<sup>79</sup> **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 02/06/2014.



**reagiu à prisão** e, na tentativa de fugir, **trocou tiros com agentes**. Mário morreu no local e seu companheiro fugiu, mesmo ferido<sup>80</sup>.

É muita próxima a essa argumentação reportagem noticiada no site G1 da Globo em 04 de fevereiro de 2014 acerca de mortes ocorridas durante operação policial ao Morro do Juramento no Rio de Janeiro:

O Morro do Juramento, no subúrbio do Rio, é um dos redutos do grupo que vem ordenando ataques às Unidades de Polícia Pacificadora. (...)

Foi lá que a Polícia Militar **entrou em confronto** com traficantes no início da manhã. Um tiroteio pesado, que deixou dois PMs feridos sem gravidade e seis homens mortos. Segundo as investigações, **todos eram bandidos**. Até agora, nenhum deles foi identificado<sup>81</sup>.

Interessante que a fala de uma mulher presente no mencionado documentário faz o paralelo entre os terroristas do período ditatorial e os traficantes da contemporaneidade. Ambos são enfrentados como inimigos pelo Estado, manifestamente pelas forças policiais, e as mortes desses indivíduos são (não) registradas em procedimentos com narrativas que já constroem, a priori, a legalidade da ação da qual decorreu o falecimento<sup>82</sup>.

Registrem-se como atordoantes as narrações presentes nesse filme: a primeira, de uma mãe que teve seu filho assassinado por policiais e em que o registro dessa morte se deu na forma de auto de resistência. A segunda, de Cecília, presa e torturada durante a década de 1970 no regime militar, a relatar a sua experiência<sup>83</sup>.

“Parece que a vida de um morador da comunidade não vale nada. Então, a mídia só aparece para contar os mortos. Só aparece quantos morreram. É traficante morto pela polícia”<sup>84</sup>.

“Você se vê como um não-humano, como uma pessoa diferente. E para o não-humano vale tudo. Para o dito perigoso, né?! Para o dito diferente e perigoso, né?! Que tá colocando em risco a segurança do regime ou a segurança da sociedade”<sup>85</sup>.

De igual modo, em entrevista coletiva sobre o caso da morte de Antônio de Araújo no Distrito Federal, desaparecido em 2013 após abordagem policial, o secretário adjunto de segurança Paulo Roberto deixou bastante evidente a seletividade da ação policial:

---

<sup>80</sup> **40 anos do massacre da Comissão Nacional de Organização do PC do B**. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print.php?id\\_noticia=201097&id\\_secao=1](http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=201097&id_secao=1)>. Acesso em: 02/06/2014.

<sup>81</sup> Seis **pessoas morrem em operação contra o tráfico de drogas no Rio**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/seis-pessoas-morrem-em-operacao-contr-o-trafico-de-drogas-no-rio.html>>. Acesso em: 10/06/2014.

<sup>82</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

<sup>83</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

<sup>84</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

<sup>85</sup> **Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/ Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

determinadas pessoas poderiam ter direitos fundamentais relativizados. Para ele, por inferência, seria lógico que os policiais executassem bandidos (retoma-se a anuência de parcela da população ao assassinato de criminosos – ver nota 68) e não um “Zé Ninguém”, sem antecedentes criminais, sem envolvimento com transgressores, tão somente pobre. Paulo Roberto afirmou “eu tenho 8 anos de corregedoria. Não me parece lógico, não tô dizendo que não ocorreu, não me parece lógico que esses 8 policiais teriam matado ‘um Zé’ porque entrou na casa do cara”<sup>86</sup>.

A partir dessa fala, surgem evidentes os sujeitos que se relacionam aos episódios dessa espécie de violência: os policiais e os “bandidos”. Para apreender melhor as situações retratadas nos autos de resistência é necessário estudar os papéis sociais dos agentes estatais e das vítimas. É o que se tratará no tópico seguinte.

### **1.3. Os personagens envolvidos nos autos:**

Nesse item, serão tratados a polícia, a vítima da abordagem e o Sistema de Justiça Criminal, com atenção aos órgãos judiciais. Esse enfoque foi proposto para que fosse possível compreender como o padrão de letalidade estava inserido em uma conjectura de limitações enfrentadas pelo Sistema Criminal brasileiro, causador e legitimador de violências.

#### **1.3.1. A polícia:**

O Brasil, como país democrático, comporta paradoxalmente há anos a lógica do autoritarismo. A polícia acaba por ser fortemente marcada pelos valores autoritários que delineam os padrões de ação e controle da instituição. Esses agentes estatais não assumem possuir condutas autoritárias, mas sim, atitudes conforme a lei<sup>87</sup>. Nota-se, dessa forma, que a

---

<sup>86</sup> ‘Foi hipotético’, diz secretário após chamar morto no DF de ‘um Zé’. Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/01/foi-hipotetico-diz-secretario-apos-chamar-morto-no-df-de-um-ze.html>>. Acesso em: 11/02/2014.

<sup>87</sup> Expressão utilizada no meio policial demonstra esse posicionamento: “Não existe violência policial. O que existe é resistência à prisão”. In DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania**: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

instituição não se percebe enquanto violenta; os padrões de uso excessivo da força são considerados apenas como condutas de sujeitos que agiram individualmente<sup>88</sup>.

A polícia ostensiva é militarizada embora possua atividades de cunho civil. A instituição é organizada hierarquicamente, apresenta códigos disciplinares militares, insígnias, uniformes<sup>89</sup>.

Esses órgãos militarizados recrutam seu corpo de funcionários no mesmo segmento populacional em que ocorre com preponderância a vitimização e a criminalização. Esses agentes estatais também suportam recorrentes violações aos seus direitos e passam por um processo conhecido por policização que é de igual modo degradante<sup>90</sup>.

Tais funcionários são escolhidos no segmento dos criminalizados por apresentarem semelhança com determinado estereótipo e, em virtude da ausência de controle da agência para a qual trabalham, aprendem a exercer suas atividades ambigualmente: externamente apresentam um discurso moralizante, internamente agem de acordo com uma prática corrupta. Dessa forma, convivem na figura do policial insculpida pela sociedade duas características peculiares: percebe-se, em razão do estereótipo, o policial como corrupto e espera-se que ele aja como um psicopata na realização de suas atividades<sup>91</sup>.

Logo, o treinamento pelo qual passa o policial o envolve na anomia:

o homem perde as referências dos grupos originários aos quais pertence, que passam a 'estranhá-lo' e a tratá-lo com certa desconfiança; os grupos médios não o aceitam e, em geral, o desprezam; as cúpulas o ameaçam com sanções administrativas, se não se submeter às práticas corruptas, ao mesmo tempo em que lhe impõem discursos moralizantes; simultaneamente, a conduta 'ideal', que o reprovam por não assumir (e que corresponde à de herói produzido pela ficção transnacionalizada), é a de um psicopata<sup>92</sup>.

Essa anomia faz com que o policial tenha a sua identidade deteriorada e o submerge em um elevado nível de desgaste. Ademais, a ausência de suporte psicológico e a negação do horror e do medo (afinal, a policização exige que o ser aja como um “macho”) ao qual são submetidos, aprofundam ainda mais a perda da sua identidade originária, criando uma

---

<sup>88</sup> DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania**: o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: < <http://revista.forumseguranca.org.br/ind>>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>89</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>90</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>91</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>92</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

identidade artificial e moldada de acordo com as exigências (sociais e institucionais) da sua função<sup>93</sup>.

Destarte, a policização como meio de selecionar, treinar e condicionar os agentes policiais representa “um processo de assimilação institucional violador dos direitos humanos e tão seletivo quanto a criminalização e a vitimização, que recai preferentemente sobre homens jovens das camadas pobres da população”<sup>94</sup>.

E são as pessoas submetidas a esse processo degradante de estigmatização, perda de identidade e violência que confiamos o policiamento ostensivo, atividade armada e próxima à população.

Nesse aspecto, o uso da força física pelas polícias no Brasil sempre caracterizou um dos elementos preponderantes das práticas da instituição, fosse para realizar o controle social fosse para regular conflitos obedecendo a determinado marco legal<sup>95</sup>.

Pela impossibilidade que o legislador brasileiro apresenta para construir limites à utilização da força pelos policiais, esses parâmetros para o emprego da força passaram a ser construídos pela própria instituição policial. Assim, não há no país a unificação de padrões técnicos para o uso da força física por esses agentes estatais. Essas normas que visam regular a utilização da força são estabelecidas por cada agência. Comumente, esses parâmetros “locais” são construídos por meio dos ideários de proporcionalidade/intensidade no emprego da força contra civis. A depender de como o sujeito responda à abordagem policial (cooperação ou resistência – em níveis maiores ou menores), a força será usada de maneira proporcional, em gradientes<sup>96</sup>.

Dessa forma, assim como o uso legítimo da força física define o Estado Moderno, a utilização da força física pelas polícias é apreendido, socialmente, como elemento que constitui a atividade policial.

---

<sup>93</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>94</sup> ALAGIA, Alejandro. BATISTA, Nilo. SLOKAR, Alejandro. ZAFFARONI, Eugenio. **Direito Penal Brasileiro – I**. Revan: Rio de Janeiro, 2003.

<sup>95</sup> SANTOS, Misael de Sousa. **Castigo corporal praticado por policiais militares**: descrevendo práticas, entendendo sentidos. Disponível em: < <http://www.lev.ufc.br/iiiseminario/wp-content/uploads/2013/06/CASTIGO-CORPORAL-PRATICADO-POR-POLICIAIS-MILITARES-DESCR>. Acesso em: 25/01/2014.

<sup>96</sup> SANTOS, Misael de Sousa. **Castigo corporal praticado por policiais militares**: descrevendo práticas, entendendo sentidos. Disponível em: < <http://www.lev.ufc.br/iiiseminario/wp-content/uploads/2013/06/CASTIGO-CORPORAL-PRATICADO-POR-POLICIAIS-MILITARES-DESCR>. Acesso em: 25/01/2014.

Enquanto possibilidade ou realidade concreta, a força define o próprio lugar de polícia, o que ela é e o que ela faz – ou o que ela pode e está autorizada a fazer para validar as regras que regem o pacto social<sup>97</sup>.

Nesse sentido, frequentemente, os policiais se percebem enquanto a linha fronteira entre a ordem e a desordem. Essa auto percepção de que sua função é combater marginalizados, perigosos e transgressores pode gerar abusos. Na tentativa de deixar a cidade melhor ou mais limpa, o agente pode cometer ilegalidades acaso esses meios lhe pareçam mais eficientes para alcançar os fins por ele próprio delineados<sup>98</sup>.

Por conseguinte, diversos aspectos transpõem a discussão sobre o mandato do uso da força pela polícia, dentre os quais, protocolos de atuação, treinamento, discricionariedade, interação com a sociedade, responsabilização, dentre outros. No entanto, quando esses elementos não são observados na construção de políticas e parâmetros gerenciais para o uso da força comedida pelas agências policiais, acaba-se por permitir com que a atividade policial seja construída com base em amadorismos e em falsos ideais do senso comum que confundem o emprego da violência com a utilização legal e legítima da força física. Então, os agentes, em situações de risco, são obrigados a tomar decisões sem qualquer diretiva que possa orientá-los sobre a propriedade de sua decisão<sup>99</sup>.

As consequências dessa indistinção são bastante cruéis para a sociedade. Quando os aparelhamentos policiais não se pautam claramente pelas normativas táticas e técnicas que permitem diferenciar a violência do uso da força, as ocorrências danosas com a sociedade aumentam<sup>100</sup>.

A imprecisão e invisibilidade dos procedimentos que devem ser observados em uma ação policial acabam por provocar “a banalização da utilização do nível letal de força”.

Sem esta clareza, em ambientes de elevado risco e imprevisibilidade, pressionados por resultados e pela demanda pública por segurança, muitos policiais optam por cursos decisórios em que a letalidade de suas ações eleva-se exponencialmente<sup>101</sup>.

Destarte, a morte de civis em confronto com a polícia demonstra diversas dificuldades enfrentadas pelas agências nos aspectos “de formação, treinamento, controle,

<sup>97</sup> ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>98</sup> OLIVEIRA, Antonio. **Os policiais podem ser controlados?** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/12720>>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>99</sup> ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>100</sup> ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>101</sup> ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

supervisão e procedimentalização”. Além disso, evidenciam a falta de tradição dos órgãos de segurança pública no emprego de técnicas não letais para a prática policial. Para que o agente estatal possa exercer a discricionariedade inerente a sua atividade de maneira adequada, buscando as melhores alternativas para proteger a si e à sociedade, é necessário permitir que ele tenha acesso a todos os recursos, tais como, manuais de atuação, treinamentos específicos e auxílio bio-psico-social<sup>102</sup>.

O eficiente treinamento técnico, tático e emocional permitiria com que o agente estatal percebesse, decidisse o meio empregado e respondesse de acordo com os regramentos legais a amparar a ação. Quanto melhor fosse esse preparo, maior qualidade apresentariam as atividades policiais. E para o desenvolvimento das habilidades que permeiam essas ações, necessário se faz a realização de treinamento adequado e continuado, além de oferecer a esses agentes estatais condições de trabalho que permitam com que eles ajam “na plenitude de sua capacidade”<sup>103</sup>.

As ações policiais, acaso não se pautem por tais critérios técnicos, podem se mostrar bastante desastrosas. Ações essas que sinalizam para o problema da alta letalidade policial e que são legitimadas por uma sociedade que construiu o conceito de segurança como um fim em si mesmo, admitindo ou tolerando o tratamento de determinadas pessoas como não humanas.

### 1.3.2. A vítima:

Interessante mencionar aspecto bastante relevante referido nas pesquisas sobre autos de resistência no Rio de Janeiro: a partir de entrevistas, percebeu-se que, na lógica organizativa do sistema policial, o auto de resistência não era exatamente um homicídio<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>103</sup> STORANI, Paulo. **Uso comedido da força letal: construindo um protocolo de engajamento**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>104</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

Partindo-se dessa premissa, fica perceptível que existem seres matáveis e seres humanos não matáveis. A morte dos que não podem ser mortos consubstancia-se em crime contra a vida e deve, portanto, ser investigado, elucidado e seu autor responsabilizado. Em contraposição, matar um “não alguém” não representa crime de homicídio e por isso, não carece de investigação<sup>105</sup>. Aqui, a figura do inimigo (o ser humano matável que só é considerado enquanto ente perigoso<sup>106</sup>) é aprofundada e dialoga com a arqueologia ontológica do direito e da política realizada por Agamben.

Trata-se o inimigo apenas como algo perigoso e que necessita de contenção, o que lhe retira o seu caráter de pessoa, pois, embora ainda sejam a ele garantidos determinados direitos (de natureza sucessória, familiar etc), ele é privado de outros direitos porque oferece riscos. Tal justificativa lhe retira o seu aspecto humano<sup>107</sup>.

Por conseguinte, para Agamben, a biopolítica, embora se foque no controle da vida, sempre retoma o ideário de soberania que, em última análise, efetiva o poder de vida e morte sobre os indivíduos que se inserem na comunidade política<sup>108</sup>. Esse poder se consubstancia na suspensão da ordem jurídica (ao que ele chama como exceção) e visa a regular de maneira absoluta a vida nua. Para tanto, a fim de regular tal vida nua, “pressupõe-se a matabilidade desta mesma vida”.

Ressalte-se que a inserção da vida nua na política não foi característica apenas dos Estados totalitários, mas se reafirmou nos hodiernos regimes democráticos, pois ainda hoje as democracias articulam a biopolítica e a exceção na conformação de seus sistemas jurídicos e políticos<sup>109</sup>.

De tal modo que, nessa zona de inter-relação entre direito, que origina a situação de exceção, e de política, que gera a biopolítica, está a vida nua. Tal vida se demonstrava de forma plena na figura romana do *homo sacer*, alvo da biopolítica na situação de exceção. O

---

<sup>105</sup> LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

<sup>106</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Revan: Rio de Janeiro, 2007.

<sup>107</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Revan: Rio de Janeiro, 2007.

<sup>108</sup> “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é, matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera”. AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

<sup>109</sup> THEODORO FILHO, Wilson Roberto. **O abandono da Constituição**: Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

ser que poderia ser morto, sem que isso fosse considerado como crime, e que não poderia (ou serviria) para ser sacrificado<sup>110</sup>.

Assim, na modernidade, o paradigma biopolítico tornou-se o paradigma do campo de concentração sobre o qual as comunidades humanas se organizam. “(...) o critério de organização político não são mais as fronteiras sobre as quais incidem ordenamentos jurídicos, mas sim os espaços nos quais a ordem jurídica está, senão formalmente, concretamente suspensa”<sup>111</sup>.

Destarte, o campo de concentração e a exceção demonstram ser profundamente imbricados: o campo se configura quando o estado de exceção passa a ser a regra (como padrão de normalidade) e não a exceção. A indistinção entre exceção e normalidade gera “o campo como espaço permanente para a tematização da vida nua, mantendo-o, a despeito de sua permanência, sempre fora do ordenamento jurídico político normal”<sup>112</sup>.

Se isto é verdadeiro, se a essência do campo consiste na materialização do estado de exceção e na conseqüente criação de um espaço em que a vida nua e a norma entram em um limiar de indistinção, deveremos admitir, então, que nos **encontramos virtualmente na presença de um campo toda vez que é criada uma tal estrutura, independentemente da natureza dos crimes que aí são cometidos e qualquer que seja a sua denominação ou topografia específica.** (...) um local aparentemente anódino (como, por exemplo, o Hotel Árcades, em Roissy) delimita na realidade um espaço no qual o ordenamento normal é de fato suspenso, e que aí se cometam ou não atrocidades não depende do direito, mas somente da civilidade e do senso ético da polícia que age provisoriamente como soberana.

(...) O sistema político não ordena mais formas de vida e normas jurídicas em um espaço determinado, mas contém em seu interior uma *localização deslocante* que o excede, na qual toda forma de vida e toda norma podem virtualmente ser capturadas. O campo como localização deslocante é a matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer através de todas as suas metamorfoses, nas *zones d'attente* de nossos aeroportos bem como em certas periferias de nossas cidades. Este é o quarto, inseparável elemento que veio a juntar-se, rompendo-a, à velha trindade Estado-nação (nascimento)-território<sup>113</sup>.

Logo, o estado de exceção, enquanto técnica governamental bastante difundida na modernidade e utilizada de forma não declarada, caracteriza-se pelo aspecto biopolítico que

---

<sup>110</sup> THEODORO FILHO, Wilson Roberto. **O abandono da Constituição:** Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

<sup>111</sup> THEODORO FILHO, Wilson Roberto. **O abandono da Constituição:** Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

<sup>112</sup> THEODORO FILHO, Wilson Roberto. **O abandono da Constituição:** Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

<sup>113</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer:** o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.



lhe origina e pela suspensão da ordem jurídica e indistinção entre vida e lei que excluem/incluem a vida natural nas comunidades políticas<sup>114</sup>.

A vida nua, nesse sentido, é objeto do direito e da política nesse Estado e, por meio da sua tematização, é avaliada valorativamente e eticamente sobre qual merece ser vivida, pois digna, e qual é indigna de ser vivida<sup>115</sup>. Ainda que, nesse aspecto, Agamben trate sobre a eutanásia e a relação de soberania que passam a exercer os médicos quando da decisão acerca do término da vida<sup>116</sup> (nas situações de morte cerebral, por exemplo, em que o paciente está paradoxalmente morto, apesar de vivo por mecanismos artificiais), percebe-se a relação da vida nua com a morte registrada em auto de resistência.

As mortes informadas nesse procedimento administrativo indicam que as vidas de indivíduos transgressores são tratadas como não sendo merecedoras de serem vividas e não são protegidas.

No Rio de Janeiro, em que há um dos maiores índices de autos de resistência do país, grande parte dos casos, quando a vítima apresenta antecedentes criminais, ainda que existam indícios de que a polícia a tenha executado, são arquivados. Os promotores afirmam que, nessas situações, o oferecimento da denúncia é atividade em vão: os juízes do Tribunal do Júri não receberão a inicial acusatória. Percebem-se aqui circunstâncias sinistras: pressupõe-se que o morto, pois transgressor, estava em confronto e, por isso, o agente estatal que o assassinou agiu amparado por alguma excludente de ilicitude mesmo que os elementos de convicção indiquem o contrário<sup>117</sup>. São criadas justificativas formais para esconder o paradoxo e a matança provocada pelas agências executivas.

---

<sup>114</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

<sup>115</sup> THEODORO FILHO, Wilson Roberto. *O abandono da Constituição*: Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

<sup>116</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*: o poder soberano e a vida nua I. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

<sup>117</sup> Transcrição de parte de audiência de instrução e julgamento em que dois rapazes teriam sido mortos por policiais militares no Rio de Janeiro:

*Mãe*: Eu queria saber porque eu tenho que estar aqui se e não acusei ninguém. Eu não fiz nada. Eu nem queria ter que vir aqui.

*Juiz*: A senhora não precisa ficar nervosa. Ninguém aqui está dizendo que a senhora acusou alguém. Nós sabemos disso. Fique calma.

*Promotor*: Deixa eu explicar para a senhora. A senhora foi chamada para testemunhar porque nós queremos saber quem era o seu filho. Queremos saber se o seu filho era vagabundo, se era viciado, se trabalhava, se tinha casa. Isso tudo é importante de saber. **Quando alguém morre dessa forma, nós precisamos saber quem era a pessoa.** Por isso nós chamamos os parentes para virem até aqui e prestarem essas informações.

*Advogado*: Olhe, eu estou aqui na posição de advogado dos policiais, estou defendendo esses homens sérios, e preciso saber quem era o seu filho, por onde ele andava, com quem, porque eu sei o que o meu filho faz, para onde ele vai. Agora ele está aqui comigo, trabalhando (*aponta para o seu assistente*). Então eu quero saber **se o seu filho era bandido**, porque ele foi morto numa troca de tiros com policiais”.

Dessa forma, o cenário descrito por Agamben aponta para o ato político pelo qual o Estado, dentre os inimigos políticos, determina seus inimigos de guerra. E essa decisão soberana acaba por tornar esses indivíduos vidas nuas por meio de mecanismos de exclusão/inclusão: são qualificados em contraposição aos cidadãos “de bem” (os incluídos na sociedade) e tratados como marginalizados (“bandido não é cidadão”<sup>118</sup>). A eles desproteção, violência, morte. Afinal, bandido bom é bandido morto. Tudo com a finalidade cega de obter segurança.

Como já afirmado, os autos de resistência no Rio de Janeiro em que as vítimas possuem antecedentes criminais não são sujeitos a efetivo controle, sendo, em grande maioria, arquivados.

Os relatos dos familiares nesses inquéritos corroboram a matabilidade de transgressores: a comunidade parece concordar com a execução de delinquentes; a família tende a buscar os mecanismos formais de controle quando evidentemente seus parentes mortos pela polícia não tinham envolvimento com crimes. Por conseguinte, nessa mesma lógica, para que os autos de resistência sejam processualizados, os familiares precisam demonstrar que as vítimas não eram criminosas, ou seja, que não eram “seres matáveis”.

A construção da pessoa moral do morto incide sobre as decisões que determinarão se a morte é legal ou ilegal, ou seja, se o policial agiu, de fato, em legítima defesa diante de suposta resistência. A história pessoal da vítima pode transformar-se em argumentos legais que influenciam a punição ou não dos policiais responsáveis. Essa construção social do indivíduo “criminoso”, por si só, indicaria que ele seria “perigoso” e teria oferecido resistência à ação policial. O fato de ela morar em área dominada por grupos ligados ao tráfico de drogas, por exemplo, contribui para a construção de uma idéia de “periculosidade” do sujeito, de modo que a intimação de seus parentes é feita no sentido de esclarecer se a vítima era realmente “envolvida” (com o tráfico). A tendência à antecipação da culpabilidade do morto implica na necessidade de os familiares comprovarem a sua inocência, mediante, por exemplo, a apresentação de carteira de trabalho assinada ou boletim escolar com boas notas. A FAC suja e o porte de arma ou drogas são, portanto, usados como justificativas para a morte do indivíduo, independentemente das circunstâncias da morte<sup>119</sup>.

Destarte, a alta letalidade policial no Rio de Janeiro apresenta-se como política de segurança pública para administração de conflitos. Além disso, a sua implementação

---

Nesse caso concreto, pretendeu-se inquirir a mãe da vítima, morta pela polícia, para saber se o seu filho era um cidadão “de bem” ou um suspeito. Assim, as perguntas se centraram na caracterização moral do morto e não nas circunstâncias em que ocorreu a morte. Quando o inquérito é submetido a julgamento pelo júri, a descrição da vítima como bandido ou a caracterização do local da sua morte como área reservada para criminosos e usuários de drogas levam, muitas vezes, à absolvição dos policiais envolvidos no “confronto”. In GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>118</sup> Declaração de um policial no Rio de Janeiro. In GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>119</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais**. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

demonstra a participação do sistema criminal nessa engrenagem ao “legitima(r) a morte de civis assujeitados criminalmente”<sup>120</sup>.

Quanto a isso, necessário se faz analisar as limitações do Sistema de Justiça Criminal, especificamente dos órgãos judiciais, pois incumbidos dessa legitimação, para, então, estabelecê-los como peça fundamental para o controle da violência policial no seu aspecto mais cruel: a morte de jovens pobres. Passemos à digressão.

### 1.3.3. O Sistema de Justiça Criminal: os órgãos judiciais

O sistema penal brasileiro representa hoje o controle da maioria marginalizada e distante dos meios de produção industrial a partir da brutal violência institucionalizada e que esfacela os vínculos comunitários da população<sup>121</sup>.

Tal sistema, enquanto manifestação de um poder, é seletivo, reproduz violência, causa dor, é corrupto e é caracterizado pela verticalização social e destruição das relações comunitárias horizontais, sendo tais elementos inerentes e estruturais desse exercício de poder. Mais do que isso, a morte, como fato, caracteriza o sistema penal brasileiro<sup>122</sup>.

Os órgãos policiais que formam esse sistema realizam “um controle social militarizado e verticalizado”<sup>123</sup> cotidianamente sobre grande parte da sociedade e apresenta, além da faceta repressora, um poder configurador de controle social.

Quase todas as ações praticadas pelos sujeitos são vigiadas por algum tipo de órgão do sistema penal ou por outras instituições que se utilizam da executividade do sistema para reforçar o controle. É certo que essa vigilância é mais realizada em relação a condutas cometidas no espaço público, o que já a torna seletiva tendo em vista o acesso diferenciado da população carente ao espaço urbano (como marginalizada, essa camada possui menos oportunidades de privacidade, sendo, por isso, mais controlada). Assim, “esse poder

---

<sup>120</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais.** Disponível em: <  
[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>.  
Acesso em: 16/02/2014.

<sup>121</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas.** A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>122</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas.** A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>123</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas.** A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

configurador do sistema penal, que também exerce o papel de disciplinarismo verticalizante, é exercido à margem da legalidade, de forma arbitrariamente seletiva, porque a própria lei assim o planifica e porque o órgão legislativo deixa fora do discurso jurídico-penal amplíssimos âmbitos de controle social punitivo”<sup>124</sup>.

Cada agência do sistema penal (judiciais e não-judiciais) defende seu próprio poder em relação às outras. Ao fazer isso, cada uma exerce seu poder com indiferença às atividades praticadas pelas demais e, mais do que isso, sem se preocupar com o resultado produzido ao final pelo conjunto. Por conseguinte, o sistema penal não representa um sistema na acepção técnica do vocábulo, mas sim um conjunto formado pelo exercício de poder de várias agências que atuam de maneira independente<sup>125</sup>.

Dentre as principais funções do sistema penal, pode-se citar como uma das mais drásticas a “criação e o aprofundamento de antagonismos e contradições sociais e consequentemente o enfraquecimento e a destruição de vínculos comunitários, horizontais e de simpatia”<sup>126</sup>. Destroem-se as identidades originais dos sujeitos e constroem-se outras artificiais para o surgimento de personagens (juízes, delinquentes, policiais) na atuação do ambiente deteriorado, o que gera conflitos entre esses grupos sociais a provocar mais violência e mais degradação. Destarte, esse poder se erige como um grande obstáculo à consecução da paz social e da manutenção dos vínculos comunitários horizontais<sup>127</sup>.

Além disso, nesse sistema, como já ressaltado, os órgãos não judiciais<sup>128</sup> se moldam de forma militarizada e as agências judiciais, que deveriam realizar o controle sobre as atividades daqueles, são tão burocratizadas que permitem com que os órgãos não judiciais exerçam suas práticas discricionariamente<sup>129</sup>.

Com receio do enfrentamento com agências consideradas mais poderosas ou com setores políticos ou midiáticos, em regra geral, as instituições judiciais preferem evitar o conflito, o que representa um controle inadequado sobre as ações policiais. Assim, o poder das instituições não judiciais se fortalece, pois se encontra distante do controle judicial a

---

<sup>124</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>125</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>126</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>127</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>128</sup> Agências executivas, agências ou instituições não judiciais – segmento não judicial do sistema penal que apresenta alto poder configurador e que é representado, em grande parte, pelas instituições policiais.

<sup>129</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

possuir, inclusive, o seu beneplácito. Logo, no exercício da parcela do seu poder, as agências executivas violam os princípios de direitos humanos continuamente<sup>130</sup>.

Destarte, apesar de o sistema penal ser um poder, que não é legitimado, permanecerá como fato. Nesse contexto, faz-se urgente uma resposta à crise de legitimidade do exercício de tal poder, pois a conformação do sistema penal tem se caracterizado como “um genocídio em andamento”<sup>131</sup>.

Além de provocar a morte de várias pessoas, sendo grande parte delas do segmento marginalizado da população, o mais vulnerável à criminalização e à vitimização, o sistema penal viola os princípios dos direitos humanos, sendo incompatível com tal principiologia<sup>132</sup>.

Os direitos humanos não representam apenas uma ideologia, mas um nível de consciência que, como norma programática, direciona a vida da humanidade para a realização da transformação social<sup>133</sup>.

Diante disso, faz-se necessária a criação de um novo discurso jurídico-penal calcado em imperativos éticos para a mudança da forma como o poder no sistema penal é exercido. Exigências éticas direcionadas, portanto, para as instituições judiciais, pois não existe direito que se estabeleça como “mero exercício do poder sem orientação ética”<sup>134</sup>.

O sistema penal, então, é somente a manifestação de puro exercício seletivo de poder que não soluciona os conflitos, decide acerca deles. Como tal, mostra-se excepcional, descontínuo e mantenedor de uma sociedade verticalizada<sup>135</sup>.

A exigência ética do sistema penal, por conseguinte, é a necessidade de que as agências judiciais respondam – sejam responsáveis – “pela realidade operativa do restante das agências do sistema penal”<sup>136</sup>.

Dessa forma, o discurso jurídico-penal, orientado pelo imperativo ético, terá como objetivo limitar, controlar e reduzir a violência no âmbito do sistema penal e, como direito humanitário, representará um meio pelo qual se atingirá a utopia do abolicionismo<sup>137</sup>.

---

<sup>130</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>131</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>132</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>133</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>134</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>135</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>136</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

Os órgãos judiciais terão como objetivo primordial e direcionador do exercício de seu poder a redução das violações perpetradas pelo sistema a fim de obter cada vez mais a realização dos princípios e garantias fundamentais. Como imperativo humanista e como razão de ser, essas agências deverão limitar a seletividade e arbitrariedade do sistema penal<sup>138</sup>.

Zaffaroni defende o desenvolvimento de um direito de controle da atividade policial exercido por órgãos judiciais nacionais e internacionais para que as abordagens policiais sejam reduzidas às necessárias e que impossibilitem o desvio de poder na atividade dessas instituições. Para ele, é absolutamente complexo, porém, necessário o controle sobre tais ações policiais<sup>139</sup>.

Dessa forma, as agências judiciais ao exercerem seu poder racionalmente (buscando ampliar a manifestação racional) e ao se proporem nesse exercício a alargar os limites de controle sobre tal sistema, revestirão de legitimidade a sua parcela de poder. Os órgãos judiciais deverão realizar “a busca pela solução socialmente menos violenta” nas suas decisões já que assim proporcionarão racionalidade (e, por consequência, legitimidade) ao poder que exercem. Na apreciação judicial do conflito, o que resta a esses órgãos é reduzir e controlar a violência já iniciada pelas agências executivas do sistema penal que atuam seletivamente e com padrões violadores dos direitos humanos<sup>140</sup>.

Portanto, os órgãos judiciais brasileiros devem se engajar no controle da atividade policial para que ocorra o respeito aos direitos fundamentais e haja a redução da violência no âmbito do sistema.

Impende salientar quanto a isso que a constituição brasileira de 1988 foi erigida sob o paradigma do Estado Democrático de Direito em que houve o recíproco acatamento e reconhecimento de direitos fundamentais às pessoas. Tais direitos “pressupõem a exigência moral, universal e abstrata, do reconhecimento” da liberdade e igualdade “como inerentes a todos os indivíduos” – características intrínsecas aos seres humanos porque são seres humanos<sup>141</sup>.

---

<sup>137</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>138</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>139</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>140</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>141</sup> CARVALHO NETTO, Menelick de. **Uma reflexão constitucional acerca dos direitos fundamentais do portador de sofrimento ou transtorno mental em conflito com a lei**. Veredas do Direito: Belo Horizonte, 2004.

O Estado pode privar um ser humano de cidadania, mas jamais poderá retirar dele o seu caráter de pessoa e, conseqüentemente, dos direitos que a ele são conferidos pelo simples fato de ser um humano<sup>142</sup>. Do contrário, o Estado Democrático de Direito ruiria, pois suas bases seriam minadas, e ressurgiria o Estado Absoluto.

Diante desse panorama, houve diversas manifestações pelo término dos autos de resistência, pois evidentemente esse procedimento possibilitava com que se afrontasse a estrutura constitucional pós-1988. É o que será indicado no próximo tópico.

---

<sup>142</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

## **CAPÍTULO 2. PRESSÕES POLÍTICAS PARA O FIM DOS AUTOS DE RESISTÊNCIA E O PROJETO DE LEI Nº 4.471/2012**

Observar os relatórios e recomendações internacionais sobre a violência policial, especificamente quanto aos autos de resistência, é importante para a construção do estudo proposto nessa monografia.

Já há algum tempo, existem pesquisas internacionais consolidadas a demonstrar que esses inquéritos policiais vinham sendo utilizados indiscriminadamente e a legitimar padrões de violência. Para além do fim dos registros de mortes como autos de resistência, esses relatórios recomendaram aos governos brasileiros a adoção de medidas para reestruturação dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal e evidenciaram as violações praticadas pelas polícias (apoiadas por políticas de segurança pública). Demonstraram, por conseguinte, um viés institucional na violência legitimada nos autos de resistência que não poderia ser desconsiderado.

Nesse capítulo, serão exploradas pressões pelo fim dos autos de resistência e os ecos dessas vozes no parlamento brasileiro. Apesar de ainda não ter sido votado o projeto de lei que determina a proibição do registro de mortes como autos de resistência, a construção do projeto se deu, em grande parte, como consequência dessas mais diversas pressões.

Impende salientar que, a despeito das sugestões levadas aos governos brasileiros pelas organizações internacionais, esse projeto de lei demorou anos para ser criado. E, ainda assim, apresenta deficiências de tratamento ao problema da violência policial que apenas reiteram a percepção de que, no país, as questões sobre segurança pública não são enfrentadas de maneira adequada.

Destarte, é proposto nesse capítulo perceber as justificativas apresentadas nesses diversos documentos que embasam as recomendações pelo não registro de mortes como autos de resistência. Pretende-se também delinear o debate que ocorre no poder legislativo brasileiro na construção do projeto de lei nº 4.471/2012.



## 2.1. Análise sobre as pressões pelo término do registro de mortes como autos de resistência

Em 1989, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas editou recomendação sobre Princípios relativos a uma prevenção eficaz e à investigação das execuções extrajudiciais, arbitrárias e sumárias aplicável ao Brasil<sup>143</sup>.

Anos depois, em 2005, a Anistia Internacional publicou o relatório “Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas” que já indicou como preocupantes as mortes praticadas por policiais durante as incursões às regiões faveladas do país, principalmente no Rio de Janeiro. O texto ressaltou a utilização indiscriminada do registro autos de resistência, o que possibilitava com que os policiais praticassem abusos e violência; a falta de investigação dessas abordagens; e o modo como os governos estavam fazendo uso das estatísticas das mortes de civis para fins eleitoreiros com o objetivo de comprovar eficiência policial. Indicou também o fato de que as vítimas dos autos eram, em grande parte, negros, favelados e desarmados<sup>144</sup>.

Em 2008, foi divulgado relatório realizado pelo relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Philip Alston. A missão se focou primordialmente nos homicídios cometidos por policiais nas ações policiais de grande escala às favelas do Rio de Janeiro. O estudo apontou como problemática a classificação dessas mortes como autos de resistência ou resistência seguida de morte em decorrência de vários motivos, dentre os quais, o de que o registro é realizado pelos próprios policiais, a precariedade das investigações e os casos analisados que indicaram se tratar de execuções extrajudiciais<sup>145</sup>.

Depois dessa descrição da realidade no país, no relatório foram propostas recomendações que objetivavam reestruturar a atividade policial, responsabilizar os agentes

---

<sup>143</sup> **Princípios Relativos a uma Prevenção Eficaz e à Investigação das Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tiduniversais/dhaj-pcjp-exec-xtra-judiciais.html>>. Acesso em: 05/06/2014.

<sup>144</sup> AMNESTY INTERNATIONAL. **Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas.** Disponível em: <<http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-d58a49c0d652/amr190252005pt.html>>. Acesso em: 20/01/2014.

<sup>145</sup> RELATÓRIO DO RELATOR ESPECIAL DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, SUMÁRIAS OU ARBITRÁRIAS DR. PHILIP ALSTON. Adendo: Missão ao Brasil. Conselho de Direitos Humanos. 11ª Sessão 3º Item da Agenda. 29 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm)>. Acesso em: 18/01/2014.

RELATÓRIO PRELIMINAR DO RELATOR ESPECIAL DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, SUMÁRIAS OU ARBITRÁRIAS DR. PHILIP ALSTON. Adendo: Missão ao Brasil. Conselho dos Direitos Humanos. Oitava sessão Agenda item 3. 14 de maio de 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm)>. Acesso em: 18/01/2014.

públicos que abusassem do uso da força física, controlar armamento e munições entregues aos policiais, acabar com a classificação autos de resistência<sup>146</sup>, fortalecer as investigações em situações de homicídios provocados por policiais e readequar as atividades do Ministério Público e do Judiciário no controle desses casos<sup>147</sup>.

Em seguida, no ano de 2009, outra organização internacional realizou o relatório “Força Letal: Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo” com resultados semelhantes aos estudos anteriores: os problemas provenientes dos registros de mortes como autos de resistência, a alta letalidade policial, a impunidade dos agentes que cometem violências e o acobertamento de execuções extrajudiciais<sup>148</sup>.

Posteriormente, em 2012, a ministra de Estado chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no Brasil editou a resolução número 8 em que, já em seu primeiro artigo, recomendou que as autoridades policiais deixassem de usar termos genéricos como autos de resistência ou resistência seguida de morte e passassem a efetuar o registro como homicídio decorrente de intervenção policial ou lesão corporal decorrente de intervenção policial. Ademais, propôs vários itens específicos para que a investigação acerca da morte fosse realizada de forma adequada estabelecendo, inclusive, a necessidade de observância dos Princípios relativos a uma prevenção eficaz e à investigação das execuções extrajudiciais, arbitrárias e sumárias e a divulgação das estatísticas dessas ocorrências policiais<sup>149</sup>.

Com as discussões nacionais e internacionais sobre o instituto do auto de resistência, o debate sobre o tema repercutiu nas casas legislativas do país. Assim, diante das reivindicações de profissionais da justiça, de agentes da segurança pública e da sociedade civil organizada pela redução dos índices de letalidade policial e pelo controle mais efetivo do emprego da força pela polícia, os deputados Paulo Teixeira, Fábio Trad, Delegado Protógenes e Miro Teixeira apresentaram, na Câmara dos Deputados, projeto de lei que pretende alterar os artigos 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Código de Processo Penal Brasileiro.

---

<sup>146</sup> “A atual prática de classificação das mortes por policiais como ‘autos de Resistência’ ou ‘Resistência seguida de morte’ oferece um cheque em branco às mortes por policiais e deve ser abolido. Sem prejuízo dos resultados dos julgamentos penais, essas mortes devem ser incluídas nas estatísticas de homicídios de cada estado”. Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias Dr. Philip Alston. Adendo: Missão ao Brasil. CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS 11ª Sessão 3º Item da Agenda. 29 de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm). Acesso em: 18/01/2014.

<sup>147</sup> RELATÓRIO DO RELATOR ESPECIAL DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, SUMÁRIAS OU ARBITRÁRIAS DR. PHILIP ALSTON. Adendo: Missão ao Brasil. Conselho de Direitos Humanos. 11ª Sessão 3º Item da Agenda. 29 de agosto de 2008. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm). Acesso em: 18/01/2014.

<sup>148</sup> **FORÇA LETAL. Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo.** Disponível em: <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>. Acesso em: 20/01/2014.

<sup>149</sup> BRASIL. Resolução nº 8 de 21 de dezembro de 2012.

## 2.2. O debate no poder legislativo: o projeto de lei nº 4.471/2012

O projeto de lei recebeu a identificação PL 4.471/2012 e justifica-se pela necessidade de tratar as mortes ocorridas em confronto com a polícia como homicídios e não genericamente como autos de resistência. Isso porque essa denominação traz a premissa de que não há a necessidade de se investigar a possível ocorrência de crime no ato policial, pois a conduta teria sido praticada em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal, excludentes de ilicitude que afastam o crime. Ademais, as pesquisas indicam que a classificação autos de resistência implica, em grande parte dos casos, em investigações realizadas de modo ineficiente, sem oitivas de testemunhas que não sejam policiais, sem preservação dos meios de provas e, em consequência, com ausência das perícias necessárias para elucidar o transcorrer da abordagem policial (local dos disparos, confronto balístico, armas, vestígios)<sup>150</sup>.

Dessa forma, ao permitir que as investigações dos autos de resistência transcorram com tais deficiências graves, o Estado fere direitos fundamentais das vítimas e da população bem como transgredir normas internacionais de respeito e observância dos direitos humanos<sup>151</sup>.

Assim, percebe-se que o projeto de lei visa a afastar as denominações genéricas aos casos em que da abordagem policial tenha ocorrido morte ou lesões graves. “Afasta-se assim, qualquer possibilidade de que uma eventual resistência de um cidadão a ordem legítima de autoridade pública prevaleça sobre eventual consequência letal da ação do agente público”<sup>152</sup>.

O projeto, então, foi submetido à análise por comissões específicas.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado votou pela relevância da proposta para o aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal ao fortalecer o controle exercido sobre a atividade de segurança pública e ao proporcionar o aprimoramento na prestação desse serviço público. Para o relator, a lei fará com que haja a ocorrência de uma

---

<sup>150</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

<sup>151</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

<sup>152</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

quantidade menor de irregularidades e, acaso aconteçam tais desvios, que sejam responsabilizados os agentes que lhes tenham dado causa<sup>153</sup>.

Desse modo, o órgão se mostrou favorável à aprovação do projeto com a inserção de algumas emendas – modificações na redação do caput do artigo 162 e nos parágrafos 4º e 6º do mesmo artigo do Código de Processo Penal; e alterações nos parágrafos 1º, 2º e 4º do artigo 292 do Código de Processo Penal<sup>154</sup>.

As emendas propostas se pautaram pela substituição do termo “autópsia” por “necropsia”, pois o termo é mais adequado em relação à nomenclatura médico-forense, e pela transferência da expressão “autoridade policial” por “delegado de polícia” para que se explicita o sujeito específico a conduzir o inquérito e para reforçar a sua atividade de combate às ilegalidades praticadas pelos agentes de segurança pública. Com o mesmo objetivo de aprimorar a investigação e fortalecer a independência do delegado na presidência do inquérito, emenda concernente à possibilidade de que tal autoridade policial requisiite registros de movimentação e comunicação das viaturas também foi apresentada<sup>155</sup>.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania votou pela constitucionalidade formal e material, utilização de adequada técnica legislativa e juridicidade do projeto, tendo em vista mostrar-se imprescindível a investigação apropriada das mortes de pessoas causadas pelo emprego da força por agentes estatais e a submissão de tais casos ao Sistema de Justiça Criminal, o que importará em redução de práticas violadoras de direitos humanos<sup>156</sup>.

Em relação às emendas apresentadas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, considerou-as apropriadas para o aperfeiçoamento do texto e destacou a possibilidade de requisição pelo delegado de polícia dos registros de movimentação e comunicação das viaturas presentes na ocorrência<sup>157</sup>.

Quanto ao mérito, votou pela aprovação do projeto com as emendas propostas pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e com o acréscimo de outra

---

<sup>153</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>154</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>155</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>156</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>157</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

emenda – a substituição do §4º por §5º no artigo 292 do Código de Processo Penal (questão de melhoramento da técnica legislativa)<sup>158</sup>.

Ainda na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania houve um voto em separado do deputado Vieira da Cunha. Ele pondera quanto à falta de clareza da proibição de acompanhamento de exame de corpo de delito por pessoa estranha ao quadro de peritos e auxiliares já que, no artigo subsequente, o projeto de lei permite que a autópsia seja acompanhada por pessoas indicadas por representante da vítima. Assim, ele propõe emenda para desfazer os equívocos que porventura possam ocorrer dessa obscuridade e possibilitar que os familiares da vítima possam indicar representantes para acompanhar qualquer exame de corpo de delito (e não apenas a necropsia - abrangem-se dessa forma outros crimes que possam ser investigados, não apenas o homicídio)<sup>159</sup>.

Além disso, o deputado sugeriu a desnecessidade da comunicação imediata à Defensoria Pública quando houver a instauração do inquérito policial. Para ele, tal instituição atua para a proteção de acusados e não da sociedade. E como a investigação policial não constitui processo, não exigindo, portanto, a observância do contraditório, cabe ao réu a escolha do profissional que irá acompanhar o seu caso<sup>160</sup>.

Ao final de sua exposição, o parlamentar votou pela constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei e propôs a inserção de três emendas. As alterações concernem no alargamento da nomenclatura necropsia para exame de corpo de delito (para ampliar a variedade de crimes investigados), em deixar claro que assistente técnico pode ser indicado para acompanhamento do exame de corpo de delito e, por fim, na supressão do parágrafo 1º do artigo 292 que prevê a necessidade de instauração de inquérito para apurar a lesão ou a morte da vítima em razão do emprego da força pela autoridade policial (para o deputado, o procedimento instaurado para investigar o crime originário é suficiente nessa apuração do uso da força)<sup>161</sup>.

Por sua vez, o relator do projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em nova apreciação, reiterou seu parecer inicial pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa da proposta. Quanto ao mérito, pela aprovação do

---

<sup>158</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>159</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>160</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>161</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

projeto com as emendas acatadas pela Comissão de Segurança Pública e pela própria Comissão da qual faz parte. Na análise das emendas apresentadas pelo deputado Vieira da Cunha, adotou as duas primeiras e não acolheu a terceira<sup>162</sup>.

Dessa maneira, a proposta de lei 4.471/2012, após as modificações:

Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Os artigos 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal<sup>163</sup>, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 161.....

Parágrafo único. É vedado o acompanhamento do exame de corpo de delito por pessoa estranha ao quadro de peritos e auxiliares, ressalvada a indicação de assistente técnico pelo ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no artigo 31.<sup>164</sup>

Art. 162. A necropsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto<sup>165</sup>.

§ 1º Nos casos de morte violenta será obrigatório exame interno, documentação fotográfica e coleta de vestígios encontrados durante o exame necroscópico.

§ 2º Sem prejuízo da documentação fotográfica e da coleta de vestígios, o perito, fundamentadamente, poderá dispensar a realização de exame interno quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte.

§ 3º O exame interno sempre será realizado nos casos de morte violenta ocorrida em ações com envolvimento de agentes do Estado.

<sup>162</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

<sup>163</sup> Originalmente: **DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941**. Código de Processo Penal.

Art. 161. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.

Art. 162. A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possa ser feita antes daquele prazo, o que declararão no auto.

Parágrafo único. Nos casos de morte violenta, bastará o simples exame externo do cadáver, quando não houver infração penal que apurar, ou quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte e não houver necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.

(...)

Art. 164. Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como, na medida do possível, todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime.

Art. 165. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos, quando possível, juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados.

(...)

Art. 169. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que poderão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

Parágrafo único. Os peritos registrarão, no laudo, as alterações do estado das coisas e discutirão, no relatório, as consequências dessas alterações na dinâmica dos fatos.

(...)

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto subscrito também por duas testemunhas.

<sup>164</sup> Proposta inicial: “Parágrafo único. É vedado o acompanhamento do exame de corpo de delito por pessoa estranha ao quadro de peritos e auxiliares.” (NR)

<sup>165</sup> Proposta inicial: manutenção do caput do artigo.

§ 4º Na hipótese do § 3º, o laudo será elaborado em até dez dias e encaminhado imediatamente ao delegado de polícia, ao órgão correicional correspondente, ao Ministério Público e à família da vítima, sem prejuízo, quando necessário, de posterior remessa de exames complementares<sup>166</sup>.

§ 5º É vedado o acompanhamento da necropsia por pessoa estranha ao quadro de peritos e auxiliares, ressalvada a indicação de assistente técnico pelo ofendido ou seu representante legal, ou, na falta, qualquer das pessoas mencionadas no artigo 31.<sup>167</sup>

§ 6º Caso o laudo não seja juntado aos autos no prazo do §4º, o delegado de polícia o requisitará e comunicará o Ministério Público.<sup>168</sup> (NR)

Art. 164. Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados, bem como todas as lesões externas e vestígios deixados no local do crime. (NR)

Art. 165. Para representar as lesões encontradas no cadáver, os peritos juntarão ao laudo do exame provas fotográficas, esquemas ou desenhos, devidamente rubricados. (NR)

Art. 169. Para o efeito de exame do local onde houver sido praticada a infração, a autoridade providenciará imediatamente para que não se altere o estado das coisas até a chegada dos peritos, que deverão instruir seus laudos com fotografias, desenhos ou esquemas elucidativos.

.....  
§ 2º Nos casos de morte violenta ocorrida em ações com envolvimento de agentes do Estado, o laudo será entregue à autoridade requisitante em até dez dias, sem prejuízo, quando necessário, de posterior remessa de exames complementares. (NR)

Art. 292. Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à captura em flagrante, ou ao cumprimento de ordem judicial, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar moderadamente dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência.

§ 1º Se do emprego da força resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente, o delegado de polícia deverá instaurar imediatamente inquérito para apurar esse fato, podendo, se entender necessário à formação de provas e obtenção de informações, deixar de recolher o conduzido à prisão<sup>169</sup>.

§ 2º Da instauração do inquérito policial de que trata o parágrafo anterior será feita imediata comunicação ao Ministério Público e à Defensoria Pública, prioritariamente por meio eletrônico, sem prejuízo do posterior envio de cópia do feito ao órgão correicional correspondente e, onde houver, à Ouvidoria, ou órgão de atribuições análogas<sup>170</sup>.

§ 3º Observado o disposto no art. 6º, todos os objetos que tiverem conexão com o evento mencionado no § 1º, como armas, material balístico e veículos, deverão ser, imediatamente, exibidos à autoridade policial.

§ 4º Independentemente da remoção de pessoas e coisas, deverá o delegado de polícia responsável pela investigação dos eventos com resultado morte requisitar o exame pericial do local.<sup>171</sup> (NR)

---

<sup>166</sup> Proposta inicial: “§ 4º Na hipótese do § 3º, o laudo será elaborado em até dez dias e encaminhado imediatamente à autoridade policial, ao órgão correicional correspondente, ao Ministério Público e à família da vítima, sem prejuízo, quando necessário, de posterior remessa de exames complementares”.

<sup>167</sup> Proposta inicial: “§ 5º É vedado o acompanhamento da autópsia por pessoa estranha ao quadro de peritos e auxiliares, exceto se indicados por representantes da vítima”.

<sup>168</sup> Proposta inicial: “§ 6º Caso o laudo não seja juntado aos autos no prazo do § 4º, a autoridade policial o requisitará e comunicará o Ministério Público.” (NR)

<sup>169</sup> Proposta inicial: “§ 1º Se do emprego da força resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente, a autoridade policial competente deverá instaurar imediatamente inquérito para apurar esse fato, sem prejuízo de eventual prisão em flagrante”.

<sup>170</sup> Proposta inicial: “§ 2º Da instauração do inquérito policial de que trata o parágrafo anterior será feita imediata comunicação ao Ministério Público e à Defensoria Pública, sem prejuízo do posterior envio de cópia do feito ao órgão correicional correspondente e, onde houver, à Ouvidoria, ou órgão de atribuições análogas”.

<sup>171</sup> Proposta inicial: “§ 4º Independentemente da remoção de pessoas e coisas, deverá a autoridade policial responsável pela investigação dos eventos com resultado morte requisitar o exame pericial do local”.

§5º O delegado de polícia, entre outras providências, poderá requisitar registros de comunicação e movimentação das viaturas envolvidas na ocorrência. (NR)<sup>172</sup>  
Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação<sup>173</sup>.

Destarte, compreende-se que as discussões parlamentares a respeito do projeto de lei 4.471/2012 estão coerentes com os resultados apresentados pelos relatórios e pesquisas sobre os autos de resistência e com as reivindicações dos diversos segmentos da população (de profissionais do Sistema de Justiça Criminal até a sociedade civil organizada)<sup>174</sup>. É perceptível que, além de pretender acabar com a denominação “autos de resistência”, o que já indica que a investigação deverá se focar na análise do emprego da força letal pelo agente de segurança pública e não no crime de resistência porventura praticado pela vítima, objetiva-se fortalecer os procedimentos investigativos para elucidar a morte causada pela polícia.

Apesar de o deputado Vieira Cunha ter trazido em uma das emendas, que não foi acatada pelo relator da Comissão de Constituição e Justiça, a desnecessidade de instauração de um inquérito para apurar especificamente as circunstâncias de utilização da arma letal pelo agente estatal, esse inquérito singular pode trazer bastantes benefícios. Um procedimento investigativo específico em que o morto seja tratado claramente como vítima o traz, ao menos simbolicamente, ao universo dos seres humanos. Matar quem quer seja será registrado como homicídio. Sem denominações genéricas, sem eufemismos.

Assim, o controle do uso da força letal pela polícia começa pelo reconhecimento de que a arma de fogo não deve ser utilizada contra alvos específicos, mas sim em contextos de risco iminente à vida.

---

<sup>172</sup> Na proposta inicial não havia esse parágrafo.

<sup>173</sup> BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>174</sup> “Para as entidades defensoras de direitos humanos (JUSTIÇA GLOBAL, 2004; HUMANS RIGHTS WATCH, 2009) e para alguns cientistas sociais (CANO, 1997, 2007; NASCIMENTO, GRILLO e NERI, 2009) o problema está na utilização indiscriminada do instrumento judiciário “auto de resistência” propriamente dito e de como este uso possibilita o mascaramento de execuções sumárias por parte de policiais descumpridores da lei. Para os movimentos sociais de moradores de favela (REDE DE COMUNIDADES E MOVIMENTOS CONTRA A VIOLÊNCIA) e para algumas mães e familiares de vítimas consideradas inocentes, o problema está na utilização do auto de resistência no registro da morte de moradores “não bandidos” durante as incursões policiais. Para alguns poucos atores judiciários interessados nesta questão (promotores, defensores públicos e juízes), mas também para parte do discurso jornalístico (JORNAL O GLOBO), o problema estaria na falta de melhor investigação por parte da polícia judiciária, principalmente quando se suspeitar sobre a existência de vítimas ‘não bandidos’. Para chefes de polícia, secretários de segurança pública e autoridades públicas responsáveis, o problema está na existência do que eles vêm publicamente nomeando de “maus policiais”. Para os policiais, tanto militares quanto civis, conforme pude depreender de suas falas, não há problema algum, visto que a morte de bandidos faz parte da rotina de combate ao crime no Estado do Rio de Janeiro e, por conseguinte, cumprimento do dever”. In LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.



Em análise discursiva acerca do princípio básico 09 sobre o Uso da Força e Armas de Fogo, Fábio Manhães Xavier traz importantes reflexões sobre a utilização da força letal por policiais. O referido princípio assim afirma “Em qualquer caso, só devem recorrer **intencionalmente** à utilização letal de armas de fogo quando isso seja estritamente indispensável para proteger vidas humanas”. Logo, duas interpretações podem ser apreendidas dessa oração: a primeira delas de que quando recorre à arma a intenção do agente estatal é matar; a segunda de que a morte do sujeito é consequência do meio (arma de fogo) empregado na ação policial<sup>175</sup>.

Conforme o primeiro pressuposto, já que o desígnio do policial é a morte do sujeito, ao disparar a arma e, acaso o alvejado não faleça com esses primeiros projeteis, os tiros devem continuar a ser efetuados até que o objetivo morte seja atingido. Balizando-se por esse ideário, poder-se-iam criar mecanismos de treinamento e combate que visassem fazer com que o policial empregasse a força letal deliberadamente a fim de matar. O agente receberia armamento potente, aprenderia a alvejar em áreas sensíveis do corpo humano e não interromperia a ação até o falecimento do “inimigo”. Porém, essa concepção afronta os princípios de direitos humanos e as bases do Estado Democrático de Direito<sup>176</sup>.

Portanto, é mais adequada a segunda interpretação. Não pode existir nenhuma possibilidade de que, ao disparar a arma de fogo, a intenção do policial seja a morte do indivíduo contra quem se efetuam os tiros. O óbito do civil decorre do meio utilizado na ação e não da vontade deliberada do agente estatal<sup>177</sup>.

Em um contexto conflitivo, com iminente risco a sua própria vida ou à vida de terceiros, o policial utiliza-se da arma letal para afastar esse risco. Caso o sujeito que tenha gerado essa situação seja alvejado, deverá o agente estatal buscar, ao, por exemplo, contatar as unidades de emergência, com que seja dado ao “transgressor” o necessário atendimento para que a vida dele também seja garantida<sup>178</sup>.

Para tanto, a proposta legislativa já parece ser um primeiro passo.

---

<sup>175</sup> XAVIER, Fábio Manhães. **A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força letal.** Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>176</sup> XAVIER, Fábio Manhães. **A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força letal.** Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>177</sup> XAVIER, Fábio Manhães. **A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força letal.** Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

<sup>178</sup> XAVIER, Fábio Manhães. **A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força letal.** Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

É muito interessante também quanto ao projeto o peculiar esforço para tornar mais eficiente a investigação de ocorrências em que pessoas tenham sido mortas por policiais. As alterações visam fortalecer preponderantemente os exames de corpo de delito, pois hoje os autos de resistência demonstram padecer de deficiências graves quanto ao andamento das investigações, principalmente em relação às perícias.

Apesar disso, os pareceres e debates relativos ao projeto de lei evidenciam a pouca profundidade com que são tratados os problemas do Sistema de Justiça Criminal brasileiro. As agências executivas realizam as suas atividades desrespeitando cotidianamente os direitos humanos. O judiciário legitima essas práticas: corroborando com as versões de que as vítimas mortas tenham resistido (mesmo que haja demonstração do contrário) e, em consequência, sendo omissos no controle da violência da atividade policial (agindo aqui em conivência com o Ministério Público, órgão incumbido do controle externo da instituição policial). E o legislativo sequer coloca em pauta essas discussões estruturais traindo a sua vocação de trazer essas temáticas para a esfera pública.

Dessa forma, os questionamentos no parlamento brasileiro sobre as mortes em decorrência de intervenções legais não conseguem alcançar o que parece ser uma questão central sobre os autos de resistência: a alta letalidade da polícia brasileira. Se o projeto de lei for aprovado, as perspectivas apontam para uma continuação da política de guerra contra às drogas e a consequente relativização de direitos fundamentais de determinada parcela da população. O combate ao tráfico vai continuar a gerar a morte de indivíduos marginalizados. E, mesmo com a proibição de rotular o falecimento como auto de resistência, acaso não se perceba substancialmente aquela morte como um homicídio, os vários órgãos do sistema judiciário permanecerão a legitimar ações policiais ilegais. Afinal, conforme ensina o professor Menelick de Carvalho Netto, o texto da lei por si só não altera a realidade. O que a modifica é o que se faz com esse texto.

Com efeito, o próximo capítulo corrobora a argumentação de que, no Brasil, os dados referentes à alta letalidade das polícias não são tratados adequadamente. Será percebido que existe a repetição das deficiências investigativas e há percentagem elevada de mortes provocadas por policiais nos casos observados.

### Capítulo 3. O (NÃO) REGISTRO DAS MORTES DE CIVIS EM CONFRONTO COM POLICIAIS: o caso de Salvador e Curitiba

Os registros de mortes violentas no Brasil, em geral, são realizados nos sistemas de saúde e de segurança pública. Existe, inclusive, regramento específico na lei 6.015/73 que determina, para o sepultamento, a necessidade de expedição de certidão de óbito com a explicitação das causas da morte. Dessa forma, em tese, não poderia ocorrer enterro sem que tivesse sido registrado aquele falecimento. Quando a morte tivesse sido causada por agente estatal, ao menos nos sistemas policiais deveria existir a autuação desse óbito, pois assim é disposto no artigo 292 do Código de Processo Penal:

Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que **tudo se lavrará auto subscrito** também por duas testemunhas<sup>179</sup>.

Destarte, hipoteticamente, não haveria como um falecimento provocado por policiais não ser submetido a controle judicial visto que, de alguma maneira, o registro daquele óbito poderia ser analisado. Que exista o registro dessa informação em algum banco de dados é o ponto inicial para a investigação das mortes cometidas por agentes estatais.

Assim, surgem dois aspectos para o controle eficiente dos autos de resistência: a qualidade do registro do óbito e a posterior instauração de inquérito para elucidar as circunstâncias da morte. Situações imbricadas.

A fim de descrever esse cenário, nesse capítulo, realizar-se-á análise de como devem ser registradas nos sistemas de saúde as mortes decorrentes de ações policiais e indicar-se-ão alguns dados sobre o assunto no país.

Ademais, foram selecionados nove processos criminais das Varas de Tóxicos das cidades de Curitiba e Salvador coletados a partir do universo de autos estudados pelo relatório “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?”, coordenado pelo professor Evandro Piza<sup>180</sup>. Esses nove casos foram identificados, por meio da apreciação dos questionários da pesquisa sobre suspeição, porque tiveram sentença extinguindo a punibilidade de seus agentes em decorrência de morte. A apreciação desses processos teve como objetivos entender as

---

<sup>179</sup> BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

<sup>180</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

deficiências investigativas nesses inquéritos e perceber, nesses autos, o deslocamento de enfoque das circunstâncias da conduta policial para os crimes cometidos pela vítima.

### **3.1. O registro de falecimentos decorrentes de intervenção legal nos sistemas de saúde brasileiros**

As mortes de civis em confronto com policiais, no Brasil, são (ou ao menos deveriam ser) registradas no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde. O SIM foi criado em 1975 e informatizado em 1979. Em 1991, com o desenvolvimento do Sistema único de Saúde (SUS) e o ideário de descentralização das atividades, ficaram responsáveis pela coleta de dados os estados e os municípios<sup>181182</sup>.

As causas dos falecimentos são registradas no SIM seguindo os parâmetros internacionais da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e, nessa discriminação, tais mortes concentram-se na categoria mais ampla de “causas externas de morbidade e mortalidade” no aspecto “intervenção legal”.

No caso das trocas de tiros com a polícia, o codificador não pode classificar como homicídio (Agressões). A causa básica é classificada na opção “outros”. Além disso, o sistema de dados de mortalidade do Ministério da Saúde (SIM) não aceita a inclusão desse tipo de informação. Esses casos são considerados como Intervenção Legal. Para identificação destes casos, há um código e o sistema do SIM o reconhece<sup>183</sup>.

De acordo com a lei nº 6.015/73, para que o sujeito morto seja sepultado há a necessidade de expedir certidão de registro de óbito. Tal registro é efetivado por meio da declaração de óbito atestada, em geral, por médico. Quando a causa da qual decorreu a morte for originária de lesão gerada por violência (causa externa, portanto), a declaração de óbito é emitida por médico-legista do Instituto Médico Legal, sendo necessária a realização de laudo pericial cadavérico. Embasado nessa perícia e em informações prestadas por familiares, policiais e socorristas, o legista busca determinar as causas básicas (as circunstâncias em que

---

<sup>181</sup> WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: < [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_cor.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>182</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>183</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

os agentes produziram a lesão) e intermediárias (o instrumento ou outros meios que geraram a vitimização) do óbito<sup>184</sup>.

A partir das informações registradas pelo legista, a declaração de óbito é redigida em três vias, uma entregue à família e a outra enviada para a secretaria de saúde. Então, com base na declaração de óbito, funcionários das secretarias de saúde irão fazer constar, de acordo com as classificações determinadas pela CID-10, aquela morte no sistema<sup>185</sup>.

Ocorre que, às vezes, apenas as informações prestadas na declaração de óbito não são esclarecedoras quanto à causa da morte. Nesses casos, os funcionários da secretaria de saúde devem buscar ter acesso ao laudo cadavérico e pesquisar fontes na polícia para elucidar o falecimento<sup>186</sup>.

Para que essa atividade obtivesse bons resultados, necessário se faria a colaboração entre os diversos órgãos envolvidos; contudo, o que se mostra é que “não existe uma articulação institucional e política permanente entre as instituições de saúde e [a] polícia que assegure a qualidade dos registros de morte violenta nos municípios visitados”<sup>187</sup>. A declaração de óbito que deveria fornecer características da vítima, tais como estado civil, sexo, idade, aspectos raciais, causas da morte, dentre outras, não consegue, muitas vezes, atingir a sua finalidade.

No Brasil, em 2010, quase 10,3% das mortes violentas foram classificadas como provocadas por causas indeterminadas, índice alto, que demonstra graves dificuldades de registro adequado sobre falecimentos violentos<sup>188</sup>.

A tornar a situação brasileira ainda mais complicada quanto ao registro de mortes violentas, “a mensuração da letalidade policial ocupa uma não lugar nas políticas públicas, cuja maior evidência é a inexistência de consensos acerca do que se quer contar quando se fala em violência policial”. Pela inexistência desses consensos, não há “estatísticas confiáveis sobre tais mortes e, tampouco, métricas capazes de avaliar o impacto dessas mortes no

---

<sup>184</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>185</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>186</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>187</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>188</sup> CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

desenho e implementação das políticas de segurança pública e nos padrões operacionais das polícias brasileiras”<sup>189</sup>.

### 3.2. A letalidade policial brasileira: a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A fim de possibilitar modificações nesse panorama, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública buscou, desde janeiro de 2013, ter acesso aos dados sobre letalidade policial diretamente com os estados. Aqueles que não se manifestaram foram acionados de acordo com a Lei de Acesso à Informação. Ainda assim alguns estados não atenderam aos pedidos e o Fórum procurou as informações no Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC), vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça<sup>190</sup>. O objetivo era construir uma tabela seriada em que constassem os dados sobre letalidade policial referentes aos últimos 12 anos. Contudo, após o estudo dos dados, percebeu-se que havia grandes lacunas nas informações, o que impossibilitava estabelecer um retrato das mortes de civis causadas por policiais. Além disso, os números demonstraram a baixa qualidade dos dados a que o Fórum teve acesso<sup>191</sup>.

Ainda que as informações apresentassem, de modo geral, baixa qualidade, a pesquisa continuou. Centrou-se primeiro na comparação entre os números coletados como “mortes em confronto” nos registros da Segurança Pública e as mortes registradas nos hospitais como decorrentes de “intervenções legais” (informação coletada no SIM-DATASUS que observa o padrão CID-10). Pressupôs-se que todo sujeito que chegasse ao hospital ferido ou morto em virtude de atuação policial (sendo esse fato conhecido e informado aos funcionários de saúde) teria sua situação classificada no grupo “intervenção legal”. Desse modo, embora não seja

---

<sup>189</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7>>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>190</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7>>. Acesso em: 05/03/2014.

<sup>191</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7> >. Acesso em: 05/03/2014.

absolutamente confiável, pois essas mortes podem ser categorizadas como indeterminadas, quando o hospital registra o falecimento deveria haver a autuação de boletim de ocorrência a indicar que a causa da morte fora provocada por policial. “Portanto, quando o dado da saúde é superior ao registrado pela polícia, a situação é ainda mais grave e denota a fragilidade destes registros pelas instituições de segurança pública no Estado<sup>192</sup>”.

Assim, para estimar o grau de transparência das informações sobre as mortes causadas pelas Polícias Civil e Militar, a pesquisa indicou, por meio do código transcrito na primeira coluna da tabela abaixo, a quantidade de vezes em que o estado deixou de enviar o dado ao SINESPJC entre 2007 e 2010: “se reportou em todos os anos (1); se não reportou 1 ou 2 vezes (2); se não reportou de 3 a 4 vezes (3); e se não reportou 5 ou 6 vezes (4)”<sup>193</sup>.

Por sua vez, a segunda coluna indica a classificação que a unidade federativa recebeu a depender das ocasiões em que o número de mortes causadas por policiais, segundo os dados das secretarias de segurança pública, constou abaixo das informações do SIM (DATASUS): “em 0 (1); 1 a 3 vezes (2); 4 a 7 vezes (3); e 8 a 11 vezes (4), respectivamente”<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7> > Acesso em: 05/03/2014.

<sup>193</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7> > Acesso em: 05/03/2014.

<sup>194</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7>> Acesso em: 05/03/2014.

Tabela 03 – Qualidade na transparência de informações sobre mortes perpetradas por policiais

<b>Grau de transparência</b>	<b>Unidade Federativa</b>	<b>Classificação quanto a não apresentar informações desde 2007</b>	<b>Classificação quanto aos dados reportados pelas SSPs serem inferiores aos do SIM</b>
Alta	Amazonas	1	1
Alta	Distrito Federal	1	1
Alta	Mato Grosso	1	1
Alta	Rio de Janeiro	1	1
Alta	Rio Grande do Sul	1	1
Alta	São Paulo	1	1
Alta	Amapá	1	2
Alta	Pernambuco	1	2
Média	Mato Grosso do Sul	1	3
Média	Minas Gerais	1	3
Média	Santa Catarina	1	3
Média	Tocantins	1	3
Média	Sergipe	2	3
Média	Rio Grande do Norte	3	1
Média	Acre	3	2
Média	Alagoas	3	2
Média	Espírito Santo	3	2
Média	Paraná	3	2
Média	Piauí	3	2
Média	Rondônia	3	2
Baixa	Bahia	3	3
Baixa	Pará	3	3
Baixa	Maranhão	3	4
Baixa	Paraná	3	4
Baixa	Roraima	4	2
Baixa	Ceará	4	3
Baixa	Goiás	4	3

Fonte: MS/ SVS/ DASIS (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM) e informações enviadas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; SINESPJC. Elaboração dos autores. A nota referente ao primeiro indicador foi baseada na informação sobre o número de vezes (anos) em que a unidade federativa não deixou de reportar o dado desde 2007. Se reportou em todos os anos (1); se não reportou 1 ou 2 vezes (2); senão reportou de 3 a 4 vezes (3); e se não reportou 5 ou 6 vezes (4). A classificação referente ao segundo



indicador variou de 1 a 4 a depender se o número de vezes (anos) em que o total de mortes perpetradas por policiais segundo o informe das secretarias de segurança pública foi inferior ao número do SIM em 0; 1 a 3 vezes; 4 a 7 vezes; e 8 a 11 vezes, respectivamente. <sup>195</sup>

Ao incluir a essa tabela os dados coletados sobre as mortes de civis em confronto com a polícia no Brasil nos anos de 2000 a 2012, a estruturação é a seguinte:

Tabela 04 - Pessoas mortas em confronto com Polícias Cíveis e Militares em serviço nas Unidades da Federação – 2000-2012

Grau de transparência (1)	Unidades da federação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	Brasil	1040	1083	1547	2028	1616	1452	1689	1901	1729	1824	2031	1803	1890
Alta	Amapá <sup>(2) (3)</sup>	.....	.....	.....	1	.....	.....	.....	1	.....	8	11	14	12
	Amazonas	.....	.....	.....	.....	1	4	2	0	4	9	9	7	5
	Distrito Federal	—	3	7	5	2	2	—	1	5	4	3	—	—
	Mato Grosso <sup>(4)</sup>	.....	.....	.....	.....	—	4	11	9	3	10	6	10	7
	Pernambuco	.....	.....	.....	.....	17	24	13	22	40	40	30	24	32
	Rio de Janeiro	427	592	900	1195	983	1098	1063	1330	1137	1048	855	523	415
	Rio Grande do Sul <sup>(5)</sup>	18	28	26	40	30	13	49	56	44	58	56	40	67
	São Paulo	595	460	610	785	573	300	546	401	397	543	510	461	563
Média	Acre <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2	4
	Alagoas <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2	26
	Espírito Santo	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	16	15	23
	Mato Grosso do Sul	.....	—	4	2	7	2	3	10	4	4	3	2	2
	Minas Gerais	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	56	39	36	35	42	.....
	Paraíba	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	13	24
	Piauí <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	7	4
	Rio Grande do	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	21	21

<sup>195</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>>. Acesso em: 05/03/2014.

	Norte													
	Rondônia <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	2	4
	Santa Catarina	.....	.....	.....	.....	.....	1	1	5	37	37	54	53	69
	Sergipe	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	16	24	12	10	25
	Tocantins	.....	.....	.....	.....	3	4	1	10	3	3	5	3	7

<b>Baixa</b>	Bahia <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	307	284	344
	Ceará <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	9
	Goiás	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	42	—
	Maranhão <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	1	11
	Pará	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	78	49
	Paraná <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	119	147	167
	Roraima <sup>(6)</sup>	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social; Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC) / Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Grupo segundo qualidade estimada dos dados, conforme detalhado no estudo.

(2) Os dados da Polícia Militar do AP não incluem as informações do 11º BPM e 12º BPM.

(3) Os dados da Polícia Militar foram consolidados com base nas informações recebidas diretamente do Estado; os dados da Polícia Civil foram coletados do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC).

(4) Os dados do período compreendido entre 2005 e 2011 foram coletados diretamente do Estado; o dado de 2012 foi extraído do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC).

(5) O dado do ano de 2012 foi extraído do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC).

(6) Dados extraídos do Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública (SINESPJC).

(7) Segundo Ofício nº 039/2013 – GAB/SEC. SESP/RR, a Secretaria de Segurança do Estado não contabiliza estas informações.

(.....) Informação não disponível.

(—) Fenômeno inexistente.

Nota: O estudo considerou os dados recebidos até 15 de outubro de 2013.

O cenário é bastante assustador: em 2012, cerca de 5 pessoas morreram todos os dias em decorrência da atuação policial, o equivalente a 1.890 no ano inteiro, mortes registradas como em situação de resistência. Acaso essa contabilidade seja feita em relação aos anos compreendidos entre 2000 a 2012, o resultado é similar: 4,9 pessoas mortas todos os dias em intervenções policiais<sup>196</sup>.

A partir desses dados, percebe-se que a letalidade policial no Brasil é muito elevada. Acrescida essa informação à baixa qualidade dos registros de óbitos de civis mortos em confronto, pode-se concluir pelo desprezo com que tais falecimentos são tratados. Da mesma forma, conforme será tratado no próximo tópico, quando inquérito é instaurado para averiguar

<sup>196</sup> BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial**. Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7>> Acesso em: 05/03/2014.

as circunstâncias das ações policiais que resultaram em mortes, as investigações transcorrem de maneira insatisfatória. Esse aspecto reitera as deficiências no registro das mortes desde os sistemas de saúde até o inquérito.

### **3.3. A precariedade do inquérito policial instaurado para investigar mortes de civis em situações de confronto:**

A compreensão de como as mortes aparecem nos processos pode ser alcançada por meio da análise concreta de autos. Assim, a fim de perceber como ocorrem os registros e as investigações dos óbitos de sujeitos acusados pelo cometimento de crimes relacionados ao tráfico de drogas e assemelhados, examinaram-se nove processos das Varas de Tóxicos de Curitiba e de Salvador, obtidos a partir da pesquisa “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?” coordenada pelo professor Evandro Piza<sup>197</sup>. Esses casos foram selecionados por apresentarem sentença determinando a extinção da punibilidade dos réus em decorrência de sua morte.

Nesse item, far-se-á a apreciação de processos em que o investigado tenha falecido, com enfoque nas mortes causadas por policiais, pois, como já se percebeu, nesses casos, a realidade concreta se mostra bem mais diversa e plural do que as situações normatizadas. Mais do que isso, as circunstâncias práticas evidenciam que existem meios de se utilizar as regras para ir de encontro aos princípios que estruturam o ordenamento jurídico<sup>198</sup>. Em outros termos, há formas de tornar legal aquilo que evidentemente afronta o direito; há maneiras de negar a violência no registro dos falecimentos dos investigados.

Exemplifique-se tal conjuntura quando as investigações das mortes em confronto com a polícia não são realizadas de maneira adequada sob os argumentos velados de que o falecido era “apenas um bandido” ou se restringindo à apreciação dos possíveis delitos cometidos pelo morto. Do mesmo modo, em circunstâncias ainda mais drásticas, quando os policiais registram os falecimentos decorrentes de supostos confrontos para acobertar execuções extrajudiciais. A observação dos processos não tratará dessa última hipótese, mas

---

<sup>197</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

<sup>198</sup> Há meios de aplicação das regras que buscam legitimar abordagens ilegais.

os relatórios internacionais indicam-na como bastante presente na realidade dos registros de autos de resistência.

### **3.3.1. Análise de casos das cidades de Salvador e de Curitiba:**

Destarte, foi analisada amostra de processos obtida por meio da pesquisa “Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?”<sup>199</sup> realizada pelo professor Evandro Piza e inserta no edital n° 01/2012 do projeto Pensando a Segurança Pública, publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

No âmbito da pesquisa sobre suspeição no crime de tráfico, foram analisados processos em que o marco inicial do inquérito policial tivesse sido autuações em flagrante posteriores à entrada em vigor da lei 11.343/06 e que, concomitantemente, apresentassem sentença definitiva transitada em julgado no segundo semestre do ano de 2012 nas varas criminais das cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. Em tal análise, foram aplicados questionários nos processos selecionados com o objetivo de compreender a diversidade das abordagens policiais e as consequências dessas ações no transcorrer do processo em relação a cor do investigado, discutindo-se acerca do racismo nas instituições policiais.

No relatório sobre suspeição, apresentando esses critérios, foram estudados 57 processos de Curitiba e 28 processos de Salvador. Aplicaram-se 59 questionários em relação aos autos de Curitiba e 32 em Salvador. Os questionários buscavam apreender como a caracterização racial do investigado no inquérito se interconectava a outras variáveis, tais como, a da construção do suspeito. Para tanto, as perguntas relacionavam-se às decorrências das abordagens policiais aos investigados por crimes de tráfico de drogas e ao racismo existente nessas ações que perpassam, além da instituição policial, inclusive, a sociedade<sup>200</sup>.

---

<sup>199</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

<sup>200</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

O estudo sugere que as abordagens policiais são influenciadas por um “conjunto de informações que confirmam e reforçam estereótipos sociais sobre grupos sociais e lugares”<sup>201</sup>.

Para realizar a reflexão proposta na monografia, buscou-se selecionar, por meio das informações presentes nesses questionários aplicados, todos os casos em que tivesse havido sentença decretando a extinção da punibilidade do agente em decorrência de sua morte. Com tal procedimento, foram encontrados nove processos nas varas das cidades de Salvador e de Curitiba.

A partir disso, analisaram-se e resumiram-se os autos referentes a esses casos a fim de perceber alguns pontos que perpassam as mortes de investigados em ações relativas aos crimes de tráfico de drogas e assemelhados. Os principais objetivos foram observar as causas dos falecimentos dos réus, examinar como tais óbitos eram registrados no inquérito e na ação criminal e, com os dados obtidos, considerar as deficiências investigativas desses autos.

O resumo dos casos foi realizado a assinalar esses questionamentos propostos. Dessa forma, indica-se como ocorre concretamente a operacionalidade do Sistema de Justiça Criminal em relação ao tratamento das mortes de investigados nos processos de tráfico de drogas estudados.

Além disso, o procedimento utilizado para selecionar os casos é diverso do manifestado como mais frequente nas pesquisas cariocas. Explique-se: no Rio de Janeiro, a maior parte dos processos em que se deram óbitos de não-policiais em confronto foram arquivados e não houve sentença determinando propriamente a extinção da punibilidade do falecido (apesar de ter sido mencionada como fundamentação do arquivamento, por vezes, a extinção da punibilidade do agente). Isso não significa, contudo, que o morto seja tratado como vítima; a maior parte das vezes, existe a indicação no inquérito de que o falecido cometeu os crimes de resistência, porte ilegal de armas, tráfico de entorpecentes, dentre outros. A escolha pelo procedimento que determina o arquivamento dos autos ou pela sentença que determina a extinção da punibilidade não traz diferenças substanciais: a tentativa de negar a violência institucional nos registros das mortes permanece.

Poder-se-ia pensar que a diferença entre arquivar<sup>202</sup> ou extinguir a punibilidade do sujeito estaria em focar a sentença para a análise das condutas dos policiais (que praticaram

---

<sup>201</sup> DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

<sup>202</sup> De acordo com Eugênio Pacelli, o Ministério Público requererá a promoção do arquivamento do inquérito policial quando não houver crime (ou seja, quando ausentes os elementos tripartites que conceituam o delito) ou quando inexisterem elementos de convicção suficientes para demonstrar a materialidade e a autoria do crime

ações “respaldadas” por excludentes de ilicitude) ou para os comportamentos transgressores do morto. Porém, como já se disse anteriormente, esse enfoque não resulta em diferenças profundas, pois o falecido não é percebido enquanto vítima, mas sim como tendo cometido, no mínimo, o crime de resistência. Em ambos os panoramas, o cerne do processo é o falecido avaliado como transgressor.

Deve ser aludido, ademais, que a categorização das causas das mortes dos investigados foi realizada de acordo com as informações presentes nos autos. Isto é, desde os relatos presentes em certidões de oficiais de justiça até declarações de óbito, todos os documentos foram levados em consideração para determinar a causa daquele falecimento. Portanto, em algumas situações, no laudo cadavérico houve a conclusão de que a morte foi provocada por disparos de arma de fogo enquanto oficial de justiça declarou que a irmã do investigado afirmou que ele morrera em confronto com policiais durante um assalto. Quando mais de um dado foi encontrado acerca da causa do óbito, considerou-se a informação mais específica para a classificação.

Relate-se uma especificidade quanto ao processo nº 0008224-94.2009.805.0001: como houve o falecimento de dois homens, um deles em abordagem policial, e outro, ao longo do processo, ainda que a primeira morte tenha sido apenas referida em um auto de resistência bem simples (não havendo sequer a menção ao nome do sujeito falecido), foram contadas ambas as mortes para fins de observação estatística.

O exame desses nove processos demonstra como a investigação das mortes de civis em confronto com policiais é mal realizada: sem laudos imprescindíveis para a elucidação das circunstâncias da abordagem policial; com testemunhos, em sua maioria, dos policiais que causaram o óbito; e, com cerne para as ações delitivas praticadas pela vítima. Deve ser mencionado ainda que, dessa análise, todos os falecidos eram do sexo masculino, e, em grande maioria, negros, jovens, mortos vítimas de disparos de arma de fogo.

Ressalvados esses detalhes, principia-se a análise dos casos estudados. A exposição será realizada da seguinte maneira: os sete processos de competência dos órgãos criminais da cidade de Salvador, apresentados inicialmente os referentes a 1ª Vara de Tóxicos e em seguida os relativos a 2ª Vara de Tóxicos; depois serão apreciados os dois processos das Varas de Curitiba.

Com relação ao processo nº 0382666-50.2012.8.05.0001, policiais estariam realizando incursões em bairro baiano, quando um grupo de pessoas, ao avistar os agentes

---

(sendo inviável a realização de novas diligências). DE OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. 12ª edição. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009.

estatais, disparara contra eles. Os policiais, então, teriam atirado. O investigado, que seria parte integrante do grupo, fora alvejado e entrou em uma casa. Os agentes estaduais teriam chegado à área em que essas pessoas estavam e seguiram o rastro de sangue deixado pelo réu. Teriam encontrado-o ferido em uma residência e levaram-no ao hospital. Contudo, o acusado não resistiu e faleceu no mesmo dia.

Em decorrência da ação policial, foi registrado auto de resistência para apurar o cometimento pelo investigado dos crimes previstos nos artigos 33 da lei 11.343/2006, artigo 14 da lei 10.826/2003 e artigo 329 do CP.

Os depoimentos colhidos nesse inquérito são dos policiais militares envolvidos na abordagem da qual decorreu a morte do acusado e da irmã do investigado que afirmou que o réu era usuário de drogas.

Foram apreendidos no local em que o grupo se encontrava 109 “papelotes” de cocaína, 18 “balinhas” de maconha e certa quantidade de maconha acondicionada em um saco. Ao lado do investigado ferido, encontrava-se um revólver que também foi retido.

As pistolas utilizadas na ação pelos policiais foram exibidas ao delegado, mas “não foram apreendidas em razão da necessidade das armas, se comprometendo os policiais militares a apresentarem as armas no Departamento de Polícia Técnica” (PROCESSO FL. 07) (fenômeno conhecido como apreensão virtual).

Há laudo de exame cadavérico do acusado bastante detalhado, apesar da quesitação padrão: causa da morte, instrumento utilizado para a produção das lesões e a ocorrência de possíveis qualificadoras em relação ao homicídio.

De acordo com esse laudo, o investigado morreu em decorrência de transfixação torácica e abdominal por projéteis de arma de fogo (três orifícios recentes foram encontrados sendo compatíveis com disparos). Exames complementares também foram realizados e demonstraram certo nível de álcool no sangue do investigado, a presença de carboxi-tetrahydrocannabinol na urina (metabólito do THC, um dos princípios ativos da maconha)<sup>203</sup> e, na mão direita, foram identificados resquícios de resíduos que indicam disparo de arma de fogo.

Não há laudos de cena de crime ou de confrontos balísticos (nem das armas dos policiais nem do revólver em posse do investigado). Consta, além disso, certidão de óbito do réu.

---

<sup>203</sup> **Tabela de drogas.** Disponível em: <[http://www.unb.br/noticias/downloads/tabela\\_drogas.pdf](http://www.unb.br/noticias/downloads/tabela_drogas.pdf)>. Acesso em: 05/06/2014.

Saliente-se que o caso foi distribuído a uma vara do Tribunal do Júri. Contudo, o magistrado considerou-se incompetente e determinou a remessa dos autos a uma das varas de Tóxicos. Transcreva-se a decisão: “Remetam-se os autos para a Distribuição a fim de que encaminhe para uma das Varas de Tóxicos, tendo em vista que não se trata de crime doloso contra a vida” (PROCESSO FL. 59). Não fica claro, porém, se o magistrado afirmou a sua incompetência apenas em relação aos supostos crimes cometidos pelo acusado ou se também quanto à ação policial que provocou a morte do réu.

O Ministério Público requereu, posteriormente, o arquivamento dos autos já que configurada a extinção da punibilidade pela morte do investigado. O juiz da vara de tóxicos acatou a cota ministerial e promoveu o arquivamento do feito.

Nos autos do processo 0176513-58.2007.805.0001, o réu foi preso em flagrante porque, durante ação policial, teria dispensado um recipiente que continha dezessete “pedrinhas” de crack e um “dólar” de maconha. Foi, então, denunciado como incurso no crime previsto no artigo 33, caput, da lei 11.343/2006.

Em depoimento na delegacia, o acusado negou ter dispensado alguma embalagem com drogas e assinalou ser usuário de maconha. No inquérito, existem também declarações dos policiais militares que prenderam em flagrante o denunciado.

Foram apreendidos as dezessete “pedrinhas” de crack e um “dólar” de maconha que estariam com o flagranteado. O laudo pericial constatou que essas substâncias encontradas derivavam da maconha e da cocaína.

Na audiência instrutória, o réu negou a posse das drogas apreendidas. Reafirmou que os entorpecentes teriam sido encontrados pela polícia em um bar, próximo à área em que ele estava, e que, por isso, os agentes estatais o prenderam. Em depoimento, o policial asseverou que vira o acusado dispensando o recipiente em um bar e que, ao analisar o que continha o vasilhame, percebeu que se tratava de drogas. O testemunho da policial que também estava no momento dessa abordagem se manteve no mesmo sentido.

Em alegações finais escritas, o Ministério Público requereu a condenação do réu como incurso nas penas do artigo 33, caput, da lei 11.343/06.

Ao notar que o acusado não apresentara as suas alegações finais, o diretor de secretaria da vara realizou consulta ao site do Tribunal de Justiça e percebeu que, nos registros, constava que o réu morrera em 15/12/2009. Assim, nos autos, existe apenas a cópia da página da internet que o servidor consultou e que contém o nome do denunciado, sua data de nascimento, filiação, dia do óbito e cartório no qual a morte foi averbada.



Diante disso, o juiz decretou a extinção da punibilidade do agente em decorrência de seu falecimento.

Passam-se a examinar, a partir desse momento, os processos de competência da 2ª Vara de Tóxicos de Salvador.

No processo nº 0018587-09.2010.805.0001, policiais foram à casa do investigado flagranteá-lo, pois, de acordo com informantes anônimos, nesse local, ele efetuaria a embalagem de drogas.

Ao chegarem na residência, segundo o relatado pelos policiais, o acusado teria efetuado alguns disparos contra os agentes que, então, atiraram contra o investigado, atingindo-o no tórax e no abdômem. O acusado foi socorrido e levado ao hospital no mesmo dia. Porém, em razão dos ferimentos provocados pelos projeteis, faleceu algum tempo depois.

Em virtude do ocorrido, foi registrado auto de prisão em flagrante em que o investigado constou como incurso nos artigos 33 da lei 11.343/2006, artigo 14 da lei 10.826/2003 e artigo 329 do Código Penal.

Foram apreendidos na casa do investigado 375 pedras da substância conhecida como crack, artefatos para embalagem de entorpecentes e uma pistola.

No inquérito, os depoimentos colhidos são dos policiais civis que estiveram na ação.

Ausentes laudos de exame de cena de crime e confrontos balísticos (não foram realizados nas armas dos policiais ou na pistola apreendida em posse do investigado) e sem apreensão sequer virtual do armamento dos agentes públicos.

Nos autos, há laudo de exame cadavérico. Os quesitos, contudo, não colaboraram para a construção da dinâmica dos disparos que atingiram a vítima, pois se restringiram a explicitar a causa da morte, o instrumento utilizado para tanto e possíveis qualificadoras no cometimento do homicídio. Em resumo, o laudo descreveu três lesões compatíveis com orifícios de entrada de projeteis de arma de fogo que atingiram o abdômem e o flanco direito do investigado, causando-lhe a morte.

Com o falecimento, o magistrado extinguiu a punibilidade do réu em decorrência de sua morte.

No processo nº 0008224-94.2009.805.0001, policiais estariam em ronda pela cidade, quando, uma pessoa X que estava em um grupo de quatro sujeitos, ao perceber a presença dos agentes estatais, teria atirado contra a guarnição. Os policiais, então, ao dispararem, teriam alvejado essa pessoa, que foi socorrida. Com ele, teriam sido apreendidos um revólver e projéteis deflagrados e intactos.

Os outros sujeitos do grupo fugiram, tendo sido, porém, um deles preso em flagrante porque, na residência em que estava, foram encontrados 100 trouxas de maconha, 93 pedras de crack e um saco plástico com cocaína. Laudo pericial confirmou a natureza das substâncias presentes nesse material apreendido. Assim, o preso foi denunciado como incurso nas penas do artigo 35, da lei 11.343/06.

Presentes no inquérito as declarações dos policiais que realizaram a ação bem como do flagranteado. O acusado alegou estar naquela residência no momento da busca policial porque pretendia obter analgésicos com a companheira do traficante, proprietário da casa. A adolescente que estava na residência em que o denunciado foi encontrado também prestou informações e asseverou que o investigado estava com dor de dente, precisando de remédios.

Existe, além disso, um documento nomeado por “auto de resistência” com a narrativa da abordagem policial que resultou em disparos contra a pessoa X. Nessa peça, há os depoimentos de todos os agentes estatais envolvidos relatando o ocorrido e cada um assinala a arma que portava na ocasião. No relatório, informa-se que essa pessoa veio a óbito no hospital.

Em audiência de instrução e julgamento, os policiais e o acusado reiteraram suas declarações prestadas em inquérito.

Como uma das testemunhas mais relevantes do caso não comparecia a juízo e nem era encontrada, a instrução processual foi prolongada. Até que em uma das diversas intimações ao réu, a irmã do acusado informou ao oficial de justiça o seu falecimento.

Há certidão de óbito que assinala a causa da morte como hemorragia aguda provocada por projeteis de arma de fogo.

A juíza, com base na certidão, extinguiu a punibilidade do acusado em decorrência de seu falecimento.

Mencione-se que o processo relata a morte de dois sujeitos: um, que não é identificado em nenhum momento, sendo apenas chamado por “indivíduo”, alvejado por policiais; outro, o denunciado, que falece no decurso da ação penal por motivos aparentemente alheios à abordagem policial, mas também vítima de disparos de arma de fogo.

No caso descrito no processo nº 0036501-23.2009.805.0001, após receberem informações de traficância, policiais foram até a área indicada. Em abordagem ao acusado, teriam encontrado com ele 04 “dolas” de maconha e com o sujeito próximo a ele outra “dola” de maconha, motivo pelo qual o prenderam em flagrante. Em busca domiciliar à casa do réu, ainda foram encontradas mais de 400 “dolas” de maconha. Laudo pericial determinou a

natureza da substância apreendida. O investigado foi, então, denunciado porque teria infringido o artigo 33, caput, da lei 11.343/06.

No inquérito, há somente declarações de policiais militares envolvidos na ação. O investigado optou por exercer seu direito de permanecer em silêncio.

Na instrução criminal, foram ouvidos policiais que reiteraram seus depoimentos iniciais e outras testemunhas que apenas declararam sobre a personalidade e os problemas de saúde do réu.

Logo em seguida, o processo foi suspenso para realização de incidente de insanidade mental do acusado.

Mencione-se que o acusado, durante o período em que ficou preso, teve muitos problemas de saúde, sendo requerida, por diversas vezes, a sua transferência para uma unidade hospitalar. Algum tempo após ser solto, ele faleceu em decorrência de doenças físicas. A certidão de óbito do acusado registra como causas de sua morte sepse, pneumonia, insuficiência hepática e cirrose hepática.

Com a juntada desse documento, o juiz determinou a extinção da punibilidade do réu em virtude de sua morte.

Quanto ao processo nº 0062891-59.2011.8.05.0001, policiais realizavam patrulhamento quando um grupo de pessoas, ao avistarem-nos, teriam fugido. Porém, um adolescente e o investigado foram alcançados e, com o último, teriam sido encontrados 46 “papelotes” de cocaína e um revólver. Assim, o flagranteado foi denunciado porque teria incorrido nos crimes previstos no artigo 33, caput, da lei 11.343/06 e artigo 14, da lei 10.826/03.

Há laudo de exame pericial da arma de fogo apreendida que concluiu pela aptidão do instrumento para realizar disparos. Existe, além disso, laudo que indicou a natureza do material entorpecente recolhido.

Na fase inquisitorial, prestaram declarações os policiais militares que flagrantearam o réu e o investigado que negou a posse das substâncias tóxicas e do revólver.

Em audiência de instrução e julgamento, duas testemunhas, que se situavam próximas ao acusado quando ele foi abordado pelos policiais, afirmaram que ele não estava com as drogas ou com a arma nessa ocasião. Apenas um policial depôs nessa fase e reiterou a narrativa apresentada no inquérito.

Após despachos enviados ao advogado exigindo explicações pelo não comparecimento do acusado ao juízo, o defensor enviou resposta mencionando o falecimento do réu. Foi juntada também certidão de óbito do acusado que declarou como causas da morte

anemia aguda, hemotórax à esquerda e perfuração de vísceras torácicas ocasionadas por projeteis de arma de fogo.

Posto isso, foi extinta a punibilidade do réu diante do seu falecimento.

No caso relatado no processo nº 0164792-41.2009.805.0001, em diligência para prender o investigado acusado de cometer um homicídio tentado e outro consumado, policiais ter-no-iam encontrado portando um revólver na casa da namorada. Na residência do réu, teriam sido encontradas 69,75 g de maconha. Diante desses fatos, o investigado foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, caput, da lei 11.343/2006 e artigo 14, da lei 10.826/2003.

Na fase inquisitorial, há termos de declarações de policiais civis que realizaram a investigação, da vítima da tentativa de homicídio, das filhas da vítima, dos homens que seriam os alvos originários dos disparos e do réu.

Laudo constatou o material entorpecente encontrado na residência do acusado e laudo de exame de arma de fogo determinou a aptidão do revólver encontrado com o investigado para efetivar disparos de arma de fogo.

Em audiência de instrução e julgamento, houve o interrogatório do réu que negou a prática dos crimes dolosos contra a vida e dos demais delitos em relação aos quais era acusado. Ocorreu também depoimento de policial civil envolvido na prisão do acusado reiterando as declarações prestadas na fase inquisitiva.

Algum tempo depois, em averiguação, o oficial de justiça certificou que, ao ligar para uma sobrinha do réu, obteve a informação de que o acusado falecera em confronto com policiais quando teria tentado assaltar um ônibus.

O laudo de exame cadavérico do denunciado apresenta a conclusão de que ele morreu em decorrência de traumatismo de vísceras tóraco-abdominais causado por projeteis de arma de fogo. Foram descritos dez orifícios de entrada de disparos, sendo alguns deles em regiões bastante letais, tais como, tórax, abdômem e nuca. Sem zonas de tatuagem.

Assim, em virtude do falecimento do réu, a juíza decretou a extinção de sua punibilidade.

Apreciam-se, nesse momento, os processos julgados pelas Varas Criminais da cidade de Curitiba.

Com relação ao caso descrito no processo nº 0013851-37.2009.8.16.0013, policiais militares, ao considerarem as ações do investigado suspeitas, abordaram-no. Teriam encontrado próximas ao réu, pois ele as dispensara, dezesseis “pedras” de crack e, por isso, prenderam-no em flagrante. Há laudo pericial que constatou a natureza da substância

apreendida. O investigado foi então denunciado como tendo incorrido nas sanções previstas no artigo 33, caput, da lei 11.343/2006.

Na delegacia, apresentaram declarações os policiais militares que prenderam o investigado em flagrante e o acusado, que alegou ser usuário de drogas.

Em fase de instrução, prestaram depoimentos a policial que participou da abordagem que resultou na prisão do réu, bem como duas outras testemunhas que relataram que o investigado era apenas usuário de entorpecentes. Ocorreu ainda o interrogatório do acusado que afirmou estar, no momento da ação policial, somente com cinco “buchas” de crack.

Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação do acusado nos exatos termos da denúncia. A defesa requereu, como pedido principal, a absolvição do réu, pois ele seria tão somente usuário de drogas.

Por dificuldades com a comunicação entre o juízo e o advogado particular, mandado de intimação foi expedido para que o denunciado constituísse novo defensor. Ao tentar cumprir esse mandado, oficial de justiça certificou nos autos que o acusado teria sido assassinado com mais de vinte disparos alguns dias antes.

Constam registro da prefeitura municipal de Curitiba informando o falecimento do réu e certidão de óbito em que são apontadas como causas da morte lesões crânio-encefálicas e hemorragia aguda provocadas por projeteis de arma de fogo.

Por essas razões, a juíza declarou a extinção da punibilidade do denunciado tendo em vista a sua morte.

Nos autos do processo nº 0025393-81.2011.8.16.0013, policiais militares estariam patrulhando determinada área quando se depararam com o investigado em atitude suspeita. Ao abordarem-no, ele teria tentado dispensar um invólucro com 34 “buchas” de crack. Por isso, prenderam-no em flagrante. Diante dessas informações, o flagranteado foi denunciado como incurso nas penas do artigo 33, caput, da lei 11.343/06.

Há, na fase inquisitiva, declarações dos policiais militares que prenderam o acusado e do réu que afirma apenas usar crack, não tendo traficado nenhuma substância entorpecente.

Em instrução, foi ouvido o usuário de drogas, que estava na companhia do réu quando esse foi preso, e que alegou que as pedras de crack com as quais estava o investigado eram para consumo próprio. O policial militar que flagrantou o acusado também depôs e reafirmou a narrativa presente na denúncia.

Ao tentar intimar outras testemunhas que não haviam sido encontradas, oficial de justiça recebeu a informação de que o réu falecera.

Quanto à morte do investigado nos autos, existe registro no sistema de investigações policiais a indicar exclusivamente o falecimento. Posteriormente, foi juntada certidão de óbito que especificou a causa da morte como traumatismo crânio-encefálico provocado por instrumento perfuro-contundente.

Assim, a juíza extinguiu a punibilidade do acusado em decorrência de seu óbito.

Os processos analisados permitem com que se observem algumas questões importantes acerca do registro dos óbitos de pessoas investigadas pelo crime de tráfico de entorpecentes e assemelhados. Serão apresentados dados percebidos durante o exame dos casos e que assinalam que a política de guerra às drogas gera a morte de vários indivíduos. Alguns falecimentos provocados em decorrência de abordagens policiais, outros ocorridos sem a indicação da pessoa que atirou. Mas, grande parte dos óbitos causados por disparos de arma de fogo.

### 3.3.2. Dados recolhidos com as observações dos processos:

Antes da apresentação dos gráficos com os dados recolhidos nos processos das Varas Criminais de Salvador e de Curitiba, expõem-se duas tabelas para facilitar a identificação de características comuns apreendidas nos casos estudados.

Tabela 5 – Descrição dos casos em Salvador e Curitiba quanto às causas das mortes

Número do processo	Comarca de origem	Causa da morte	Situação no momento da morte
0382666-50.2012.8.05.0001	Salvador – 1ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo disparada por policiais	Morto em abordagem policial “investigada” no inquérito policial examinado*
0176513-58.2007.8.05.0001	Salvador – 1ª Vara de Tóxicos	Causa da morte não declarada	Estava solto**
0018587-09.2010.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo disparada por policiais	Morto em abordagem policial “investigada” no inquérito policial examinado*
0008224-94.2009.8.05.0001 <sup>(1)</sup>	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo disparada por policiais	Morto em abordagem policial “investigada” no inquérito policial examinado*
0008224-94.2009.8.05.0001 <sup>(2)</sup>	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo (sem identificação quanto ao sujeito que a disparou)	Estava solto**
0036501-23.2009.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Doenças físicas	Estava solto**
0062891-59.2011.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo (sem identificação quanto ao sujeito que a disparou)	Estava solto**
0164792-41.2009.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Arma de fogo disparada por policiais	Estava solto**
0013851-37.2009.8.16.0013	Curitiba - 11ª Vara Criminal	Arma de fogo (sem identificação quanto ao	Estava solto**

		sujeito que a disparou)	
0025393-81.2011.8.16.0013	Curitiba - 2ª Vara Criminal	Instrumento pérfuro-contundente	Estava solto**

(\*) O inquérito foi instaurado para registrar a abordagem policial da qual resultou a morte

(\*\*) O inquérito foi instaurado para investigar outros crimes e não as circunstâncias em que ocorreram as mortes. Assim, nesses casos, há apenas a informação nos autos de que o investigado falecera

(1)(2) Processo com peculiaridade: o primeiro sujeito faleceu em abordagem policial e teve a morte “investigada” nesses autos; o segundo morreu, algum tempo depois, quando estava solto, também vítima de disparos de arma de fogo.

Tabela 6 – Descrição dos casos em Salvador e Curitiba quanto aos inquéritos examinados e às acusações a que os investigados foram submetidos

Número do processo	Comarca de origem	Agente causador da morte	Morto em confronto com a polícia em decorrência de ação contra o tráfico?	Denunciado ou indiciado por	Inquérito instaurado para investigar a abordagem da qual resultou a morte?
0382666-50.2012.8.05.0001	Salvador – 1ª Vara de Tóxicos	Policiais	Sim	Art. 33, lei 11.343/06; art. 14, lei 10.826/03; e art. 329, CP	Sim
0176513-58.2007.8.05.0001	Salvador – 1ª Vara de Tóxicos	Sem identificação	Não se aplica	Art. 33, lei 11.343/06	Não. Há apenas a informação da morte
0018587-09.2010.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Policiais	Sim	Art. 33, lei 11.343/06; art. 14, lei 10.826/03; e art. 329, CP	Sim
0008224-94.2009.8.05.0001 <sup>(1)</sup>	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Policiais	Os policiais estavam em patrulhamento	Sem menção	Sim
0008224-94.2009.8.05.0001 <sup>(2)</sup>	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Sem identificação	Não se aplica	Art. 35, lei 11.343/06	Não. Há apenas a informação da morte
0036501-23.2009.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Doenças físicas	Não se aplica	Art. 33, lei 11.343/06	Não se aplica
0062891-59.2011.8.05.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Sem identificação	Não se aplica	Art. 33, lei 11.343/06; e art. 14, lei 10.826/03	Não. Há apenas a informação da morte

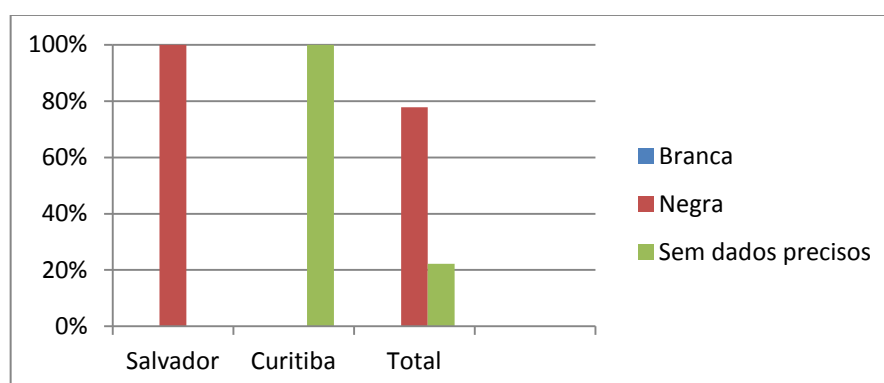


0164792- 41.2009.805.0001	Salvador – 2ª Vara de Tóxicos	Policiais	Diligência para prender o investigado acusado de cometer um homicídio tentado e outro consumado	Art. 33, lei 11.343/06; e art. 14, lei 10.826/03	Não. Há apenas a informação da morte
0013851- 37.2009.8.16.0013	Curitiba - 11ª Vara Criminal	Sem identificação	Não se aplica	Art. 33, lei 11.343/06	Não. Há apenas a informação da morte
0025393- 81.2011.8.16.0013	Curitiba - 2ª Vara Criminal	Sem identificação	Não se aplica	Art. 33, lei 11.343/06	Não. Há apenas a informação da morte

(1)(2) Processo com peculiaridade: o primeiro sujeito faleceu em abordagem policial e teve a morte “investigada” nesses autos; o segundo morreu, algum tempo depois, quando estava solto, também vítima de disparos de arma de fogo.

Esse item quanto à classificação racial das pessoas mortas durante os inquéritos e processos estudados, apesar de não ser considerado com minúcia em tal trabalho, é relevante na medida em que indica um padrão discriminatório compreendido nesses óbitos.

Gráfico 1 – Classificação racial dos investigados:

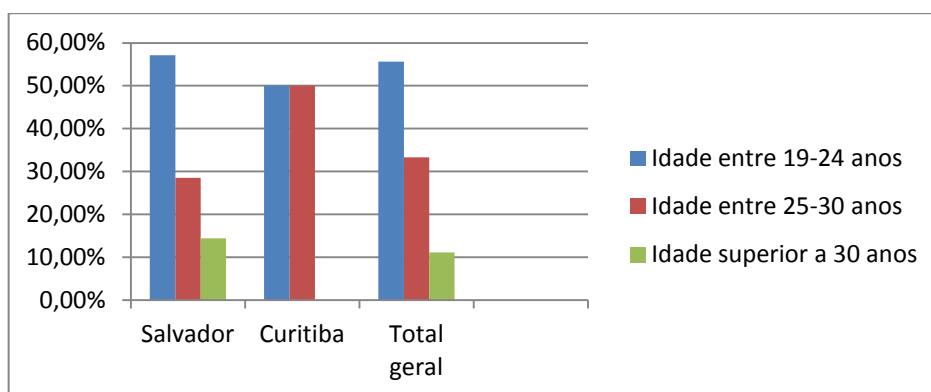


Apesar do resultado alcançado, de acordo com relatório sobre indicadores sociais do IBGE, em 2009, na região metropolitana de Salvador, 81,9% da população era formada por sujeitos negros (somando-se os 29,4% da cor preta e os 52,5% pardos)<sup>204</sup>.

<sup>204</sup> **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira (2010). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf). Acesso em: 02/06/2014.

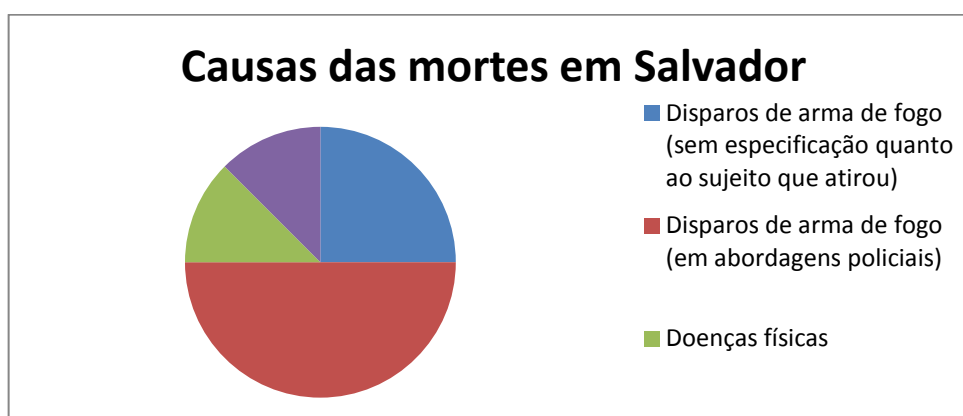
Segundo o mesmo documento, em 2009, na região metropolitana de Curitiba, 74,6% da sociedade era constituída por brancos e 24,5% das pessoas foram classificadas como negras (3,2% pretas e 21,3% pardas).

Gráfico 2 – Idade dos investigados:



Percebe-se, por meio desses dados, que em Salvador, nos casos observados, 57,10% dos falecimentos ocorreram em relação a homens jovens que possuíam entre 19-24 anos de idade. Em faixa etária superior, entre 25-30 anos, morreram, nessas mesmas circunstâncias, 28,50%. Em Curitiba, todos os falecimentos acometeram sujeitos com idade inferior a 30 anos.

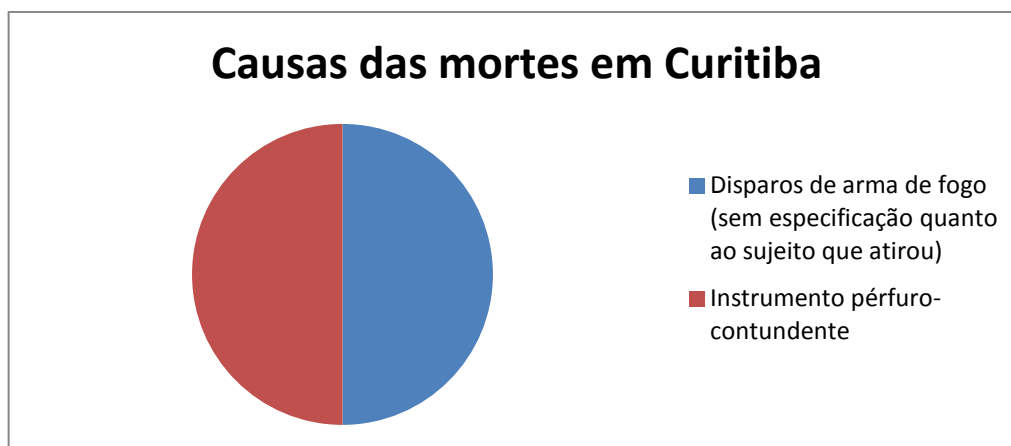
Gráfico 3 – Causas da morte em Salvador:



Observe-se que, em Salvador, de acordo com a análise, 50% das mortes examinadas foram provocadas por disparos de arma de fogo e perpetradas por policiais. O índice eleva-se ainda mais quando se pensa nos falecimentos decorrentes de projeteis de arma de fogo (como

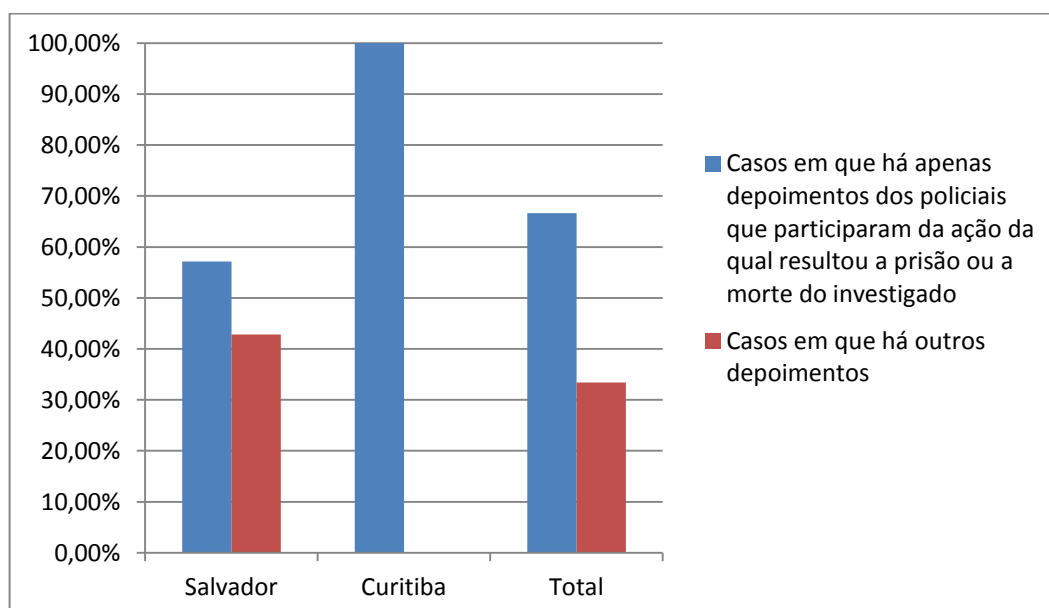
uma categoria ampla que abrange óbitos em abordagens policiais e mortes causadas por indivíduos não identificados): são 75% dos falecimentos.

Gráfico 4 – Causas da morte em Curitiba:



Em Curitiba, por meio dos casos pesquisados, obteve-se também um percentual bastante exagerado: 50% dos óbitos foram causados por disparos de arma de fogo. Ressalte-se que é mencionado o fator “instrumento perfuro-contundente” porque é a única informação que está presente no laudo examinado. Porém, essa é classificação abrangente que inclui os óbitos acarretados por projeteis.

Gráfico 5 – Quem depôs no inquérito policial?



Na capital baiana, em 57,15% dos autos estudados, há no inquérito apenas depoimentos dos policiais envolvidos na abordagem que resultou na prisão ou na morte do investigado. Em Curitiba, em 100% dos casos somente policiais depuseram na fase inquisitiva.

### 3.3.3. Conclusões preliminares a respeito dos casos examinados:

Examinando-se as mortes dos investigados registradas nos autos analisados percebe-se que a política de guerra contra as drogas representa uma verdadeira matança. Segundo Zaffaroni, em frase já citada ao longo do texto em contexto diverso, “há um genocídio em andamento”<sup>205</sup>.

Ainda que o enfoque da pesquisa tenha sido sobre as mortes decorrentes de abordagens policiais, os dados demonstram que uma considerável quantidade dos óbitos teve como causa disparos de arma de fogo. Isso representa um enorme problema: quando a polícia não mata, alguém o faz. Não ficou claro, contudo, quem representa esse outro diverso do Estado. Isso porque não se pode saber se essas outras mortes não foram, efetivamente, mortes em confronto com a polícia, mas que não tiveram a notificação do evento, estando presente apenas a notícia ou o atestado de óbito

Sobre o assunto, Rachel Pilati assevera que a política proibicionista de drogas incentiva a violência.

Ao contrário do que se costuma afirmar, a violência não é consequência da disseminação das drogas, mas um produto de sua proibição. Além da violência exercida pela próprio sistema penal (com relação aos criminalizados, adictos, moradores das “zonas de tráfico”, etc), há a violência gerada pelo comércio ilegal. Como não existem meios oficiais de resolução dos conflitos decorrentes da atividade ilícita – como cobrança de dívidas e disputa de mercado – são usados os meios violentos<sup>206</sup>.

Outro aspecto a ser comentado também é o relativo à idade e à cor dos sujeitos falecidos: todos, com exceção de um, que possuía 55 anos e morreu em virtude de doenças físicas em Salvador, destoando dos demais, estavam abaixo da faixa etária de 30 anos. E, mais

---

<sup>205</sup> Zaffaroni, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

<sup>206</sup> PILATI, Rachel Cardoso. **Direito penal do inimigo e política criminal de drogas no Brasil**: discussão de modelos alternativos. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

da metade dos casos estudados eram de vítimas negras, todas do sexo masculino. Esse item reforça os estudos no Rio de Janeiro e em São Paulo de que a maior parte dos mortos em confronto com a polícia é formada por jovens negros. Deve ser mencionado que todos os falecidos, nessa análise, eram do sexo masculino.

Ressalte-se também como as investigações em que os sujeitos tenham falecido em virtude de abordagens policiais são realizadas de forma precária. Sem laudos de exame de cena de crime, sem confrontos balísticos (nem das armas dos policiais nem das pistolas apreendidas com as vítimas) e, em regra, sem apreensão do armamento dos agentes estatais.

A narrativa apresentada pela polícia é considerada como verdadeira desde o início e não é testada em qualquer momento da investigação. Nenhum dos atores envolvidos na análise do inquérito, Ministério Público e magistrados, realizaram controle formal das ações que resultaram nas mortes dos investigados.

Explique-se: quando a tese relatada pelos agentes públicos não é colocada à prova, a atividade fica sem controle, o que pode provocar abusos e ilegalidades no uso da força letal. O pressuposto de que a narrativa descrita é coerente (“sem furos”) e condizente com o material probatório trazido aos autos não afasta a necessidade de analisar a ação policial, afinal, foi provocado um homicídio.

Não apareceu, em nenhum momento da pesquisa, alguma peça com o comando para investigar em apartado as condutas dos policiais que ocasionaram a morte. Se essa análise fosse ser realizada separadamente dos autos principais, teria havido alguma informação a respeito no transcorrer do caso. Não foi o que aconteceu. Por isso, inferiu-se que realmente aqueles inquéritos serviriam para avaliar a legalidade das ações policiais, conforme o comando do artigo 292, do Código de Processo Penal, que dispõe sobre a obrigatoriedade da lavratura de auto nessas circunstâncias. Quanto à questão, em ao menos dois casos surgiu a denominação auto de resistência.

Contudo, o que se constatou foi uma inversão no que deveria ser o cerne do inquérito: ao invés de tratados como vítimas, aos mortos foram imputados crimes, desprezando-se a análise da abordagem policial. Desse modo, em vários momentos, principalmente no indiciamento ou no relatório policial, existe a alusão de que o ferido ou falecido praticou os delitos de resistência (artigo 329, do CP), tráfico de drogas (artigo 33, da lei 11.343/06) e porte ilegal de arma de fogo (artigo 14, da lei 10.826/03) durante o confronto.

A sentença determinando a extinção da punibilidade do agente, contida em todos os processos observados porque considerada como característica que possibilitou a delimitação da amostra, também assinala tal inversão.

A morte do sujeito, nessas situações, determina a extinção da pretensão punitiva do Estado. Em outros termos, ocorre a extinção da punibilidade em relação a fatos cometidos pelo indivíduo que seriam puníveis antes de seu falecimento<sup>207</sup>.

Dessa forma, quando o magistrado sentencia determinando extinta a punibilidade das pessoas mortas, há a indicação de que tais sujeitos teriam cometido crimes. Por conseguinte, o magistrado submete a seu controle tão somente as ações delituosas que teriam sido praticadas pelas vítimas, mas não as abordagens policiais. Logo, o aparelho judicial deixa de cumprir o papel de controlador da violência cometida pelas agências executivas, possibilitando com que seja perpetuada. Para além disso, ao não analisar as condutas policiais, o magistrado permite com que as investigações sejam realizadas precariamente propiciando a negação e a “legalização” dessa violência institucionalizada.

Quanto a esse ponto, de acordo com as informações examinadas, a investigação é desenvolvida de modo bastante deficiente. Como já mencionado, não há laudos técnicos que possibilitem apreciar a provável dinâmica do fato; os laudos cadavéricos e exames biológicos complementares são estruturados de maneira a não permitir conclusões além da causa da morte por disparos de arma de fogo; se o sujeito falecer antes da propositura da denúncia, não são periciados os objetos apreendidos em seu poder, o que seria de extrema importância para afastar a manipulação da cena do crime; e, ademais, os depoimentos na fase inquisitiva são, em sua maioria, de policiais envolvidos na ação policial.

Sendo assim, como exercer controle sobre a abordagem se existe apenas uma narrativa sobre os fatos e os demais elementos de convicção que poderiam se contrapor a esse discurso são inexistentes ou insatisfatórios? Como já citado nos estudos cariocas, os autos são repletos de vazios que, ao não conseguirem ratificar ou contestar a versão dos policiais, são deixados à margem; e, assim, o processo toma corpo<sup>208</sup>.

Diante desse quadro, parece correta a tese de que o combate militar aos antigos inimigos políticos durante a Ditadura foi incorporado pelo arcabouço criminal pós-constituição de 1988 e se materializou na política de combate ao tráfico de drogas<sup>209</sup>. Com efeito, a alta letalidade policial transformou-se na tônica da segurança pública para o manejo

---

<sup>207</sup> DOS SANTOS, Juarez Cirino. **Direito Penal: Parte Geral**. 3ª edição. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

<sup>208</sup> GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

<sup>209</sup> PILATI, Rachel Cardoso. **Direito penal do inimigo e política criminal de drogas no Brasil: discussão de modelos alternativos**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

dos conflitos, principalmente nas áreas marginalizadas<sup>210</sup>. Diante disso, tal violência institucional passou a vitimar pessoas já estereotipadas consideradas como sujeitos perigosos e que encarnam a figura do traficante-inimigo. E como todo inimigo, que se contrapõe ao cidadão, podem ser eliminadas sob a justificativa de proteção à sociedade.

---

<sup>210</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência**: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

## CONCLUSÃO

Essa monografia teve como objetivo apresentar as estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes de investigados em confronto com a polícia no contexto da política de guerra às drogas. Assim, pretendeu-se demonstrar que o inquérito policial instaurado para investigar as abordagens policiais das quais decorreu algum óbito apresenta deficiências estruturais que não permitem avaliar a antijuridicidade dessas condutas. Tais falhas são ignoradas e perpetuadas durante a apreciação judicial, consolidando de vez a legalidade dessas ações sem que haja consideração mais profunda.

Destarte, as mortes resultantes de resistência à polícia são um fenômeno complexo que perpassa diversos segmentos. Representam, primeiro, uma aceitação social de que traficantes são inimigos e que, por isso, devem ser enfrentados por meio de políticas militares de combate. Assim, as suas mortes são registradas em autos de resistência, diferenciando-as de homicídios. Um aprofundamento desse ideário converge para a consideração de que bandidos não são cidadãos, não sendo, portanto, considerados plenamente como seres humanos.

Nesse procedimento, a presença de antecedentes criminais e a apreensão de arma de fogo e drogas com o falecido são hábeis para afastar a necessidade de investigação acerca das circunstâncias em que ele foi morto. Tal cenário, nos dados recolhidos em Salvador e Curitiba, foi suficiente para a mudança do cerne do inquérito: avaliaram-se as transgressões cometidas pelo sujeito falecido, relegaram-se ao esquecimento as abordagens policiais. Isso corroborou a hipótese, presente em outras investigações como as realizadas no Rio de Janeiro, de que os possíveis crimes cometidos pelo investigado foram utilizados para ratificar a legalidade das ações policiais.

Pode-se descrever, diante das análises dos processos de Salvador e de Curitiba, que, em nove casos, às vítimas, desde a abertura do inquérito, são imputados os crimes de resistência, porte ilegal de armas ou tráfico de drogas cometidos durante o confronto, invertendo o foco investigativo. Sugere-se que a importância do julgamento acerca do comportamento da vítima, se transgressor ou não, demonstra um padrão social de aceitação à morte de determinadas pessoas. Delinquentes ou marginalizados tornam-se seres potencialmente “matáveis” já que se legitimam os padrões de violência praticados pela polícia com argumentos sobre antecedentes criminais; objetos não periciados, porém apreendidos com o falecido; fé pública conferida ao depoimento dos policiais. Às vezes, a legitimação se



dá por meio de ausências: falta de laudos de confronto balístico, exames de arma de fogo, cena do crime, resquícios de pólvoras nos membros, falta de testemunhas.

Como foi possível observar nos autos examinados, em Salvador e em Curitiba, os inquéritos policiais apresentam essas deficiências de forma a legitimar a possível violência policial. O discurso inicial é considerado verdadeiro e não é confrontado em qualquer momento. Tanto o Ministério Público quanto os órgãos judiciais não se opuseram, sequer minimamente, à abordagem policial da qual decorreu o óbito traindo, dessa forma, a sua função de minimizador e controlador das violências perpetradas pelas agências executivas.

Como outra faceta relevante dos autos, mostra-se a instituição policial brasileira. Tais agentes estatais são submetidos a um processo de degradação moral e de desestruturação de vínculos sociais a que Zaffaroni denomina como policização. Estigmatizados e com sérios problemas psíquicos, os policiais são considerados como corruptos, mas exigidos da sociedade a agirem como psicopatas.

Destarte, sem acompanhamento psicológico, sem treinamento e padrões técnicos que possibilitem com que eles avaliem sobre a propriedade da decisão tomada, as abordagens policiais letais só tendem a aumentar. Com efeito, a regulamentação da atividade policial é absolutamente relevante, pois gera a racionalidade das decisões tomadas, o que aumenta a eficiência das atividades praticadas, principalmente em situações limítrofes.<sup>211</sup>

Segundo Theodomi, os estudiosos afirmam, com alguma homogeneidade, que os abusos perpetrados contra a sociedade por policiais no uso da força letal são consequência, em grande parte, da ausência de padrões claros a orientar o agente.<sup>212</sup>

Quando não existem regras bem definidas sobre como proceder em determinadas situações, o policial passa a se basear em critérios raciais e outros tantos vagos, possuindo ampla autonomia de decisão.<sup>213</sup>

Nesse aspecto, os estudos realizados em Nova Iorque citados por Theodomi, defendem que, após a adoção de políticas mais restritivas quanto ao uso da força letal por policiais, houve redução de pessoas mortas e diminuição de disparos em situações sem risco à vida. Isso se deveu à influência da inserção de controles administrativos mais rígidos na região.<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> DIAS NETO, Theodomi. **Policamento comunitário e controle sobre a polícia**. A experiência norte-americana. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

<sup>212</sup> DIAS NETO, Theodomi. **Policamento comunitário e controle sobre a polícia**. A experiência norte-americana. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

<sup>213</sup> DIAS NETO, Theodomi. **Policamento comunitário e controle sobre a polícia**. A experiência norte-americana. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

<sup>214</sup> DIAS NETO, Theodomi. **Policamento comunitário e controle sobre a polícia**. A experiência norte-americana. 2ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

Não se pode ignorar também que, além da ausência de regulamentação, os autos de resistência trazem à discussão a formação policial, ainda bastante orientada pelos ideários militares e autoritários, e a realização da atividade, influenciada por uma sociedade que considera o traficante como inimigo a ser enfrentado.

Para auxiliar na análise jurídica da licitude da conduta praticada pelo policial, foram apresentados argumentos de doutrinadores brasileiros quanto ao cabimento da legítima defesa ou do estrito cumprimento do dever legal nessa situação. Desse modo, Zaffaroni expõe que a antijuridicidade da ação do agente estatal que efetua disparos contra outra pessoa apenas pode ser excluída pela hipótese de legítima defesa. Isso porque a ordem jurídica não assinala como dever do policial matar alguém. O que se interpreta é que, em circunstâncias de risco à própria vida ou à vida de terceiros, em que a conjuntura seja tal que apenas o disparo seja eficaz para afastar aquele perigo, estará configurada a causa de justificação de legítima defesa.

Por conseguinte, os policiais apenas devem se utilizar de violência quando não houver outras alternativas que se mostrem aptas a controlar o risco. Isto é, esses agentes estatais só devem atirar de forma letal quando as circunstâncias se configurarem como legítima defesa própria ou de terceiros.

Deve-se apontar também o papel das agências judiciais na legitimação das mortes de pessoas “assujeitadas criminalmente”<sup>215</sup>. Ainda que, como regra geral, os elementos de convicção produzidos durante o inquérito tenham acentuada influência em relação ao material probatório realizado na ação penal, chegando Michel Misse a afirmar que o inquérito policial no Brasil tanto abre quanto fecha o processo de incriminação, caberia aos órgãos judiciais o controle da violência praticada no âmbito do Sistema de Justiça Criminal. Logo, não poderiam permitir “as verdades que já começam prontas” nesses inquéritos.

Os relatórios internacionais sobre o tema já indicam há algum tempo os abusos e ilegalidades que são permitidos com o registro de mortes em autos de resistência. Há estudos pormenorizados de casos em que a polícia buscou dissimular a ilicitude das abordagens por meio da narrativa padrão e da ausência de elementos que confrontassem a sua versão. Esses documentos, dentre tantas recomendações, sugerem que seja abolida a classificação autos de resistência e que sejam reestruturados os poderes do Ministério Público e dos magistrados competentes para o julgamento desses casos. O objetivo de tais recomendações é de efetivar o papel das instituições judiciais como controladoras da violência policial.

---

<sup>215</sup> NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais.** Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

Nesse sentido, Zaffaroni defende que as agências judiciais devem ser responsáveis pela realidade operativa do Sistema de Justiça Criminal, cabendo a tais órgãos a redução e o controle da violência praticada pela polícia. Exercendo seu poder de maneira racional e se comprometendo a ampliar cada vez mais o controle sobre o sistema, estarão legitimando o poder por eles manifestado.

Como último aspecto, a alta letalidade das abordagens realizadas pelas agências executivas e a baixa qualidade dos registros das mortes de sujeitos em confronto com a polícia, conforme demonstrado na pesquisa desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, evidenciam que, segundo a perspectiva de Agamben, as circunstâncias em que ocorreram esses falecimentos podem ser menosprezadas. Não importam porque a polícia cumpre o seu papel como protetora dos cidadãos matando traficantes que, ao supostamente entrarem em resistência, confirmam a própria qualificação como bandidos.

Com efeito, não existe solução reluzente para as decorrências desastrosas do registro de mortes de investigados como autos de resistência. A principal dessas consequências, a negação da violência institucionalizada, por vezes praticada contra um estrato social específico, não cessaria tão somente porque as agências judiciais decidiram se empenhar no controle à violência policial.

Uma vez que há uma aceitação social em relação a essas mortes e os índices de letalidade são elevados, induzidos por políticas de combate ao tráfico, a polícia procura meios de legalizar as ações das quais resultem esses óbitos. Como transcurso natural, as abordagens são influenciadas pela possibilidade de que se desenvolva uma narrativa para torná-las lícitas.

Conforme pôde se observar nos casos de Salvador e de Curitiba, as regras processuais penais não tem sido suficientes para impedir que as investigações sejam precárias e capazes de acobertar violências. A operacionalidade do sistema é, pois, intrincada e multifacetada.

O tratamento dispensado a certas classes sociais enquanto seres perigosos, tornando-as seres menos humanos, e a aceitação da sociedade de que bandidos podem ser mortos refletem inexoravelmente nos comportamentos policiais e das agências judiciais. Essa é uma tese que merece ser debatida antes de propor outras respostas.

A construção do traficante como o outro, estranho a mim, e a quem eu lido com violência não se sustenta sob o paradigma do Estado Democrático de Direito. Nesse ordenamento são reconhecidos direitos fundamentais a todas as pessoas pelo simples fato de se caracterizarem como seres humanos. Tais direitos exigem, como consequência, o

acatamento dos princípios da liberdade e da igualdade como fundamento moral intrínseco à universalidade dos sujeitos.

Assim, nem o Estado e nem as práticas sociais podem privar algumas pessoas do caráter de humanidade inerente ao nascimento como ser humano sob pena de ressurgir os alicerces do Estado Absoluto. Ao contrário, as interações intersubjetivas deveriam se efetuar de maneira ao reconhecimento pleno do outro como uma pessoa igual a mim e tão livre quanto eu.

Dessa forma, acaso esse ideal social fosse alcançado, o controle exercido pelas agências judiciais sobre a violência cometida no Sistema de Justiça Criminal e o treinamento, regulamentação e apoio às atividades policiais trariam resultados mais satisfatórios. Isso porque tais instituições são influenciadas pelas concepções sociais.

Além disso, como apresentado pelo projeto de lei nº 4.471/2012, as modificações quanto ao registro das mortes de pessoas em situação de resistência e quanto ao transcorrer das investigações acerca desses falecimentos também trariam melhores resultados, pois seriam remodeladas questões formais no processo penal. Normas que hoje têm se mostrado amplamente flexíveis e que são utilizadas de modo a legitimar mortes sem prévia investigação.

Nesse sentido, o Direito deve ser instrumento para assegurar o reconhecimento das pessoas. A partir do momento em que a operacionalidade do Sistema de Justiça Criminal brasileiro evidencia que os instrumentos jurídicos estão sendo utilizados para discriminar o outro, negando a violência das mortes de civis ocorridas em confronto com a polícia, os juristas devem se movimentar. Assim, questionar acerca dos autos de resistência e pensar soluções para tal fenômeno são necessários, afinal, o direito e as agências do sistema de justiça devem, em suas práticas, sempre buscar alcançar a mais ampla inclusividade, justiça, liberdade e igualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**40 anos do massacre da Comissão Nacional de Organização do PC do B.** Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print.php?id\\_noticia=201097&id\\_secao=1](http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=201097&id_secao=1)>. Acesso em: 02/06/2014.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução: Henrique Burigo. UFMG: Belo Horizonte, 2007.

ALAGIA, Alejandro. BATISTA, Nilo. SLOKAR, Alejandro. ZAFFARONI, Eugenio. **Direito Penal Brasileiro – I**. Revan: Rio de Janeiro, 2003.

ALBERNAZ, Elizabete ET AL. **Uso progressivo da força letal: dilemas e desafios**. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Eles entram atirando: policiamento de comunidades socialmente excluídas**. Disponível em: < <http://www.amnesty.org/en/library/asset/AMR19/025/2005/pt/d6c16d41-d49c-11dd-8a23-58a49c0d652/amr190252005pt.html>>. Acesso em: 20/01/2014.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de lei nº 4.471/2012. Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.

BRASIL. Resolução nº 8 de 21 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia>>. Acesso em: 20/02/2014.

BUENO, Samira. CERQUEIRA, Daniel. LIMA, Renato Sérgio. **Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial.** Anuário Brasileiro de Segurança Pública [on-line]. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/7a-edicao>>. Acesso em: 05/03/2014.

CANO, Ignacio. **Direitos para os bandidos?:** Direitos Humanos e Criminalidade no Brasil. Revista Desafios aos Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo. Biorn Maybury-Lewis & Sonia Ranincheski (org). Verbena: Brasília, 2011.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal.** Parte Geral. Volume 1. 15ª edição. Saraiva: São Paulo, 2011.

CARVALHO NETTO, Menelick de. **Uma reflexão constitucional acerca dos direitos fundamentais do portador de sofrimento ou transtorno mental em conflito com a lei.** Veredas do Direito: Belo Horizonte, 2004.

CERQUEIRA, Daniel. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil.** IPEA: Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19232](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19232)>. Acesso em: 05/03/2014.

DA ROCHA, Alexandre Pereira. **Polícia, violência e cidadania:** o desafio de se construir uma polícia cidadã. Revista brasileira de segurança pública [on-line]. São Paulo: 2013, fevereiro/março 2013. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/206>>. Acesso em: 14/02/2014.

DE LIMA, Roberto Kant. **Direitos civis, Estado de Direito e “Cultura Policial”:** a formação policial em questão. Disponível em: <<http://www.uff.br/ineac/?q=direitos-civis-estado-de-direito-e-%22cultura-policial%22-formacao-policial-em-questao>>. Acesso em: 15/02/2014.

DE OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. 12ª edição. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2009.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policciamento comunitário e controle sobre a polícia**. A experiência norte-americana. 2ª edição. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2003.

DOS SANTOS, Daniel. **Drogas, globalização e direitos humanos**. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política [on-line]. Niterói : EdUFF, 2004. Disponível em: <  
[http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista\\_antropolitica\\_16.pdf](http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_16.pdf)>. Acesso em: 11/02/2014.

DOS SANTOS, Juarez Cirino. **Direito Penal: Parte Geral**. 3ª edição. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2008.

**Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Disponível em: <  
<http://www.dhnet.org.br/dados/dossiers/dh/br/dossie64/br/dossmdp.pdf>>. Acesso em: 02/06/2014.

DUARTE, Evandro C. Piza. LACERDA, Marina. MURARO, Mariel. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficante pelos Policiais Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador.

FABBRINI, Renato. MIRABETE, Julio. **Manual de Direito Penal I**. 25ª edição. Atlas: São Paulo, 2009.

**‘Foi hipotético’, diz secretário após chamar morto no DF de ‘um Zé’**. Disponível em: <  
<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/01/foi-hipotetico-diz-secretario-apos-chamar-morto-no-df-de-um-ze.html>>. Acesso em: 11/02/2014.

**FORÇA LETAL**. Violência policial e segurança pública no Rio de Janeiro e em São Paulo. Disponível em: < <http://www.hrw.org/reports/2009/12/08/letal-0>>. Acesso em: 20/01/2014.

GRECO, Rogério. **Atividade Policial**. 5ª edição. Impetus: Niterói, 2013.

GRILLO, Carolina Christoph et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Booklink: Rio de Janeiro, 2013.

JAKOBS, Günther. **Tratado de Direito Penal**. Teoria do Injusto Penal e Culpabilidade. DelRey: Belo Horizonte, 2009.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal**. Parte Geral. 1º volume. 31ª edição. Saraiva: São Paulo, 2010.

LEANDRO, Sylvia Amanda da Silva. **O que matar (não) quer dizer nas práticas e discursos da justiça criminal**: o tratamento judiciário dos “homicídios por autos de resistência” no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

**Memória para uso diário**. Produção de Beth Formaggini. Rio de Janeiro: Original/Visocopy, 2007. DVD (94 minutos): NTSC, son., col. Port.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código de Processo Penal Interpretado**. 11ª edição. Atlas: São Paulo, 2007.

MISSE, Michel (org). **O inquérito policial no Brasil**. Uma pesquisa empírica. Booklink: Rio de Janeiro, 2010.

NASCIMENTO, Andréa Ana do et al. **Autos com ou sem resistência**: uma análise dos inquéritos de homicídios cometidos por policiais. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1843&Itemid=229](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1843&Itemid=229)>. Acesso em: 16/02/2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de Processo Penal Comentado**. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2009.



OLIVEIRA, Antonio. **Os policiais podem ser controlados?** Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/12720>>. Acesso em: 14/02/2014.

**Relatório de Desenvolvimento Humano:** Racismo, pobreza e violência. PNUD. Brasil, 2005. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil.aspx?indiceAccordion=2&li=li\\_RDHBrasil](http://www.pnud.org.br/HDR/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Brasil.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHBrasil)>. Acesso em: 15/02/2014.

PIERANGELI, José Henrique. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. V. 1. Parte Geral. 9ª edição. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2011.

PILATI, Rachel Cardoso. **Direito penal do inimigo e política criminal de drogas no Brasil:** discussão de modelos alternativos. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2011.

**Princípios Relativos a uma Prevenção Eficaz e à Investigação das Execuções Extrajudiciais, Arbitrárias e Sumárias.** Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-exec-xtra-judiciais.html>>. Acesso em: 05/06/2014.

RELATÓRIO DO RELATOR ESPECIAL DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, SUMÁRIAS OU ARBITRÁRIAS DR. PHILIP ALSTON. Adendo: Missão ao Brasil. Conselho de Direitos Humanos. 11ª Sessão 3º Item da Agenda. 29 de agosto de 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm)>. Acesso em: 18/01/2014.

RELATÓRIO PRELIMINAR DO RELATOR ESPECIAL DE EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS, SUMÁRIAS OU ARBITRÁRIAS DR. PHILIP ALSTON. Adendo: Missão ao Brasil. Conselho dos Direitos Humanos. Oitava sessão Agenda item 3. 14 de maio de 2008. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores\\_brasil.htm](http://www.dhnet.org.br/abc/onu/relatores_brasil.htm)>. Acesso em: 18/01/2014.

REZENDE, Beatriz Vargas Ramos Gonçalves. **A ilusão do proibicionismo:** estudo sobre a criminalização secundária do tráfico de drogas no Distrito Federal. Tese de doutorado.

Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

SANTOS, Misael de Sousa. **Castigo corporal praticado por policiais militares:** descrevendo práticas, entendendo sentidos. Disponível em: <<http://www.lev.ufc.br/iiiseminario/wp-content/uploads/2013/06/CASTIGO-CORPORAL-PRATICADO-POR-POLICIAIS-MILITARES-DESCREVENDO-PR%C3%81TICAS-ENTENDENDO-SENTIDOS.pdf>>. Acesso em: 25/01/2014.

**Seis pessoas morrem em operação contra o tráfico de drogas no Rio.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/02/seis-pessoas-morrem-em-operacao-contra-o-trafico-de-drogas-no-rio.html>>. Acesso em: 10/06/2014.

SINHORETTO, Jacqueline. SILVESTRE, Giane. SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo:** letalidade policial e prisões em flagrante. Sumário executivo. São Paulo: UFSC, abril 2014.

**Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira (2010). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 02/06/2014.

SOARES, Barbara Musumeci. MOURA, Tatiana. AFONSO, Carla (Orgs.). **Auto de resistência:** relatos de familiares de vítimas da violência armada. Rio de Janeiro: 7letras, 2009.

STORANI, Paulo. **Uso comedido da força letal:** construindo um protocolo de engajamento. Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

**Tabela de drogas.** Disponível em: <[http://www.unb.br/noticias/downloads/tabela\\_drogas.pdf](http://www.unb.br/noticias/downloads/tabela_drogas.pdf)>. Acesso em: 05/06/2014.

THEODORO FILHO, Wilson Roberto. **O abandono da Constituição:** Soberania e Poder Judiciário no paradigma biopolítico. Tese de doutorado. Programa em pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: UnB, 2011.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal Comentado.** 2ª edição. Saraiva: São Paulo, 1997.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** A cor dos homicídios no Brasil. Brasília, 2012. Disponível em: <  
[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_cor.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf)>. Acesso em: 05/03/2014.

XAVIER, Fábio Manhães. **A importância da formação na mudança de paradigmas no uso da força letal.** Cadernos temáticos da Conseg [on-line]. Conseg: Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.skywallnet.com.br/data\\_server/CT/UPF\\_DeD.pdf](http://www.skywallnet.com.br/data_server/CT/UPF_DeD.pdf)>. Acesso em: 14/02/2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas.** A perda de legitimidade do sistema penal. Revan: Rio de Janeiro, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal.** Revan: Rio de Janeiro, 2007.